



Memória Anual
2013
Relatório Económico



Memória Anual

2013

Relatório Económico

Índice

GRUPO ISOLUX CORSÁN, S.A. E SOCIEDADES CONTROLADAS

Demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2013 e relatório de gestão de 2013

A

Nota **Demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2013**

Balanço patrimonial consolidado	8
Demonstração de resultados consolidada	10
Demonstração de resultados abrangente consolidada	11
Demonstração consolidada das variações do patrimônio líquido	12
Demonstração de fluxos de caixa consolidado	13

B

Relatório das demonstrações financeiras consolidadas

1	Informação geral	17
2	Resumo das principais políticas contábeis	19
	2.1. Base de preparação	19
	2.2. Princípios de consolidação	21
	2.3. Transações em moeda estrangeira	24
	2.4. Imobilizado corpóreo	25
	2.5. Investimentos imobiliários	25
	2.6. Ativos intangíveis	25
	2.7. Ativos concessionados e Imobilizados afetos a projetos	26
	2.8. Custo de juros	28
	2.9. Impairment de ativos não financeiros	28
	2.10. Ativos financeiros	28
	2.11. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge	30
	2.12. Estoque	31
	2.13. Contas a receber de clientes e demais contas a receber	31
	2.14. Caixa e equivalentes de caixa	32
	2.15. Capital social	32
	2.16. Receita de diferidos	32
	2.17. Fornecedores e outras obrigações	32
	2.18. Instrumentos financeiros compostos	32
	2.19. Empréstimos bancários e outras dívidas financeiras	33
	2.20. Impostos correntes e diferidos	33
	2.21. Gastos de pessoal	34
	2.22. Provisões	34
	2.23. Reconhecimento da receita	35
	2.24. Receitas de juros	38
	2.25. Receitas de dividendos	38
	2.26. Arrendamentos	39
	2.27. Distribuição de dividendos	39
	2.28. Meio ambiente	39
	2.29. Resultado operacional	39
	2.30. Ativos não circulante (ou alienáveis) e passivos vinculados mantido para venda	39
	2.31. Informação financeira por segmentos	40
3	Gestão do risco financeiro	41
4	Estimativas e julgamentos contábeis	48
5	Informação financeira por segmento de negócios	51

6	Imobilizado corpóreo	55
7	Ágio (Goodwill) e outros ativos intangíveis	57
8	Ativos concessionados e outros Imobilizados afetos a projetos	60
9	Investimentos por equivalência patrimonial	66
10	Investimentos financeiros	68
11	Instrumentos financeiros derivativos	69
12	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	73
13	Estoques	75
14	Caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros a valor de mercado com diferenças de valor	76
15	Ativo não circulante e passivo vinculado mantido para venda e atividades descontinuadas	77
16	Capital social, prêmio de emissão e reserva legal	79
17	Diferenças de conversão acumuladas	81
18	Distribuição de resultados da sociedade dominante e participação das sociedades não dominantes	82
19	Fornecedores e outras obrigações a pagar	84
20	Dívidas com entidades bancárias	86
21	Impostos diferidos	90
22	Provisões de obrigações e encargos	93
23	Volume de negócios, materiais consumidos e outros custos externos	94
24	Outras receitas e despesas	95
25	Despesas com pessoal	96
26	Arrendamentos operacionais	97
27	Resultado financeiro neto	98
28	Lucro por ação	99
29	Dividendos por acción	100
30	Compromissos, contingências e garantias concedidas	101
31	Combinação de negócios	102
32	Transações com partes relacionadas	103
33	Joint Ventures	108
34	União temporária de empresas (UTEs)	109
35	Meio ambiente	110
36	Eventos subsequentes	111
37	Honorários de auditores de contas	112
	Anexo I	113
	Anexo II	114
	Anexo III	115
	Anexo IV	123

C

Relatório de Gestão 2013

1.	Enquadramento Económico	129
2.	Desenvolvimento e evolução do Grupo durante o exercício de 2013	130
3.	Previsões para o Exercício 2014.	133
4.	Ações Próprias	134
5.	Atividades de pesquisa e desenvolvimento	134
6.	Recursos Humanos	134
7.	Uso de Instrumentos Financeiros	135



O presente documento é uma tradução livre do relatório das demonstrações financeiras originalmente emitido em língua espanhola. Se houver discrepância entre versões, prevalecerá sempre a versão Espanhola

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do Grupo Isolux Corsán, S.A.

Efetuamos a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Isolux Corsán, S.A. (a Sociedade dominante) e sociedades controladas (o Grupo), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de Dezembro de 2013, a demonstração de resultados consolidada, a demonstração de resultados abrangente consolidada, a demonstração consolidada das variações do património líquido, a demonstração consolidada de fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, correspondentes ao exercício anual terminado na data referida. Conforme se indica na Nota 2.1 do anexo consolidado junto, os Administradores da Sociedade dominante são responsáveis pela formulação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia, e com as restantes disposições do âmbito normativo de informação financeira aplicáveis ao Grupo. A nossa responsabilidade consiste em manifestar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas no seu conjunto, baseada no trabalho realizado de acordo com as normas reguladoras da actividade de auditoria de contas vigentes em Espanha, que requerem o exame, através da realização de provas selectivas, dos elementos justificativos das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação de se a sua apresentação, os princípios e critérios contábeis aplicados e as estimativas realizadas estão de acordo com o âmbito normativo de informação financeira aplicável.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013 anexas apresentam, em todos os aspectos significativos, uma imagem verdadeira e apropriada do capital consolidado e da situação financeira consolidada do Grupo Isolux Corsán, S.A. e sociedades controladas em 31 de Dezembro de 2013, assim como dos resultados consolidados das suas operações e dos seus fluxos de caixa consolidados correspondentes ao exercício anual fechado na data referida, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia, e as restantes disposições do âmbito normativo de informação financeira aplicáveis.

O relatório de gestão consolidado do exercício de 2013 anexo contém as explicações que os Administradores da Sociedade dominante consideram oportunas sobre a situação do Grupo Isolux Corsán, S.A. e sociedades controladas, a evolução dos seus negócios e sobre outros assuntos e não faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Verificámos que a informação contábil contida no referido relatório de gestão consolidado coincide com a das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado com o alcance mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registos contábeis do Grupo Isolux Corsán, S.A. e sociedades controladas.

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L.

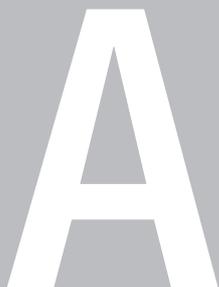
Original assinado em língua espanhola

Fernando Chamosa
Sócio – Auditor de Contas

3 de março de 2014

*PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L., Torre PwC, Pº de la Castellana 259 B, 28046 Madrid, España
Tel.: +34 915 684 400 / +34 902 021 111, Fax: +34 913 083 566, www.pwc.com/es*

R. M. Madrid, hoja 87.250-1, folio 75, tomo 9.267, libro 8.054, sección 3ª
Inscrita en el R.O.A.C. con el número S0242 - CIF: B-79 031290

A large, white, sans-serif capital letter 'A' is centered within a gray rectangular background.

Demonstrações financeiras consolidadas

(At 31 de dezembro de 2013)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de euros)

	Nota	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
ATIVOS			
Ativo não circulante			
Imobilizado corpóreo	6	126.648	190.429
Goodwill	7.1	511.099	511.646
Ativos intangíveis	7.2	26.727	21.106
Investimentos imobiliários		-	14.650
Ativos intangíveis afetos a projetos	8.1	2.736.017	2.913.799
Outros imobilizados afetos a projetos	8.2	1.370.731	1.352.015
Investimentos em sociedades por equivalência patrimonial	9	-	3.576
Investimentos financeiros	10	10.446	11.844
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	12	62.401	136.446
Imposto diferido ativo	21	341.214	355.782
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	12
		5.185.283	5.511.305
Ativo circulante			
Estoques	13	206.601	404.730
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	12	1.918.670	1.973.028
Instrumentos financeiros derivativos	11	3.018	3.993
Caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	14.2	8.499	1.484
Caixa e equivalentes de caixa	14.1	420.652	561.847
Ativo não circulante mantido para venda	15	657.492	-
		3.214.932	2.945.082
Total do ativo		8.400.215	8.456.387

As notas 1 a 37 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de euros)

	Nota	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
PATRIMONIO LIQUIDO			
Patrimônio líquido e reservas atribuíveis aos acionistas da controladora			
Capital social	16.a	18.017	18.017
Prémio de emissão	16.b	526.237	526.237
Reserva legal	16.c	15.280	12.921
Reserva de hedge	11	(47.625)	(49.095)
Diferenças acumuladas de conversão	17	(179.216)	(79.532)
Prejuízos acumulados		92.866	58.994
		425.559	487.542
Participação dos não controladores	18	129.690	161.910
Total do patrimonio líquido		555.249	649.452
PASSIVO			
Passivo não circulante			
Empréstimos	20	918.478	862.177
Financiamento de projetos	8.3	2.530.490	2.537.557
Instrumentos financeiros derivativos	11	105.184	196.076
Imposto diferido	21	177.279	199.035
Provisões para outras obrigações e encargos	22.1	57.465	45.774
Outras contas a pagar	19	467.820	478.125
		4.256.716	4.318.744
Passivo circulante			
Empréstimos	20	406.854	584.808
Financiamento de projetos	8.3	299.990	367.492
Fornecedores e outras contas a pagar	19	2.415.165	2.329.180
Imposto corrente		21.033	22.117
Instrumentos financeiros derivados	11	27.086	28.487
Provisões para outras obrigações e encargos	22.2	57.552	156.107
Passivos mantidos para venda	15	360.570	-
		3.588.250	3.488.191
Total do Passivo		7.844.966	7.806.935
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.400.215	8.456.387

As notas 1 a 37 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

(Em milhares de euros)

	Nota	Exercício finalizado a 31 de dezembro	
		2013	2012
Receita operacional		3.202.840	3.401.990
Receitas / Ventas	23 e 5	3.025.131	2.877.437
Outras receitas operacionais	24	30.900	399.336
Varição de estoque		(1.601)	(19.298)
Trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado		148.410	144.515
Despesas operacionais		(2.789.830)	(3.072.507)
Materiais consumidos e outras despesas externas	23	(1.798.838)	(2.029.961)
Gastos de pessoal	25	(382.784)	(416.376)
Amortizações e custos por perdas de imparidade	6, 7 e 8	(120.652)	(211.988)
Alteração de provisões de operações comerciais		(35.002)	18.675
Outras despesas operacionais	24	(452.554)	(432.857)
Resultado operacional		413.010	329.483
Gastos financeiros	27	(385.049)	(336.101)
Receitas financeiras	27	17.054	53.603
Resultado financeiro líquido	27	(367.995)	(282.498)
Participação nos lucros (prejuízos) de sociedades por equivalência patrimonial	9	-	-
Resultado antes de impostos		45.015	46.985
Imposto de renda e contribuição social	28	(30.613)	(20.068)
Lucro do exercício das operações continuadas		14.402	26.917
Lucro do exercício das operações descontinuadas líquido de impostos	15	(8.522)	(129.215)
Lucro líquido do exercício		5.880	(102.298)
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		6.640	(38.394)
Participação dos não controladores	18	(760)	(63.904)
		5.880	(102.298)

As notas 1 a 37 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTE CONSOLIDADO CORRESPONDENTE
AOS EXERCÍCIOS FINALIZADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de euros)

	Nota	Exercício finalizado a 31 de dezembro	
		2013	2012
Lucro/(Perda) do exercício		5.880	(102.298)
Outros lucros abrangentes:			
Epígrafes que não passarão a resultados:		-	-
		-	-
Epígrafes que poderão passar posteriormente a resultados:			
Diferenças de conversão de moeda estrangeira	17	(124.692)	(45.258)
Coberturas de fluxos de caixa		50.497	16.565
Efeito fiscal sobre itens que podem ser transferidos a resultados	21	(23.517)	(4.551)
Resultado global do exercício, sem o efeito de impostos		(97.712)	(33.244)
Resultado global total do exercício		(91.832)	(135.542)
Resultado global total do exercício atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		(78.724)	(76.018)
- Participação das não controladoras		(13.108)	(59.524)
Resultado global total do exercício		(91.832)	(135.542)
Resultado global total atribuível aos proprietários da Companhia dominante:			
- Actividades que continuam		(70.076)	374
- Actividades descontínuas		(8.648)	(76.392)
		(78.724)	(76.018)

As notas 1 a 37 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO –
EXERCÍCIO 2013

(Em milhares de euros)

	Atribuíveis aos acionistas da Controladora						Participações não dominantes (Nota 18)	Total Patrimônio Líquido
	Capital Social (Nota 16)	Prêmio de emissão (Nota 16)	Reserva Legal (Nota 16)	Reserva de hedge (Nota 11)	Diferença acumulada de conversão (Nota 17)	Lucros acumulados		
Saldo a 31 de dezembro de 2012	18.017	526.237	12.921	(49.095)	(79.532)	58.994	161.910	649.452
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	6.640	(760)	5.880
Hedges de Fluxos de Caixa líquidos	-	-	-	14.320	-	-	12.660	26.980
Diferenças de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	(99.684)	-	(25.008)	(124.692)
Total de outros resultados abrangentes	-	-	-	14.320	(99.684)	-	(12.348)	(97.712)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	14.320	(99.684)	6.640	(13.108)	(91.832)
Aumento de capital	-	-	-	(12.850)	-	29.591	(19.112)	(2.371)
Distribuição do resultado de 2012 (Nota 18)	-	-	2.359	-	-	(2.359)	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2013	18.017	526.237	15.280	(47.625)	(179.216)	92.866	129.690	555.249

As notas 1 a 37 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO –
EXERCÍCIO 2012

(Em milhares de euros)

	Atribuíveis aos acionistas da Controladora						Participações não dominantes (Nota 18)	Total Patrimônio Líquido
	Capital Social (Nota 16)	Prêmio de emissão (Nota 16)	Reserva Legal (Nota 16)	Reserva de hedge (Nota 11)	Diferença acumulada de conversão (Nota 17)	Lucros acumulados		
Saldo a 31 de dezembro de 2011	17.463	468.413	10.564	(60.741)	(30.262)	197.558	293.318	896.313
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(38.394)	(63.904)	(102.298)
Hedges de fluxos de Caixa Líquidos	-	-	-	11.646	-	-	368	12.014
Diferenças de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	(49.270)	-	4.012	(45.258)
Total de outros resultados abrangentes	-	-	-	11.646	(49.270)	-	4.380	(33.244)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	11.646	(49.270)	(38.394)	(59.524)	(135.542)
Aumento de capital	554	57.824	-	-	-	-	-	58.378
Outros movimentos e incorporação no escopo	-	-	-	-	-	(87.813)	(71.884)	(159.697)
Distribuição do resultado de 2011	-	-	2.357	-	-	(12.357)	-	(10.000)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	18.017	526.237	12.921	(49.095)	(79.532)	58.994	161.910	649.452

As notas 1 a 37 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

(Em milhares de euros)

	Notas	Exercício finalizado a 31 de dezembro	
		2013	2012
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos impostos		30.230	(100.313)
Ajustes para:			
- Amortizações e perdas por impairment	2.5, 6,7,8 e 15	128.952	332.112
- Alterações das previsões de operações comerciais		35.002	(18.251)
- Valor recebido pela venda de imobilizado		(2.196)	-
- Participação no resultado de sociedades por equivalência patrimonial	9 e 15	1.192	6.320
- Resultado financeiro líquido	27 e 15	378.924	296.816
- Remuneração financeira de ativos concessionados atribuídos a projetos	8.1	(105.301)	(97.865)
- Outros ajustes ao resultado	24	18.698	(357.840)
Subtotal		455.271	161.292
Variação no capital circulante:			
- Estoques		10.621	51.600
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber		(120.995)	169.999
- Ativos financeiros ao valor justo com alterações nos resultados		(7.015)	8.989
- Fornecedores e outras obrigações		71.553	(2.810)
- Provisões para outras obrigações e encargos		(23.715)	65.456
Caixa gerado nas operações		415.950	354.213
- Impostos pagos		(24.882)	(35.218)
Caixa líquido (Fluxo) gerado pelas atividades operacionais		391.068	318.995
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
- Saída líquida de caixa por combinações de negócios	32	(10.248)	(76.830)
- Aquisição de imobilizado incorpóreo e de ativos intangíveis		(19.975)	29.017
- Aquisição de imobilizado afeitos a projetos e outros ativos afeitos a projetos		(494.110)	(1.149.724)
- Variação líquida de outras contas a pagar a longo prazo		(3.035)	(85.937)
- Aquisição e inv. em sociedades por equivalência patrimonial		-	(1.287)
- Variação líquida de outras contas a receber		127.040	15.659
- Juros recebidos e outras receitas financeiras		14.906	48.860
Caixa líquida aplicada nas atividades de investimento		(385.422)	(1.220.242)

	Notas	Exercício finalizado a 31 de dezembro	
		2013	2012
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
- Obtenção de empréstimos bancários		183.867	149.191
- Restituição de empréstimos bancários		(230.934)	(110.711)
- Receitas de financiamento de projetos		449.680	979.934
- Reembolso de financiamento de projetos		(42.523)	(22.924)
- Outros instrumentos de dívida		(73.234)	203.075
- Juros pagados		(421.605)	(389.847)
- Contribuições da participação dos não controladores		(992)	(21.062)
- Dividendos pagados		-	(10.000)
Caixa líquida gerada pelas atividades de financiamento		(135.741)	777.656
Varição líquida de caixa e equivalentes a caixa			
		(130.095)	(123.591)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		561.847	674.366
Diferenças cambiais incluídas na variação líquida do exercício		(11.100)	11.072
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.1	420.652	561.847
Fluxo proveniente das operações descontinuadas	15	(8.330)	(4.622)

As notas 1 a 37 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

B

Relatório das demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de euros)

01

Informação geral

O GRUPO ISOLUX CORSÁN, S.A. (em diante a Sociedade) é uma sociedade que no fim do exercício 2013 conta com um grupo (em adiante o Grupo), formado por: Grupo Isolux Corsán, S.A., sociedade dominante, e as suas controladas e coligadas. Adicionalmente, o Grupo participa junto com outras entidades ou partícipes em joint ventures, bem como em uniões temporárias de empresas (adiante UTE's). Os Anexos I, II, III e IV a estas notas incluem informação adicional relativa às entidades incluídas no perímetro de consolidação. As empresas do Grupo têm participações inferiores a 20% do capital em outras entidades sobre as quais não têm influência significativa. O Grupo tem as suas atividades e principais vendas em Espanha, América Latina, Ásia, África e América do Norte.

A 17 de dezembro de 2004 formou-se a Sociedade que depois de alterações passou a chamar-se Grupo Isolux Corsán, S.A. A Sociedade controla as atividades do Grupo Isolux Wat, grupo que se diversificou no mercado espanhol e cuja principal atividade era a engenharia. Em 2005 deu-se a fusão entre a Sociedade e o Grupo Corsán Corviam que já tinha prestígio e cuja principal atividade era a construção. O Grupo Isolux Corsán surge fruto desta fusão

O domicílio fiscal do Grupo Isolux Corsán, S.A. encontra-se em Caballero Andante 8, 28021 Madrid. A Sociedade está também inscrita no Registo Mercantil de Madrid, em volume 20.745, livro 0, seção 8, folha 194, folha M-367466, inscrição 11. A última adaptação e refundição dos seus estatutos encontra-se inscrita no volume 20.745, livro 0 da Seção 8, folha 189, folha M-367466, inscrição Nº 7.

Para o efeito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, entende-se que existe um grupo quando a dominante dispõe de uma ou mais entidades controladas, sobre as quais detém o controlo, de forma direta ou indireta. Os princípios aplicados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, bem como o perímetro de consolidação, constam na Nota 2.2.

No Anexo I a estas notas constam os dados de identificação das sociedades controladas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de integração global.

No Anexo II a estas notas constam os dados de identificação das entidades associadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de participação.

No Anexo III a estas notas constam os dados de identificação dos joint ventures incluídos no perímetro de consolidação pelo método de integração proporcional.

Por outro lado, tanto a Sociedade dominante como certas sociedades controladas participam em UTEs e Consórcios, sendo incluídas nas respetivas sociedades os dados correspondentes às UTEs e Consórcios através da integração proporcional dos saldos de ativos, passivos, despesas e receitas. No Anexo IV inclui-se um detalhe das UTEs e Consórcios nas quais participam as sociedades do Grupo.

As principais variações no perímetro de consolidação ocorridas durante o exercício 2013 correspondem ao seguinte:

- Criação das seguintes sociedades: Isolux Corsan Construction, ULC, Isolux Corsán Puerto Rico, LLC, Siascan (PTY) LTD, Tenedora de Acciones de Generadora Eléctrica Molloco, SAC, Generadora Eléctrica Molloco, SAC, Corsan Corviam Asia Projects, Infrainter Infraestructuras Internacionales, SA, Parque Eólico Loma Blanca I, S.A, Parque Eólico Loma Blanca III, S.A, Grupo Isolux Corsan Finance, B.V., Isolux Energy Investments, SLUV y Linhas de Itacaiunas Transmissora de Energia LTDA
- Aquisição de 100% das ações da sociedade Isolmex, SA de CV, e aquisição de uma parte vinculada de 50% das participações sociais de Aparcamientos IC Gomez Ulla, S.L.
- Durante o exercício de 2013 foi declarada falência e posterior liquidação e dissolução da filial T-Solar Global, S.A., fabricante de painéis solares fotovoltaicos, ficando no entanto em suspenso as atribuições de administração e disposição sobre o seu património e nomeação de um administrador por parte dos tribunais. O Grupo considera que se perdeu o controlo da filial e como tal não vem incluída no escopo de consolidação desde março de 2013 sem que se suponha um impacto significativo no património e situação financeira do Grupo. As operações relativas à filial, enquanto ainda formava parte do escopo de consolidação, foram classificadas como "Atividades descontinuadas" (ver Nota 15).

As principais variações no perímetro de consolidação ocorridas durante o exercício 2012 correspondem ao seguinte:

- Aumento da participação no capital da sociedade Las Cabezas de Aranjuez, S.A., o que, além disso, resultou numa alteração no controlo (Nota 31).
- Aumento da participação na sociedade Viabahia Concessionária de Rodovias, S/A
- Venda de 100% das ações da sociedade Parque Cova da Serpe II, S.L., Residuos Ambientales de Galicia, S.L.
- Durante o exercício 2012 a Sociedade sofreu uma alteração na sua participação no Grupo T-Solar Global, principalmente graças a duas operações de permuta de ações. A primeira delas corresponde a uma ampliação de património líquido de 3,71% no Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L. através do contributo de ações de Grupo T-Solar Global (Nota 18). A segunda das operações corresponde à ampliação de património líquido de 3,17% do Grupo através do contributo de ações da mesma (Nota 16).
- Criação das Sociedades: Aguas de Gata, S.L., Ambulux, S.L., Isolbaja, S.A. de C.V., Constructora presa

el Purgatorio SPU, S.A. de C.V., Aparcamiento nuevo Hospital de Burgos, S.L., Parque Eólico Loma Blanca II, S.A., Isolux Infrastructure Netherlands, B.V., (Incluindo mudança de controle das subsidiárias dependentes da contribuição) Operadora Autopista Perote-Xalapa, S.A. de C.V., South East UP Power Transmission company Limited, ICCON Transmission Inc.

O Grupo Isolux Corsán, S.A., desenvolve o seu negócio tanto no mercado nacional como no mercado internacional. As principais atividades deste grupo (desenvolvidas pela própria sociedade ou pelas suas controladas) são as seguintes:

- Estudos de engenharia, montagens industriais e fabricação de elementos necessários para estas, instalações integrais e construção.
- Fabricação, comercialização e representação de produtos elétricos, eletrônicos, eletromecânicos, informáticos, industriais, maquinaria e aparelhagem.
- Prestação de qualquer tipo de serviços de consultoria, auditoria, inspeção, medição, análise, decisão, investigação e desenvolvimento, design, projeto, planificação, fornecimento, execução, instalação e montagem, direção e supervisão de projetos e obras, testes, ensaios, entrada em funcionamento, controle e avaliação, manutenção e reparação, em instalações integrais, instalações elétricas e eletrônicas, de climatização e ventilação, fluidos sanitários, de gás, elevadores e monta-cargas, contra incêndios, de deteção, de hidráulica de águas, de sistemas de informação, de mecânica e industriais, comunicações, energia, ambiente e linhas, subestações e centrais de energia.
- Construção completa, reparação, conservação e manutenção de qualquer tipo de obras, bem como de qualquer género de instalações e montagens.
- Compra e venda, arrendamento e exploração a qualquer título de bens imóveis ou de direitos reais sobre estes.
- Posse, gestão e direção de valores e participações representativas de capital de qualquer entidade.

O Grupo opera principalmente através das seguintes linhas de negócio:

- EPC (Engineering, Procurement and Construction), referentes principalmente a projetos de construção e engenharia na modalidade “chave na mão”, e que opera nas seguintes áreas de negócio:
 - Infraestruturas e Atividades Industriais: Inclui a construção de todo o tipo de obras civis e edificação residencial e não residencial, Telecomunicações, Instalações e Meio Ambiente.
 - Energia: Esta linha de negócio inclui as atividades de Engenharia e Energia, tanto térmica

como renovável, assim como atividades de Oil & Gas.

- Concessões: O Grupo é titular de concessões de infraestruturas terrestres, tais como autoestradas e parques de estacionamento, e igualmente de infraestruturas elétricas, tais como linhas de transmissão de alta tensão, centrais de geração de energia e parques de energia fotovoltaica.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram formuladas pelo Conselho de Administração a 27 de fevereiro de 2014. Os Administradores apresentaram estas demonstrações financeiras consolidadas diante do conselho de Administração e espera-se que sejam aprovadas sem alterações.

02

Resumo das principais políticas contábeis

Em seguida descrevem-se as principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Estas políticas foram aplicadas uniformemente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas.

Segundo o mencionado na Nota 15 do exercício de 2013, certas atividades foram consideradas como descontinuas, pelo que a informação incluída na demonstração de resultados consolidada de 2012 foi reformulada com o objetivo de ter em conta os efeitos desta mudança. Abaixo, um resumo dos principais efeitos.

	Exercício finalizado a 31 de dezembro de 2012		
	Antes de reexpressão	Efecto de reexpressão	Reexpressão
Total receitas de exploração	3.410.132	(8.142)	3.401.990
Total gastos de exploração	(3.087.125)	14.618	(3.072.507)
Resultado de exploração	323.007	6.476	329.483
Resultado financeiro líquido	(294.456)	11.958	(282.498)
Participação no resultado de sociedades por equivalência patrimonial	(6.320)	6.320	-
Resultado antes de impostos	22.231	24.754	46.985
Impuesto sobre as receitas	(12.708)	(7.360)	(20.068)
Lucro do exercício das operações continuadas	9.523	17.394	26.917
Lucro do exercício das operações descontinuadas líquido de impostos	(111.821)	(17.394)	(129.215)
Resultado do exercício	(102.298)	-	(102.298)
Atribuível a:			
Acionistas da Sociedade	(38.394)	-	(38.394)
Participações não dominantes	(63.904)	-	(63.904)
	(102.298)	-	(102.298)

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo a 31 de dezembro de 2013 foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards (NIIF), adotadas para a sua utilização na União Europeia, aprovadas pelos Regulamentos da Comissão Europeia (NIIF-UE) e que estão em vigor a 31 de dezembro de 2013. A data da primeira aplicação das NIIF para o Grupo foi a 1 de Janeiro de 2006.

As políticas indicadas em seguida foram aplicadas uniformemente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas.

Os montantes que aparecem expressos no presente documento estão em milhares de Euros, salvo quando for mencionado o contrário.

As demonstrações financeiras consolidadas foram prepa-

radas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado nos casos estabelecidos pelas próprias NIIF-UE, pelas quais determinados ativos e passivos são avaliados pelo seu valor justo. Nos casos em que a NIIF-UE permite aplicar diferentes critérios alternativos, a entidade optou conforme se indica a seguir:

- Avaliação do imobilizado corpóreo e intangível a custo histórico, capitalizando despesas financeiras durante o período de construção.
- Os joint ventures e as UTEs são consolidados pelo método de integração proporcional.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as NIIF-UE exige a utilização de certas estimativas contábeis críticas. Exige igualmente da Direção que exerça a sua consideração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Na nota 4 são

reveladas as áreas que implicam um maior grau de consideração ou de complexidade, ou as áreas nas quais as hipóteses e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas.

Normas, modificações e interpretações com data de entrada em vigor em 2013

a) Normas, modificações e interpretações de entrada em vigor em todos os exercícios com início a 1 de Janeiro de 2013, aplicada pelo Grupo:

- NIC 1 (Modificação) "Apresentação de Balanços financeiros". A principal mudança resultante desta modificação requer apresentar os elementos incluídos no balanço do resultado global em função de se serão transferidos para a conta de resultados no futuro ou não. A NIC 1 modificada é de aplicação obrigatória para todos os exercícios iniciados a partir de 1 de julho de 2012.
- NIC 19 (Modificação) "Remunerações aos funcionários". A NIC 19 modificada é de aplicação obrigatória para todos os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013.
- NIIF 7 (Modificação) "Instrumentos financeiros: Informação a ser revelada". A modificação da NIIF 7 é de aplicação obrigatória para todos os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013 sob a NIIF-UE e se aplica de forma retroativa.
- NIIF 13 "Valorização a valor razoável". Esta norma é de aplicação obrigatória a todos os exercícios anuais que se iniciem a partir de 1 de janeiro de 2013 sob a NIIF-UE e sob o NIIF aprovados pelo International Accounting Standards Boards, doravante NIIF-IASB.

A aplicação da nova normativa e de modificações anteriores por parte do Grupo não teve um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto no caso da NIC 1, que modificou o formato de apresentação do balanço de resultado global consolidado, mas que não teve efeito no resultado do Grupo.

b) Normas, modificações e interpretações de normas existentes que ainda não entraram em vigor, mas que podem se tornar efetivas durante os exercícios a se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2013 e que deverão ser adotadas pela União Européia:

- NIC 27 (Modificação) "Balanços financeiros separados". A NIC 27 modificada é de aplicação obrigatória a todos os exercícios anuais que se iniciem a partir de 1 de janeiro de 2014 sob a NIIF-UE (1º de janeiro de 2013 sob a NIIF-IASB). Após a publicação da NIIF 10, a NIC 27 cobre unicamente os balanços financeiros separados.

- NIC 28 (Modificação) "Investimentos em entidades associadas e negócios conjuntos". A NIC 28 foi atualizada para incluir referências aos negócios conjuntos, que sob a nova NIIF 11 "Acordos conjuntos" têm que ser contabilizados segundo o método de equivalência patrimonial. A NIC 28 modificada é de aplicação obrigatória a todos os exercícios anuais que se iniciem a partir de 1 de janeiro de 2014 sob a NIIF-UE (1º de janeiro de 2013 sob a NIIF-IASB).
- NIIF 10 "Balanços financeiros consolidados". A NIIF 10 substitui os requisitos de consolidação atuais da NIC 27 e introduz mudanças no conceito de controle, que continua sendo definido como o fator determinante de se uma entidade deve ou não ser incluída nos balanços financeiros consolidados. Esta norma é de aplicação obrigatória a todos os exercícios anuais que se iniciem a partir de 1 de janeiro de 2014 sob a NIIF-UE (1º de janeiro de 2013 sob a NIIF-IASB).
- NIIF 11 "Acordos conjuntos". Esta norma é de aplicação obrigatória a todos os exercícios anuais que se iniciem a partir de 1 de janeiro de 2014 sob a NIIF-UE (1º de janeiro de 2013 sob a NIIF-IASB). A NIIF 11 substitui a atual NIC 31 sobre negócios conjuntos e proporciona um tratamento contábil para acordos conjuntos, baseado nos direitos e obrigações surgidas do acordo e não em sua forma legal. Os tipos de acordos conjuntos se reduzem a dois: operações conjuntas e negócios conjuntos. As operações conjuntas implicam em que um participante tem direitos diretos sobre os ativos e obrigações surgidos do acordo, pelo que registra sua participação proporcional nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade na qual participa. Por sua parte, os negócios conjuntos surgem quando um participante tem direito ao resultado ou aos ativos líquidos da entidade na qual participa e, portanto, emprega o método de equivalência patrimonial para contabilizar sua participação na entidade. Já não se permite contabilizar as participações nos negócios conjuntos de acordo com o método de consolidação proporcional.
- NIIF 12 "Discriminações sobre participações em outras entidades". A NIIF 12 define as discriminações requeridas sobre participações em dependentes, associadas, negócios conjuntos e participações não dominantes. Esta norma é de aplicação obrigatória a todos os exercícios anuais que se iniciem a partir de 1 de janeiro de 2014 sob a NIIF-UE (1º de janeiro de 2013 sob a NIIF-IASB).
- NIC 32 (Modificação) "Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros": Na emenda da NIC 32 "Instrumentos financeiros: Apresentação" modifica-se a Guia de Aplicação da norma para esclarecer alguns dos requisitos para a compensação de ativos financeiros com passivos financeiros no balanço de situação. A mo-

dificação não causa mudanças ao modelo de compensação já existente na NIC 32, que continua sendo aplicável quando, e somente quando uma entidade tem de fato o direito, exigível legalmente, de compensar os montantes reconhecidos, e a intenção de liquidar a quantidade líquida, ou de realizar o ativo e cancelar o passivo simultaneamente. A emenda esclarece que o direito de compensar tem que estar disponível no momento atual – ou seja, não depende de um evento futuro. Adicionalmente, o direito tem que ser exigível legalmente no curso ordinário das operações das contrapartes implicadas na transação, inclusive nos casos de descumprimento (“default”), insolvência e falência. A modificação da NIC 32 é de aplicação obrigatória para todos os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014 e se aplica de forma retroativa.

- NIC 36 (Modificação) “Informação a revelar sobre o importe recuperável dos ativos não financeiros” o IASB publicou uma modificação de alcance limitado da NIC 36 “Deterioração do valor dos ativos”, em relação à informação a revelar referente ao importe recuperável de ativos deteriorados quando o importe recuperável se baseia no valor razoável menos os custos de alienação ou disposição por outra via dos mesmos. Através da NIIF 13 “Valorização do valor razoável” foram feitas as modificações conseguintes aos requisitos de revelação da NIC 36. Uma destas modificações foi redigida mais amplamente do que o previsto. A modificação corrige esta situação e, adicionalmente, requer que se apresentem informações complementares sobre as medições feitas a valor razoável quando houve uma deterioração de valor ou uma reversão do mesmo. Esta modificação se aplica aos exercícios anuais que se iniciem a partir de 1º de janeiro de 2014 e se aplica retroativamente.

O grupo está a analisar o impacto que estas novas normas possam vir a ter sobre as suas operações, tendo em especial atenção ao que poderá surgir da aplicação das NIIF 10, 11 e 12.

Baseado em uma avaliação preliminar, o principal impacto adviria da aplicação da NIIF 11 à consolidação de uma parte relevante do negócio de Concessões, que passariam a ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ao invés de por consolidação proporcional como era consolidado até a data. Os principais impactos estimados sobre as epígrafes do balanço consolidado e conta de resultados consolidada do exercício finalizado em 31 de dezembro 2013 seriam uma diminuição líquida nos Ativos totais de aproximadamente 3.705 milhões de Euros, nas rubricas de financiamento de projetos corrente e não corrente de aproximadamente 2.628 milhões de Euros, e na cifra de negócios de aproximadamente 624 milhões de Euros. Os impactos estimados são apresenta-

dos apenas com fins ilustrativos e não pretendem representar o impacto real que a aplicação da NIIF 11 e das demais normas e modificações descritas anteriormente haveriam tido nos balanços financeiros consolidados do Grupo para o ano terminado em 31 de dezembro de 2013, nem pretende projetar o impacto de tais normas e modificações nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo para qualquer período futuro, ou em qualquer data futura, que serão determinados uma vez que a análise em curso seja concluída.

c) Normas, modificações e interpretações das normas existentes que não foram adotadas pela União Europeia:

- NIIF 9, “Instrumentos financeiros”. Esta norma será aplicável para os exercícios anuais que tenham início a partir de 1 de janeiro de 2015 segundo as NIIF-IASB.
- CINIIF 21 “Gravames” é uma interpretação da NIC 37 “Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes” que aborda o tratamento contábil dos gravames impostos pelas administrações públicas, distintos do imposto sobre o lucro e de multas e sanções impostas pelo descumprimento da legislação. A interpretação é de aplicação obrigatória para todos os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 sob a NIIF-IASB.

O grupo está analisando o impacto que estas novas normas possam vir a ter sobre as suas demonstrações financeiras consolidadas caso sejam adoptadas.

2.2. Princípios de consolidação

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluídas as entidades com objeto especial) sobre as quais o Grupo tem poder para controlar as políticas financeiras e operacionais que geralmente estão acompanhadas por uma participação superior à metade dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo controla outra entidade, tem-se em consideração a existência e o efeito dos direitos potenciais de voto que atualmente sejam exercíveis ou convertíveis. O Grupo também avalia a existência de controlo quando não possui mais de 50% dos direitos de voto mas consegue controlar as políticas financeiras e operacionais mediante um controlo de facto. Esse controlo de facto pode surgir em circunstâncias nas que o número de direitos de voto do Grupo em comparação com o número de dispersão das participações de outros acionistas outorga ao Grupo o poder para dirigir as políticas financeiras e operacionais, etc.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido para o Grupo, e são excluídas da consolidação na data em que este cessa.

Quando, através da aquisição de uma dependente, o Grupo adquire um conjunto de ativos ou de ativos líquidos que não constituam um negócio, distribui-se o custo do grupo entre os ativos e passivos individuais identificáveis dentro do grupo, baseando-se nos justos valores dos mesmos na data de aquisição. Quando o Grupo incorrer em custos relacionados com a aquisição de participações numa sociedade que não constitua um negócio, e não se tenha finalizado a operação na data de fechamento, os mencionados custos são ativados no balanço patrimonial se for provável que a transação seja realizada posteriormente à data do balanço de contas. Se não puder ser considerado como provável que a transação seja realizada, os custos incorridos serão reconhecidos como despesas na demonstração de resultados.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para cada combinação de negócios, o Grupo pode optar por reconhecer qualquer participação não dominante na adquirida pelo valor justo ou pela parte proporcional da participação não dominante dos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no exercício em que foram incorridos.

Se a combinação de negócios for realizada por etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação no património líquido da adquirida anteriormente mantido pela adquirente valora ao valor justo na data de aquisição através do resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a transferir pelo Grupo é reconhecida pelo seu valor justo na data de aquisição. As alterações posteriores no valor de mercado da contraprestação contingente que se considere um ativo ou um passivo serão reconhecidas de acordo com as NIC 39 em resultados ou como uma alteração noutra resultado global. A contraprestação contingente que seja classificada como património líquido não será valorada de novo e a sua liquidação posterior será contabilizada dentro do património líquido.

O excesso da contraprestação transferida, a contribuição de qualquer participação não dominante na adquirida e o valor razoável na data de aquisição de qualquer participação prévia no património líquido na adquirida sobre o valor razoável dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são registrados como

fundo de comércio. Se o total da contraprestação transferida, a participação não dominante reconhecida, e a participação previamente mantida é menor que o valor razoável dos ativos líquidos da dependente adquirida no caso de uma aquisição em condições muito vantajosas, a diferença é reconhecida na conta de resultados.

São eliminadas as transações intercompanhias, os saldos e os lucros não realizados por transações entre as entidades de Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, exceto se a transação proporcionar a evidência de uma perda por deterioração de valor do ativo transferido. Se for necessário, para assegurar a uniformidade com as políticas adotadas pelo Grupo, são modificadas as políticas contábeis das controladas.

No Anexo I a estas notas aparecem desmembrados os dados de identificação das sociedades controladas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de integração global.

Existem sociedades participadas com um 50% ou menos que são consideradas dependentes, dado que o Grupo tem controlo através de acordos com acionistas (ver Anexo I).

O Subgrupo composto pela Isolux Infrastructure Netherlands, B.V. e as suas Sociedades Participadas, mais as sociedades "Estacionamientos Los Bandos Salamanca S.L." e "Estacionamientos IC Sarrion" participadas em 80,77%, 70% e 51% respetivamente pelo Grupo não se consideram controladas ao não ter o Grupo o controlo, dado que os acordos de acionistas estabelecem certos requisitos que fazem com que tais investimentos tenham que ser considerados como joint ventures (Veja Anexo III).

Alienação e modificações de controle das controladas

Quando o Grupo deixa de ter controlo, qualquer participação retida na entidade é revalorada ao seu valor justo na data em que o controlo é perdido, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida como uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, qualquer quantia anteriormente reconhecida no outro resultado abrangente relativo àquela entidade é contabilizado como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso poderia significar que os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes sejam reclassificados no resultado.

Nas transações em que o Grupo perde o controlo sobre um negócio passando a ter o controlo conjunto sobre o mesmo (ou tendo controlo conjunto passa a ter controlo), o Grupo tem como política avaliar a participação mantida a um valor razoável no momento da perda de controlo, tanto da parte

retida como da perda e reconhecer esta perda ou ganho nos resultados.

Alterações nas participações na propriedade em controladas sem mudança de controle

As transações com participações não controladas que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais – ou seja, como transações com os proprietários em sua capacidade de proprietários. A diferença entre o valor justo da contraprestação paga e a correspondente parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é reconhecida no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas nas alienações de participações de não controladas também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Joint ventures

O Grupo joint ventures as entidades, incorporadas ou não, onde dois ou mais partícipes possuam o controle conjunto em virtude de acordos contratuais. Como controle conjunto entende-se a situação, contratualmente estabelecida entre as partes, na qual as principais decisões financeiras e operativas requerem a unanimidade dos partícipes.

No exercício 2012 as participações em joint ventures são integradas pelo método de consolidação proporcional exceto pelas sociedades Lanscape Corsan, S.L., Pinares del Sur, S.L., e Alquilinia 5, S.L., participadas em 50% em todos os casos, respetivamente, já que são consolidadas, de acordo com o decidido pelo Grupo para os joint ventures do negocio imobiliário, segundo o método da participação. O Grupo combina linha a linha a sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas e fluxos de efetivo da entidade controlada em conjunto com as rubricas das suas contas que são semelhantes. No exercício 2013 o Grupo reconhece nas suas demonstrações financeiras consolidadas a participação nos lucros ou nas perdas procedentes de vendas de ativos do Grupo às entidades controladas em conjunto pela parte que corresponde a outros partícipes. O grupo não reconhece a sua participação nos lucros ou nas perdas da entidade controlada em conjunto e que derivam da compra, por parte do Grupo, de ativos da entidade controlada em conjunto enquanto os referidos ativos não forem vendidos a um terceiro independente. É reconhecida uma perda na transação de forma imediata se esta puser em evidência uma redução do valor líquido realizável dos ativos correntes ou uma perda por deterioração. Em outubro de 2012, o grupo toma o controle da sociedade “Las Cabezas de Aranjuez” (Nota 31) passando a consolidar como sociedade dependente ao ter o controle da mesma. No exercício de 2013 estes investimentos foram trespassados a ativos mantidos para venda, o resultado das mesmas foi classificado como atividades descontinuadas

dentro da conta de resultados do exercício, procedendo-se a reclassificar os resultados do exercício de 2012 dentro da mesma linha de efeitos comparativos.

No Anexo III a estas notas aparecem desmembrados os dados de identificação dos joint ventures incluídos no perímetro de consolidação pelo método de integração proporcional, exceto as sociedades nomeadas anteriormente consolidadas pelo método de participação.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce uma influência significativa, mas não tem o controle que, geralmente vem acompanhado por uma participação entre um 20% e um 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de participação e são reconhecidos inicialmente pelo seu custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o goodwill (líquido de qualquer deterioração de valor acumulada) identificado na aquisição.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada ao resultado, quando apropriado.

A participação do Grupo nas perdas ou lucros posteriores à aquisição das suas coligadas reconhece-se na demonstração de resultados e a sua participação nos movimentos em reservas posteriores à aquisição é reconhecida nas reservas. Os movimentos posteriores à aquisição, acumulados, são ajustados contra o montante em livros do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior à sua participação na mesma, incluída qualquer outra conta a cobrar não assegurada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em obrigações ou realizado pagamentos em nome da coligada.

Em cada data de apresentação de informação financeira, o Grupo determina se existe alguma evidência objetiva de que o valor do investimento na coligada tenha deteriorado. Se for o caso, o Grupo calcula o montante da perda por deterioração do valor como a diferença entre o montante recuperável da coligada e o seu montante em livros, e reconhece o montante adjacente à “participação nos lucros / (perdas) de uma coligada” na demonstração de resultados.

As perdas e lucros procedentes das transações ascendentes e descendentes entre o Grupo e as suas coligadas são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo só no que corresponda às participações de outros investidores nas coligadas não relacionadas com o investidor. As perdas não realizadas são eliminadas salvo se a transação proporcionar evidência de uma perda por deterioração do valor do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas têm

sido modificadas quando tem sido necessário para garantir a uniformidade com as políticas adotadas pelo Grupo.

Os lucros ou perdas de diluição em coligadas são reconhecidos na demonstração de resultados.

No Anexo II a estas notas aparecem desmembrados os dados de identificação das entidades coligadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de participação.

Unões Temporárias de Empresas (UTES)

Tem a consideração de união temporária de empresas (UTE), em conformidade com a definição outorgada pela legislação espanhola ou outras similares, o sistema de colaboração entre empresários por um tempo certo, determinado ou indeterminado, para o desenvolvimento ou execução de uma obra, serviço ou fornecimento.

A parte proporcional das rubricas do balanço e da demonstração de resultados das UTES são integradas no balanço e na demonstração de resultados da entidade partícipe em função da sua percentagem de participação. As transações entre as UTES e as outras subsidiárias do grupo são eliminadas.

No Anexo IV a estas notas aparecem desmembrados os dados de identificação das UTES incluídas no perímetro de consolidação pelo método de integração proporcional.

2.3. Transações em moeda estrangeira

Moeda funcional e apresentação

As rubricas incluídas nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são avaliadas utilizando a moeda no contexto económico no qual opera a entidade ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade, se bem que a efeitos de apresentação os valores são expressos em milhares de euros.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas à moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor no momento das transações, sendo valoradas ao final do exercício segundo a taxa de câmbio em vigência nesse momento. Os ganhos e perdas em moeda estrangeira resultantes da liquidação destas transações e da conversão às taxas de câmbio de encerramento dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto se forem diferidos em património líquido (outro resultado global), como os hedges

de fluxos de caixa e os hedges de investimentos líquidos qualificados.

As alterações no valor justo de títulos monetários denominados em moeda estrangeira, e classificados como mantidos para venda, são analisados entre diferenças de conversão resultantes de alterações no custo amortizado do título e outras alterações no montante registado nos livros do título. As diferenças de conversão são reconhecidas no resultado do exercício e outras alterações do montante registado nos livros são reconhecidas na demonstração do outro resultado abrangente.

As diferenças de conversão sobre rubricas não monetárias, tais como instrumentos de património mantidos ao valor justo com variações nos resultados, são apresentadas como parte do ganho ou perda no valor justo. As diferenças de conversão sobre rubricas não monetárias, tais como instrumentos de património classificados como investimentos financeiros, são incluídas no património líquido (Outro resultado abrangente).

Empresas do Grupo

Os resultados e a situação financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária) que têm uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos à moeda de apresentação do seguinte modo:

- Os ativos e os passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de encerramento à data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração de resultados são convertidas às taxas de câmbio médias (exceto se esta média não for uma aproximação razoável do efeito acumulativo das taxas existentes nas datas da transação, em cuja situação as receitas e as despesas são convertidas na data das transações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado do património líquido. (Outro resultado abrangente)

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas pela conversão de um investimento líquido em entidades estrangeiras, e de empréstimos e de outros instrumentos em moeda estrangeira designados como hedge dos referidos investimentos, são contabilizadas no património líquido dos acionistas. Quando são vendidas, essas diferenças de câmbio são reconhecidas na demonstração de resultados como parte do lucro ou perda na venda.

Os ajustes ao goodwill e ao valor justo que surgem na aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos da entidade estrangeira e são convertidos à taxa de câmbio de fecho do exercício, exceto por os good-

will originados com anterioridade ao 1 de janeiro de 2006. As diferenças de câmbio que surgem são reconhecidas noutro resultado global.

2.4. Imobilizado corpóreo

Os elementos do imobilizado corpóreo compreendem principalmente terrenos, construções, fábricas, escritórios, instalações técnicas, maquinaria e ferramentas. São reconhecidos pelo seu custo menos a amortização e as correspondentes perdas ou deterioração de valor acumuladas, exceto no caso dos terrenos, que são apresentados líquidos de perdas por deterioração. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição das rubricas.

Os custos posteriores são incluídos no montante registado nos livros do ativo ou são reconhecidos como um ativo separado apenas quando é provável que os futuros benefícios económicos associados aos elementos vão fluir ao Grupo, e o custo do elemento possa ser determinado de forma fiável. O montante registado nos livros do componente substituído é cancelado da contabilidade. As restantes reparações e manutenção são imputadas na demonstração de resultados durante o exercício no qual se gerou a correspondente despesa.

Os terrenos não são amortizados. A amortização dos ativos restantes é calculada utilizando o método das quotas constantes para afetar os seus custos aos seus valores residuais sobre as vidas úteis estimadas em função dos seguintes coeficientes:

	Coefficiente
Construções	1 % - 3 %
Instalações técnicas	6 % - 14 %
Maquinaria	10 % - 17 %
Ferramentas	12,5 % - 33 %
Mobiliário	5 % - 16 %
Equipamentos para processamento de informação	12,5 % - 25 %
Elementos de transporte	8 % - 14 %

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados se necessário, na data de cada balanço.

Quando o montante registado nos livros de um ativo for superior ao montante recuperável estimado, o seu valor é reduzido imediatamente até ao montante recuperável (Nota 2.9).

Os ganhos e perdas pela venda de imobilizado corpóreo são calculados comparando as receitas obtidas com o montante registado nos livros e estão incluídas na demonstração de resultados, na linha "Outras receitas operacionais".

Os trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado são avaliados pelo custo de produção e constam como receita na conta de ganhos e perdas.

Os bens recebidos pela cobrança de créditos são avaliados pelo preço que figura registado no crédito correspondente ao bem recebido, ou pelo preço de mercado ou menor.

2.5. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são apresentados mensurados ao seu custo de aquisição, de acordo com a legislação aplicável, seguindo para todos os efeitos os mesmos critérios de capitalização e amortização que para elementos da mesma classe das imobilizações corpóreas, tal e como se indica na anterior nota 2.4.

De acordo com os requisitos de discriminação de informação estabelecidos pela NIC 40, e embora o Grupo valore os seus investimentos imobiliários utilizando o método de custo, também determina periodicamente o seu valor justo entendendo como tal o valor de uso das mesmas. O dito valor de uso é determinado com base nas hipóteses de mercado estimadas pelo Grupo.

As dotações anuais em conceito de amortização dos investimentos imobiliários são realizadas com contrapartida na demonstração do resultado em função dos anos de vida útil estimada. Na demonstração de resultados do exercício atual foram registados 118 milhares de euros de amortização (2012: 69 milhares de euros).

2.6. Ativos intangíveis

Goodwill

O goodwill surge na aquisição de dependentes, coligadas e joint ventures, e representa o excesso da contraprestação transferida sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos líquidos identificáveis, passivos e passivos contingentes da adquirida, e o valor justo da participação não dominante na adquirida.

Para efeitos de realização das provas para perdas por deterioração, o goodwill adquirido numa joint venture é atribuído a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou Grupos de unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem das sinergias da combinação. Cada unidade ou Grupo de unidades às quais se atribui o goodwill representa o nível mais baixo dentro da entidade ao qual é controlado o goodwill para efeitos de gestão interna. O goodwill é controlado ao nível do segmento operativo.

As revisões das perdas por deterioração do valor do good-

will são realizadas anualmente ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma potencial perda por deterioração. O montante em livros do goodwill é comparado com o montante recuperável, que é o maior montante entre o valor em uso ou o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por deterioração é reconhecida imediatamente como uma despesa e posteriormente não se reverte.

Concessões administrativas

As Concessões administrativas são registadas pelo montante satisfeito pela Sociedade em conceito de taxas de cessão ou exploração. Em certos casos, as concessões referem-se à autorização administrativa concedida por diversos organismos públicos para a construção e posterior exploração, durante um período determinado nos respetivos contratos, de estações, autoestradas, linhas de transmissão elétrica e outros bens. Os ativos relacionados com estas concessões são classificados dentro de ativos concessionados atribuídos a projetos (Nota 2.7).

Softwares

As licenças para programas informáticos adquiridos a terceiros são capitalizadas sobre a base dos custos nos quais se incorreu na sua aquisição e na preparação para a utilização do programa específico. Estes custos são amortizados durante as vidas úteis num período máximo de 5 anos.

As despesas relacionadas com o desenvolvimento ou com a manutenção de programas informáticos são reconhecidas como despesa no momento em que são geradas. As despesas diretamente relacionadas com a produção de programas informáticos únicos e identificáveis, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis, sempre que seja provável que venham a gerar benefícios económicos superiores aos custos durante mais de um ano.

Os custos de desenvolvimento de programas informáticos reconhecidos como ativos são amortizados pelo método das quotas constantes durante as suas vidas úteis estimadas (não superam os 5 anos).

Gastos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos de investigação são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os custos incorridos com motivo de projetos de desenvolvimento (relativos ao desenho e teste de produtos novos ou melhorados) são reconhecidos como ativo intangível sempre que cumprirem os seguintes requisitos:

- É tecnicamente possível completar a produção do ativo intangível de forma que possa estar disponível para

a sua utilização ou venda;

- A Direção tem intenção de completar o ativo intangível em questão, para o seu uso ou venda;
- Existe a capacidade para utilizar ou vender o ativo intangível;
- É possível demonstrar a forma como o ativo intangível irá gerar benefícios económicos prováveis no futuro;
- Existe disponibilidade dos adequados recursos técnicos, financeiros ou de outro género para completar o desenvolvimento e para utilizar ou vender o ativo intangível; e
- É possível avaliar, de forma fiável, o desembolso atribuído ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas como despesa quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como um ativo num exercício posterior. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram capitalizados os custos de desenvolvimento.

2.7. Ativos concessionados e Imobilizados afetos a projetos

Quando as concessões se referem à autorização administrativa concedida por diversos organismos públicos para a construção e posterior exploração, durante um determinado período de tempo nos respetivos contratos, de infraestruturas de estacionamento, autoestradas, linhas de transmissão elétrica e outros bens, é aplicado um tratamento contábil definido de acordo com as bases contidas na CINIIF 12, sempre que, de acordo com os termos contratuais, o Grupo esteja autorizado a usar a infraestrutura concessionada, mas não a controla porque:

- Os ativos objeto de concessão são propriedade do organismo concedente na maior parte dos casos.
- O organismo concedente controla ou regula o serviço da Sociedade concessionária, bem como as condições nas quais deve ser prestado o serviço referido.
- Os ativos são explorados pela sociedade concessionária em conformidade com os critérios estabelecidos no caderno de encargos da concessão durante um período operacional estabelecido.
- No fim do referido período, os ativos revertem ao organismo concedente, sem que o concessionário tenha direito algum sobre eles.

Quando as concessões estão abrangidas pela CINIIF 12 os respetivos ativos podem ser classificados como:

- Ativos financeiros: Quando a entidade concedente estabelece um direito incondicional a receber caixa ou

outros ativos financeiros independentemente do uso do serviço público pelos usuários.

- Ativos intangíveis Unicamente quando os contratos correspondentes não estabelecem um direito contratual a receber caixa ou outros ativos financeiros da entidade concedente, independentemente do uso do serviço público por parte dos usuários.

Estas concessões são financiadas principalmente mediante a figura conhecida como "Project finance" (financiamento de projetos).

Estas estruturas de financiamento são aplicadas a projetos que são capazes por si mesmos de dar garantias suficientes às entidades financeiras participantes do reembolso das dívidas contraídas para a sua execução, se bem que, principalmente durante o período de construção e até à entrada em funcionamento dos projetos, podem existir certas garantias adicionais. Assim, cada um deles é desenvolvido através de sociedades específicas nas quais os ativos do projeto são financiados, por um lado, mediante uma contribuição de fundos dos promotores, que está limitada a uma quantia determinada, e por outro, geralmente de maior volume, mediante fundos alheios em forma de dívida a longo prazo. O serviço de dívida destes créditos ou empréstimos está garantido fundamentalmente pelos fluxos de caixa que o próprio projeto gerar no futuro, assim como por garantias reais sobre os ativos do projeto.

As receitas são reconhecidas de acordo com o valor justo do serviço prestado.

Serviços de construção:

O Grupo reconhece as receitas de serviços de construção de acordo com o estabelecido na nota 2.23.

As quantias recebidas ou a receber pelos serviços de construção são reconhecidas de acordo com o seu valor justo.

Os ativos são avaliados com base nos custos diretamente atribuíveis à sua construção até à data de entrada em exploração, como estudos e projetos, expropriações, reposição de serviços, execução de obra, direção e despesas de administração de obra, instalações e edificações e outros semelhantes, bem como a parte correspondente de outros custos indiretamente imputáveis, na medida em que estes corresponderem ao período de construção. Além disso, também são capitalizadas (sob o modelo de Ativo Intangível) as despesas financeiras geradas durante o período de construção.

O grupo reconhece as obrigações contratuais na medida em que se vão incurindo os serviços relacionados, no entanto, quando o organismo concedente tem cumprido as suas obrigações contratuais em maior medida que as obrigações correspondentes à sociedade concessionária do grupo, regista-se um passivo e um aumento do ativo intangível pela quantia que iguala a obrigação prestada pelo grupo com a obrigação cumprida

pelo organismo concedente. Esta situação acontece principalmente quando a entidade concessionária do grupo recebe o direito de cobrar aos usuários desde o primeiro momento da vida da concessão, estando esta referida a uma infraestrutura existente, que posteriormente será melhorada e/ou ampliada.

Nas concessões sob o modelo de ativo intangível, são reconhecidas desde o primeiro momento da concessão, como parte do valor justo do ativo, as provisões por desmantelamento, retirada ou substituição, assim como os trabalhos relacionados com melhorias e aumentos de capacidade, cujas receitas relacionadas estão incluídas sob os contratos de concessão, e tanto o desconto de valor temporário de tais provisões como a correspondente amortização são imputados ao resultado do exercício.

Adicionalmente, as provisões relacionadas com grandes reparações vão sendo imputadas nos resultados de forma sistemática à medida que forem geradas.

Sob o modelo de ativo financeiro, a contrapartida do serviço de construção é uma conta por cobrar que além disso inclui um rendimento financeiro que é calculado com base na taxa de rendimento esperada para o projeto em função dos seus fluxos estimados, incluindo, nos casos que estiverem previstos no contrato, projeções de inflação e revisões tarifárias estipuladas nos contratos. Ao final da construção, o Grupo reavalia o valor razoável do serviço prestado sempre e quando as circunstâncias houverem mudado ou houverem desaparecido as incertezas existentes durante o período de construção. Depois de iniciada a fase operacional, a conta por receber é valorada a custo amortizado, registando-se na demonstração do resultado o efeito de qualquer diferença entre os fluxos reais e os estimados. A taxa de rendimento não é modificada a exceção duma mudança substancial das circunstâncias que afetam os fluxos do ativo concessionado (reequilíbrios económicos outorgados pelo organismo concedente, ampliações de contratos, outras causas, etc.).

O grupo classifica a remuneração financeira dos ativos financeiros concessionados como receitas ordinárias dado que a dita receita forma parte do objeto geral de atuação do grupo, exercido regularmente e que proporciona receitas de caráter periódico.

Quando existem reclamações contra o concedente, devido aos sobrecustos de construção, o Grupo somente reconhece a si, a entrada correspondente quando as negociações tenham alcançado um estado avançado e a probabilidade de que o concedente aceite a reclamação e que a quantia desta possa ser medida de forma confiável.

Serviços de manutenção e exploração:

As despesas de conservação e manutenção que não representam uma ampliação da vida útil ou da capacidade produ-
ti-

va dos correspondentes ativos são registadas como despesa do exercício em que se produzem. As concessões seguem o critério de cobrir com a amortização a totalidade do investimento realizado ao finalizar o período do projeto, líquido de qualquer valor que o organismo concedente reembolsará na finalização da concessão. A Sociedade concessionária recebe as receitas pelos serviços prestados, tanto diretamente dos usuários, como através do próprio organismo concedente.

Quando começa o período operacional, as cobranças são reconhecidas como receitas ordinárias e as despesas operacionais como despesas ordinárias no exercício. Sob o modelo de ativo intangível, os ativos são amortizados de forma linear durante a vida da concessão, exceto nos casos das autoestradas e dos estacionamentos, os quais são amortizados de forma sistemática em função do trânsito / ocupação estimada durante o período de concessão. A cada fechamento a rentabilidade do projeto é revisada para avaliar a existência de algum indicador de perda de valor por não serem recuperáveis os ativos em relação com as receitas geradas pela sua exploração.

2.8. Custos por juros

Os custos por juros incorridos para a construção de qualquer ativo qualificado são capitalizados durante o período de tempo necessário para completar e preparar o ativo para o objetivo de uso são calculados de acordo com a NIC 23. Outros custos por juros são levados a despesas.

Os custos por juros gerais e específicos que sejam atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos elegíveis, que são aqueles que necessariamente exigem um período de tempo substancial antes de estar preparados para o uso previsto ou venda, somam-se ao custo destes ativos, até que chegue o momento em que os ativos estão substancialmente preparados para o uso desejado ou para venda.

Os ingressos financeiros obtidos através do investimento temporário dos empréstimos específicos à espera de uso nos ativos elegíveis são dedutíveis dos custos por juros suscetíveis à capitalização.

O resto dos custos por juros são reconhecidos como resultados no exercício em que ocorrem.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida e o goodwill não estão sujeitos a amortização e são submetidos anualmente a provas de perdas por deterioração de valor. Os ativos sujeitos a amortização são submetidos a provas de perdas por deterioração de valor sempre que algum acontecimento ou alteração

nas circunstâncias indicar que o montante registado nos livros pode ser irrecuperável. É reconhecida uma perda por deterioração de valor pelo excesso do montante registado nos livros do ativo em relação ao seu montante recuperável. O montante recuperável é o maior dos dois seguintes valores: o valor justo de um ativo menos os custos para a venda, ou o valor de uso. Com o objetivo de avaliar as perdas por deteriorações de valor, os ativos são agrupados ao nível mais baixo para o qual haja fluxos de caixa identificáveis por separado (unidades geradoras de caixa). Os ativos não financeiros diferentes do goodwill que tiverem sofrido uma perda por deterioração de valor são submetidos a revisões à data de cada balanço caso tiverem acontecido reversões da perda.

2.10. Ativos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo com variações em resultados, empréstimos e contas a cobrar, mantidos até ao seu vencimento e mantidos para venda. A classificação depende do propósito com o qual foram adquiridos os ativos financeiros. A Direção determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial e revisa a classificação em cada data de apresentação da informação financeira.

De acordo com a modificação da NIIF 7 o Grupo procede a classificar as alterações a mercado dos instrumentos financeiros em função do nível mais baixo dos dados utilizados que sejam significativos para o conjunto do valor justo do investimento. De acordo com esta norma, os instrumentos financeiros devem ser classificados com a seguinte tipologia:

1. Preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos
2. Dados observáveis para o instrumento: quer seja diretamente (preços) ou indiretamente (baseados em preços).
3. Dados que não estão baseados em observações no mercado

Ativos financeiros a valor de mercado com variações nos resultados

Os ativos financeiros a valor justo com variações nos resultados são ativos financeiros disponíveis para negociar. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido principalmente com o propósito de ser vendido a curto prazo. Os derivativos também são classificados como adquiridos para a sua negociação exceto se forem designados como hedge. Os ativos desta categoria são classificados como ativos circulantes. Se liquidando pensar durante um período de 12 meses, em outros casos são classificados como não circulantes.

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e as contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados num mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço patrimonial, que são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e contas a receber são incluídos em clientes e outras contas a receber no balanço consolidado (Nota 2.13), assim como em ativos concessionados atribuídos a projetos no caso de contas a receber relacionadas com modelos de ativos financeiros em concessões (Nota 2.7).

Também se inclui a rubrica do balanço consolidado de caixa e equivalente à caixa (Nota 2.14).

Ativos financeiros disponíveis até ao seu vencimento

Os ativos financeiros mantidos até ao seu vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Direção do Grupo tem a intenção capacidade para manter até ao seu vencimento. Se o grupo vendesse uma quantia que não fosse insignificante dos ativos financeiros disponíveis até ao vencimento, a categoria completa seria reclassificada como mantido para venda. Estes ativos financeiros mantidos para venda estão incluídos nos ativos não circulantes, exceto aqueles com vencimento inferior a 12 meses a contar da data do balanço e que são classificados como ativos circulantes.

Ativos financeiros mantidos para venda

Os ativos financeiros mantidos para venda são ativos não derivativos que são designados nesta categoria ou que não estão classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em ativos não circulantes exceto quando o vencimento seja inferior a 12 meses a contar da data do balanço ou se a Direção pretender alienar o investimento nesse período.

Contabilização dos ativos financeiros

As aquisições e alienações de investimentos são reconhecidas na data da negociação, ou seja, quando o Grupo se compromete a adquirir ou vender o ativo. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo mais os custos da transação para todos os ativos financeiros não levados a valor justo com variações nos resultados. Os ativos financeiros a valor justo com variações nos resultados são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e os custos da transação são levados a resultados. Os investimentos são cancelados contabilmente quando vencem os direitos a receber fluxo de

caixa dos investimentos, ou quando são transferidos e o Grupo traspassa substancialmente todos os riscos e vantagens derivadas da sua titularidade. Os ativos financeiros mantidos para venda e os ativos financeiros pelo seu valor justo com alterações nos resultados são contabilizados posteriormente pelo seu valor justo. Os empréstimos e contas a cobrar são contabilizados pelo custo amortizado em conformidade com o método de taxa efectiva de juros.

Os ganhos e perdas que surgem de variações do valor justo da categoria de "ativos financeiros a valor justo com variações nos resultados" são incluídos na conta de perdas e ganhos no exercício em que aparecem. As receitas por dividendos derivados de ativos financeiros ao valor justo com variações nos resultados são reconhecidas na demonstração do resultado quando é estabelecido o direito do Grupo a receber o pagamento.

As variações no valor justo de títulos monetários denominados em moeda estrangeira e classificados como mantidos para venda são analisadas separando as diferenças surgidas no custo amortizado do título e outras alterações no seu montante contabilizado. As diferenças de conversão de títulos monetários são reconhecidas na demonstração do resultado consolidada; as diferenças de conversão de títulos não monetários são reconhecidas no património líquido (outro resultado abrangente). As variações no valor de mercado dos títulos monetários e não monetários classificados como mantidos para venda são reconhecidos no património líquido (outro resultado abrangente).

Quando os títulos classificados como mantidos para venda são alienados ou sofrem uma deterioração de valor, os ajustes acumulados ao valor justo, reconhecidos no património líquido, são incluídos na demonstração do resultado consolidado.

Os juros de títulos mantidos para venda calculados utilizando o método da taxa efectiva de juros são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica de "Resultados financeiros líquidos". Os dividendos de instrumentos de património líquido mantidos para a venda são reconhecidos como "Resultados financeiros líquidos" quando é estabelecido o direito do Grupo a receber o pagamento.

O valor justo dos investimentos cotados está baseado em preços de compra correntes. Se o mercado não for ativo para um ativo financeiro (e para os títulos não cotados), o Grupo estabelece o valor justo utilizando técnicas de avaliação que incluem o uso de transações livres recentes entre partes interessadas e devidamente informadas, referidas a outros instrumentos substancialmente iguais, o análise de fluxos de caixa descontados e modelos de fixação de preços de opções utilizando ao máximo os dados de mercado e confiando o menos possível nos dados específicos da entidade.

O Grupo avalia na data de cada balanço se existe evidência

objetiva da possibilidade de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros ter sofrido perdas por deteriorações de valor. No caso específico dos títulos de capital classificados como mantidos para venda, no intuito de determinar se os títulos sofreram perdas por deteriorações de valor, é preciso considerar se houve algum decréscimo significativo ou prolongado no valor justo dos títulos por baixo do seu custo. Caso exista qualquer evidência deste tipo para os ativos financeiros mantidos para a venda, a perda acumulada (determinada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente depois de subtrair qualquer deterioração de valor nesse ativo financeiro previamente reconhecido nos lucros ou perdas) é eliminada do patrimônio líquido e é reconhecida na demonstração de resultados. As perdas por deteriorações de valor reconhecidas na demonstração de resultados por instrumentos do patrimônio não são reversíveis através da demonstração de resultados.

Os testes de deterioração de valor das contas a cobrar são descritos na Nota 2.13.

Os ativos financeiros são cancelados no balanço quando se transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua propriedade. No caso de contas a receber este fato produz-se no geral se forem transmitidos os riscos de insolvência e mora.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e são apresentados no seu valor líquido no balanço, quando existe um direito, exigível legalmente, de compensar os montantes reconhecidos, e o Grupo tem a intenção de liquidar pelo valor líquido ou de realizar o ativo e cancelar o passivo simultaneamente.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data em que é efetuado o contrato de derivativos e posteriormente o seu valor justo é avaliado novamente. O método para reconhecer o lucro ou a perda resultante depende de se o derivativo tem sido designado ou não como um instrumento de hedge e, se assim for, da natureza do item que esteja coberto. O Grupo aplica contabilidade de coberturas quando a cobertura for altamente eficaz para cobrir o valor razoável das rubricas cobertas. O Grupo pode designar determinados derivativos como:

- Hedge do valor justo de passivos reconhecidos (hedge do valor justo);
- Hedge de um risco concreto associado a um passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável (hedge de fluxos de caixa); ou
- Hedge de um investimento líquido numa operação no estrangeiro (Hedge de investimento líquido).

O Grupo documenta no início da transação a relação existente entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, bem como os seus objetivos para a gestão do risco e a estratégia para cometer várias transações de hedge. O Grupo também documenta a sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

Na Nota 11 mostra-se o valor justo de vários instrumentos derivativos utilizados para efeitos de hedge.

Os movimentos na reserva de hedge são mostrados no Estado Consolidado de Variações no Patrimônio Líquido. O valor justo total dos derivativos hedge é classificado como um ativo ou passivo não circulante sempre que o vencimento restante do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e é classificado como um ativo ou passivo circulante sempre que o vencimento restante do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Os derivativos que não contam contabilmente como hedge são classificados como ativo ou passivo circulante.

De acordo com a modificação da NIIF 7 o Grupo procede a classificar as valorações de mercado dos instrumentos financeiros em função do explicado na nota 2.10.

Hedge a valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge do valor justo são registados na demonstração de resultados, junto com qualquer variação no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que seja atribuível ao risco coberto.

Se o hedge não está mais de acordo com os critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até ao vencimento.

Hedge de fluxos de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de fluxos de caixa é reconhecida no patrimônio líquido. A perda ou ganho relacionado com a parcela não efetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado dentro de "Resultado financeiro líquido".

Os montantes acumulados no patrimônio líquido são levados à demonstração de resultados nos períodos nos quais a rubrica coberta afeta o resultado (por exemplo, quando tem lugar a venda prevista que está a ser coberta). O lucro ou perda relativo à parte efetiva de permutas de taxa

de juros, que cobrem capital alheio à taxa variável, é reconhecido na demonstração do resultado dentro de "Resultado financeiro líquido". O lucro ou perda relativo à parcela efetiva de contratos a prazo em moeda estrangeira que cobrem vendas é reconhecido na demonstração de resultados dentro de "Receitas / Vendas" e os que cobrem compras são reconhecidos em "Materiais consumidos e outras despesas externas".

Quando um instrumento de hedge vence, ou é vendido, ou quando não cumpre os requisitos exigidos para a contabilidade de hedge, qualquer lucro ou perda acumulada até esse momento no património líquido permanece no património e é reconhecido quando a transação prevista for finalmente reconhecida na demonstração de resultados. Quando é de esperar que a transação prevista não tenha lugar, o lucro ou a perda acumulada no património líquido é levada imediatamente à demonstração de resultados dentro de "Resultado financeiro líquido".

Hedge de investimento líquido

Os hedges de investimentos líquidos em operações no estrangeiro são contabilizados de forma semelhante aos hedge de fluxos de caixa. Qualquer lucro ou perda no instrumento de hedge relativo à parcela efetiva da cobertura é reconhecido no património líquido. O lucro ou perda relativo à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados. Os ganhos e perdas acumulados no património líquido são incluídos na demonstração de resultados quando a operação no estrangeiro for alienada.

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Grupo não tem derivativos hedge de investimentos líquidos no estrangeiro.

Derivativos a valor justo através de resultados contabilizados a valor justo com variações nos resultados.

Determinados derivativos não qualificam para a contabilidade de hedge e são reconhecidos pelo seu valor justo com variações nos resultados. As variações no valor justo de qualquer instrumento derivado que não se qualifique para a contabilidade de cobertura são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados dentro de "Resultado financeiro líquido".

2.12. Estoques

As matérias-primas e os produtos acabados são avaliados pelo preço de custo de aquisição ou de produção conforme o critério de custo médio ponderado ou pelo seu valor líquido realizável, o menor destes dois.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui os custos de desenho, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas de produção (baseados na capacidade normal de trabalho dos meios de produção). As variações no preço dos estoques referenciados a índices variáveis são registadas contra o valor dos estoques.

Os prédios em construção e outras edificações são avaliados tomando por base os custos diretos de execução, incluindo, além disso, os custos relativos ao financiamento gerados durante o desenvolvimento das diferentes fases, bem como os custos de estrutura imputáveis aos referidos projetos, e são classificados a curto prazo ou longo prazo em função do prazo de finalização da promoção superar, ou não, os doze meses.

A avaliação dos produtos obsoletos, defeituosos ou de movimento lento foi reduzida ao seu valor líquido realizável.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decorrer normal do negócio, subtraídos os custos variáveis de venda aplicáveis.

2.13. Contas a receber de clientes e demais contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem a montantes a receber de clientes pelas vendas de mercadorias ou prestação de serviços realizados no decurso normal da exploração. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal, se este for maior), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado em conformidade com o método da taxa efectiva de juros, menos a provisão por perdas por deterioração de valor. É estabelecida uma provisão para perdas por deterioração de contas comerciais a receber quando existe evidência objetiva do Grupo não ser capaz de cobrar todos os montantes que lhe são devidos, conforme os termos originais das contas a receber. A existência de dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, ou a probabilidade do devedor declarar insolvência ou iniciar um processo de reorganização financeira e a falta ou a demora nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber sofreu deterioração. O montante da provisão é a diferença entre o montante registado nos livros do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efectiva de juros. O montante registado nos livros do ativo é reduzido à medida que é utilizada a conta de provisão e a perda é reconhecida na demonstração de resultados. Quando uma conta a receber for incobrável, é regularizada contra a conta de provisão para as contas a

receber. A recuperação posterior de montantes cancelados com antecedência é reconhecida nos resultados do exercício em que for realizada a recuperação.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem a caixa, os depósitos bancários e outros investimentos a curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais inferiores ou iguais a três meses. No balanço patrimonial, os descobertos bancários são classificados como empréstimos bancários no passivo circulante.

2.15. Capital social

O capital social é composto, na sua totalidade, por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, das receitas obtidas.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando essas ações são vendidas ou, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.16. Receita diferida

a) Subvenções de capital

Segundo os requisitos das NIIF-UE, as subvenções oficiais são registradas em livros quando existir uma segurança razoável de que se vão cumprir as condições relacionadas à sua entrega e que se vão ser recebidas as subvenções. As subvenções e ajudas concedidas ao Grupo estão sujeitas a várias condições. Continuamente são avaliadas as expectativas de cumprimento das condições exigidas para a obtenção de todas as ajudas mencionadas, e considera-se que estas s vão ser cumpridas sem incidências que obriguem ao Grupo a devolver uma parcela ou a totalidade das ajudas concedidas. Portanto, as subvenções encontram-se reconhecidas a 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Nota 19).

O Grupo dispõe de diversas ajudas para o financiamento dos seus investimentos. Dadas as diferentes características de cada uma das subvenções que recebe, faz-se uma avaliação para determinar o montante delas nos casos em que as ajudas estejam referidas a empréstimos que não gerem taxas de juros. Nestas situações, os juros implícitos destes empréstimos são calculados utilizando uma taxa efectiva de juros de mercado para obter o valor justo dos empréstimos. A diferença entre o valor nominal e o valor justo dos empréstimos é considerada como uma receita diferida que será imputada nos resultados conforme o objetivo que o empréstimo concedido estiver financiado. Se o empréstimo sem juros for destinado à aquisição de um ativo, a receita diferida será imputada nos resultados durante a vida útil do ativo. Se o empréstimo sem juros estiver relacionado com despesas operacionais, a receita diferida será imputada nos resultados no momento em que dita despesa for efetuada.

b) Empréstimos sem incidência de juros concedidos por órgãos oficiais:

Os empréstimos recebidos pelo Grupo sem incidência de juros são reconhecidos pelo seu valor atualizado (calculado usando uma taxa efetiva de juros de mercado) e a diferença gerada no momento inicial entre o valor nominal do empréstimo e seu valor corrigido é atribuída da seguinte forma:

Quando o destino do financiamento é a aquisição de um ativo, a diferença mencionada acima é reconhecida como receita diferida e atribuída ao resultado do exercício no período de depreciação dos ativos financiados.

c) Deduções

As receitas fiscais obtidas de deduções ou créditos de imposto de renda ainda a serem aplicados, por investimentos em imobilizado, são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado no mesmo período em que o imobilizado que gerou essas deduções ou créditos é depreciado, uma vez que isso envolve assistência específica sujeita a cumprimento de certas condições e têm o objetivo de incentivar investimentos em energias renováveis.

2.17. Fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário serão apresentadas como passivo não circulante.

2.18. Instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros compostos emitidos pelo Grupo compreendem notas conversíveis que podem ser convertidas em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças no seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo de um passivo similar sem a opção de conversão no patrimônio. O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto, considerado globalmente e o valor justo do componente de passivo. Qualquer custo de transação diretamente atribuível ao título é alocado aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é avaliado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os fluxos de caixa estimados são reestimados em cada data de fechamento e as alterações no custo amortizado utilizando o tipo de juro efetivo original são reconhecidos na conta de ganhos e perdas. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é avaliado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.19. Empréstimos Bancários e outras dívidas financeiras

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, liquidados dos custos incorridos na transação. Subsequentemente, os empréstimos bancários são avaliados pelo custo amortizado; qualquer diferença entre os fundos obtidos (liquidados dos custos necessários para a sua obtenção) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração de resultados durante a existência da dívida, de acordo com o método da taxa efectiva de juros.

Os empréstimos bancários são classificados como passivos circulantes, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os juros e outras despesas incorridas com a obtenção de empréstimos bancários são imputados aos resultados do exercício, seguindo o critério do rendimento.

As comissões abonadas pela obtenção de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação da dívida

sempre que seja provável que se possa dispor de uma parte ou da totalidade da linha. Neste caso, as comissões diferem até que a disposição seja produzida. Na medida em que não seja provável que se vá dispor de toda ou parte da linha de crédito, a comissão irá capitalizar-se como um pagamento antecipado por serviços de liquidez e é amortizado no período ao que se refere a disponibilidade do crédito.

Outras dívidas financeiras convertíveis obrigatoriamente em instrumentos de patrimônio numa determinada data ou período de tempo são reconhecidas inicialmente por seu valor razoável, excluindo os custos de transação e posteriormente a custo amortizado, em função da taxa de juros efetiva original e reconhecendo ajustes no valor nos balancetes através de resultados por alterações na previsão dos fluxos futuros de amortização das dívidas.

2.20. Impostos correntes e diferidos

A despesa por imposto do exercício compreende o imposto corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto as partidas registadas diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto é reconhecido também no patrimônio líquido.

O encargo por imposto corrente é calculado com base nas leis fiscais aprovadas ou a ponto de serem aprovadas na data de balanço nos países que as sociedades do Grupo operam e geram resultados sujeitos a impostos. A Direção avalia periodicamente a sua posição em relação às declarações de impostos em situações nas que a lei fiscal está sujeita a interpretação, criando, se for caso, as provisões necessárias com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se os impostos diferidos resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal), não são contabilizados. O imposto diferido é determinado usando taxas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida num futuro previsível.

Os impostos diferidos de ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos de ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.21. Gastos de pessoal

Obrigações de aposentadoria

Para efeitos do seu tratamento contábil, é necessário distinguir os planos de contribuição definida, em que a obrigação da empresa consiste exclusivamente em contribuir com uma quantia anual, dos planos de prestação definida em que os trabalhadores têm direito a uma prestação concreta pela aposentadoria.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual o Grupo faz contribuições fixas para um fundo e não tem nenhuma obrigação, nem legal nem implícita, de realizar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no exercício corrente e em exercícios anteriores. Nos planos de contribuição definida, as aporções geradas são reconhecidas anualmente como despesa.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que não é um plano de contribuições definidas. Habitualmente, os planos de prestações definidas estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá no momento da aposentadoria, normalmente em função de um ou mais fatores como a idade, o número de anos de serviço e a remuneração.

O passivo reconhecido no balanço com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o

valor justo dos ativos afetos ao plano e qualquer custo por serviços passados não reconhecidos. A obrigação do benefício definido é calculado anualmente por actuários independentes, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação é determinado, descontando os fluxos futuros de saída de caixa estimados usando taxas de juro de títulos do Estado denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e com prazos de vencimento similares aos das respetivas obrigações.

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Grupo não tem este tipo de operações.

Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são pagos aos empregados como consequência da decisão do Grupo de rescindir o seu contrato de trabalho antes da idade normal de aposentadoria ou quando o empregado aceita a demissão voluntária em troca desses benefícios. O Grupo reconhece os benefícios de rescisão quando está comprometido de forma demonstrável com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado sem a possibilidade de retrocesso, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como consequência de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que não são pagos nos doze meses seguintes à data do balanço são descontados no seu valor presente.

Participação nos lucros e bônus

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa da participação nos resultados com base numa fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação implícita.

2.22. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão quando: o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados; é mais provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação do que o contrário; e o montante seja estimado de forma fiável. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são avaliadas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa por juros.

As provisões por finalização de obras e contratos de construção em negativo são detalhadas na nota 2.23.

Provisão para desmontagem

O Grupo, com base em estudos técnicos realizados, calculou o custo atual de desmontagem das instalações técnicas das centrais solares e de biodiesel que tem nos ativos atribuídos a projetos, reconhecendo a estimativa como maior valor dos ativos e amortizando-o na vida útil das instalações, que resulta na maioria dos casos muito parecida com a duração dos contratos de arrendamento dos terrenos onde se instalaram as centrais.

Adicionalmente, o Grupo tem reconhecido, como um maior valor do imobilizado, o valor presente do custo estimado futuro de desmontagem e retirada de usinas solares no início de sua vida útil.

As provisões por desmontagem, aposentadoria, substituição e grandes reparações de ativos concessionais estão detalhados na Nota 2.7.

2.23. Reconhecimento da receita

O volume de negócios inclui o valor justo das contraprestações recebidas ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Volume de negócios é apresentado líquido de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções, liquidações e descontos e depois das vendas dentro do Grupo serem eliminadas.

O Grupo reconhece as receitas quando o valor da receita pode ser avaliado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. Não se considera que seja possível avaliar o valor da receita com fiabilidade até que não sejam resolvidas todas as contingências relacionadas com a venda. O Grupo baseia as suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O critério seguido para o reconhecimento da receita em cada uma das áreas de atividade do Grupo é o seguinte:

Atividade de construção

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado com suficiente fiabilidade, as receitas e os custos associados a ele são reconhecidos na demonstração de resultados como tais, com referência ao estado de finalização da atividade produzida pelo contrato na data de encerramento do balanço. Para as obras em que há uma estimativa de perdas, aquando da elaboração do orçamento atualizado, são efetuadas as provisões necessárias para cobrir as mesmas na sua totalidade, no caso de se prever essa circunstância.

Para determinar o estado de realização de um contrato, a empresa segue normalmente o critério da análise do trabalho executado. Este método pode ser posto em prática pela existência, geralmente, em todos os contratos de:

- Uma definição de todas e cada uma das unidades de obra que seja necessário executar para completar a totalidade da mesma;
- A medição de cada uma de estas unidades da obra, e
- O preço ao que é certificado cada uma delas.

Para a aplicação prática deste método, no final de cada mês é obtida a medição das unidades realizadas de cada uma das obras. A soma total é o valor dos trabalhos realizados ao preço estabelecido no contrato, que deve ser reconhecido como receita da obra desde o começo. Calculando a diferença com o mesmo valor do mês anterior obtém-se a produção do mês e é esta que é registrada contabilmente como receita.

Os custos de execução das obras são reconhecidos contabilmente em função do seu rendimento, reconhecendo-se como despesas aquelas que são efetivamente incorridas na execução das unidades de obra realizadas, assim como as que podendo ser incorridas no futuro devam ser imputadas às unidades de obra agora executadas.

A aplicação deste método de reconhecimento de resultados é complementada com a elaboração de um orçamento realizado para cada contrato de obra e por unidade de obra, e que é utilizado como uma ferramenta fundamental na gestão, com o objetivo de manter um acompanhamento detalhado para cada unidade de obra nas que estejam ocorrendo os desvios entre a realidade e o orçamentado.

Nos casos excepcionais, em que não é possível estimar a margem para a totalidade do contrato, reconhece-se o total dos custos incorridos neste e, como receita do referido contrato, as vendas razoavelmente asseguradas referentes à obra realizada, com o limite dos referidos custos incorridos no contrato.

Ao longo da execução das obras podem surgir imprevistos não contemplados no contrato principal e que suponham trabalhos adicionais a realizar. As mudanças no contrato inicial

requerem aprovação técnica por parte do cliente e, posteriormente, aprovação económica que permite, a partir desse momento, a emissão de certificações e a cobrança desses trabalhos adicionais. Segue-se o critério de não reconhecer as receitas por estes trabalhos adicionais enquanto a sua aprovação não estiver razoavelmente assegurada pelo cliente; os custos incorridos para a realização destes trabalhos são reconhecidos no momento em que se produzem, independentemente do grau de aprovação dos clientes dos trabalhos realizados.

Caso o valor da obra executada com base em cada uma das obras for maior do que o montante certificado para cada uma delas até à data de encerramento, a diferença entre os valores é mencionada na rubrica "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" do balanço patrimonial consolidado. Se o valor da obra executada com base em cada uma das obras for menor do que o valor das certificações emitidas, a diferença será mencionada na rubrica "Fornecedores e outras obrigações" do balanço patrimonial consolidado.

Os custos estimados para a retirada de obra serão provisionados delimitando-se ao longo da execução da mesma, e imputando-se ao custo proporcionalmente na relação entre custos estimados e produção realizada; os gastos que forem produzidos desde a conclusão da obra até a liquidação definitiva da mesma são carregados contra a provisão realizada, registrando-se o saldo restante no capítulo "Provisões para outros passivos e gastos - correntes" do balanço de situação consolidado.

Quando na data de fechamento existam contratos de construção cujo resultado esperado seja de perda, tal perda estimada é registrada contabilmente quando não é provável que seja possível ser compensada com ingressos adicionais.

Quando existem reclamações contra o cliente, devido aos sobrecustos de construção, o Grupo somente reconhece a si, a entrada correspondente quando as negociações tenham alcançado um estado avançado e a probabilidade de que o cliente aceite a reclamação e que a quantia desta possa ser medida de forma confiável.

Os juros de mora são originados por atraso na cobrança de certificações com as Administrações Públicas e são registrados quando existir a probabilidade deles serem efetivamente recebidos, e quando o seu valor possa ser medido de forma fiável.

Os custos relacionados com a apresentação de ofertas para a adjudicação de obras são descontados da demonstração de resultados no momento em que se incorre neles, quando não é provável ou se desconhece, nessa data, se o contrato será obtido. Os custos de apresentação de ofertas são incluídos no custo do contrato quando seja provável ou é conhecido que o contrato será obtido ou quando é conheci-

do que os referidos custos serão liquidados ou incluídos nas receitas do contrato.

Atividade de engenharia

As receitas das obras de Engenharia são reconhecidas segundo o método da percentagem de obra realizada, sendo esta percentagem calculada em função dos custos diretos incorridos, em relação ao total estimado.

São aplicáveis os conceitos descritos para a atividade de Construção no respeito do reconhecimento de receitas relacionadas com trabalhos adicionais, reconhecimento de perdas futuras estimadas através da constituição de provisões, tratamento contábil das diferenças temporárias que possam existir entre o ritmo de reconhecimento contábil de receitas e as certificações emitidas aos clientes, e reconhecimento contábil dos juros de mora, o tratamento dos custos relacionados com a apresentação de ofertas e o tratamento de reclamações apresentados frente ao cliente.

Atividade de concessões e serviços

O grupo tem concessões para a exploração de infraestruturas elétricas, estacionamento, autopistas e outros (nota 2.7). Os serviços contêm principalmente a prestação de serviços ambientais, como por exemplo, o tratamento de águas residuais e serviços de manutenção de infraestrutura industrial e áreas relacionadas.

Nos contratos de concessão e de gestão de serviços, o reconhecimento do resultado é realizado através do registo das receitas e despesas do exercício, seguindo o critério de especialização dos exercícios, independentemente do momento em que ocorre o fluxo monetário ou financeiro procedente dos mesmos. O tratamento das atividades principais é descrito a seguir.

Contratos com elementos múltiplos

As concessões de serviços públicos são contratos entre um operador privado e o Governo ou outro organismo público, em que este outorga ao operador privado o direito de fornecer serviços públicos como, por exemplo, o fornecimento de água e energia, ou a exploração de estradas, aeroportos ou prisões. O controle do ativo permanece nas mãos do setor público mas o operador privado é o responsável pela construção do ativo, bem como pela exploração e manutenção da infraestrutura. De acordo com os termos do contrato, as concessões são tratadas como imobilizados intangíveis (quando o elemento predominante é o fato do concessionário ter o direito de receber taxas diretamente do usuário ou o nível de fluxos futuros não esteja garantido pelo concedente) ou ativos

financeiros (nos casos em que o concesso-
r garanta um nível de fluxos futuros de caixa).

O Grupo oferece determinados acordos mediante os quais constrói uma infraestrutura em troca da obtenção de uma concessão para a exploração da referida infraestrutura durante um determinado período. Quando estes acordos com múltiplos elementos têm lugar, o valor que é reconhecido como receita define-se como o valor justo de cada uma das fases do contrato. A receita referente à construção e engenharia da infraestrutura é reconhecida com base nas normas citadas nos parágrafos anteriores.

A receita da exploração de um ativo intangível reconhece-se, com base no seu rendimento, como receitas operativas, enquanto as receitas nos casos em que se tenha reconhecido um ativo financeiro constituem uma devolução do capital com um elemento de receita de juros. Para as características das atividades principais do grupo, estabeleceram-se as seguintes normas:

Autoestradas / linhas de transmissão elétrica

Na maior parte dos casos coexiste o princípio da responsabilidade, por parte do concessionário, com o princípio de garantia da manutenção do equilíbrio económico-financeiro da concessão por parte da Administração. O reconhecimento de receitas na fase de construção é determinado em função do valor justo. Nos casos em que a autoridade concessora preste ou garanta diretamente um nível de receitas para o concessionário, o ativo é classificado como conta a receber. Nos casos em que o concessionário possui o direito de receber taxas dos utilizadores, existe um ativo intangível. Nestes casos, o grupo reconhece as receitas baseando-se no seu incórrimento e amortiza o ativo intangível durante a duração da concessão, pelo método linear, exceto para certas concessões de infraestruturas de autopistas para os que se reconhece a amortização de forma sistemática em função do trânsito previsto na concessão.

Estacionamentos

Dentro do negócio de estacionamentos é necessário distinguir:

- Estacionamentos para residentes:
Supõe a construção de um estacionamento cujas vagas são vendidas diretamente ao cliente final. O registo contábil da venda e dos seus custos apenas é realizado após a entrega da vaga de estacionamento, o que coincide normalmente com a formalização da escritura de compra e venda. Adicionalmente, para poder ser reconhecido o referido resultado, a construção do estacionamento deve encontrar-se finaliza-

da, e entregue a licença que habilita a sua utilização. Os compromissos formalizados em contrato, referentes à venda de estacionamentos realizados e que se encontram à espera que o produto esteja pronto para ser entregue, são registados na conta de adiantamentos de clientes, pelas quantias recebidas como sinal do estacionamento. Os custos ativados classificam-se em estoques e são avaliados seguindo os critérios mencionados no respetivo parágrafo.

- Estacionamentos de superfície:
Trata-se de um serviço público prestado às autoridades locais, que tem como objeto, fundamentalmente, a gestão do controle do estacionamento na via pública e a cobrança das tarifas emitidas pelas prefeituras pelos referidos serviços. As receitas são normalmente as tarifas pagas pelo estacionamento ou um preço pelo serviço público prestado a pagar pela prefeitura, e o seu registo contábil é realizado no momento em que as referidas receitas são exigíveis. No caso de concessões, o "royalty" pago para a sua obtenção é imputado na demonstração do resultado no período de concessão. Os custos ativados classificam-se como imobilizados intangíveis ou financeiros, de acordo com as características do contrato. A amortização é realizada pelo método das quotas constantes durante os anos de vida da concessão e começa no momento em que os estacionamentos estão disponíveis para a sua utilização.
- Estacionamentos de rotação:
Neste caso, as receitas são provenientes da utilização de lugares de estacionamento que são da propriedade da sociedade ou estão em regime de concessão administrativa. As receitas dos estacionamentos de rotação são registadas no momento da venda de bilhetes, por horas, e quando se trata de aderentes realizam-se por períodos, considerados oportunos.

Os estacionamentos compostos por lugares de rotação e de residentes, denominados mistos, registam a sua receita relativamente aos lugares de rotação tal como foi descrito no parágrafo anterior, e no que respeita aos lugares de residentes, as cobranças recebidas por lugares entregue são registradas como um passivo e imputadas ao resultado, pelo método das quotas constantes, durante os prazos das respetivas concessões, na medida em que os custos distribuíveis não possam ser razoavelmente separados. No período contábil em que são reconhecidas as receitas, são feitas as provisões necessárias para cobrir as despesas que se vão produzir depois das entregas realizadas. Estas provisões realizam-se de acordo com as melhores estimativas das despesas a incorrer e apenas podem diminuir no caso de ocorrer algum pagamento relacionado com o motivo que deu origem à provisão ou no

caso de ocorrer uma diminuição do risco. Depois de o risco ter desaparecido ou de se terem realizado todos os pagamentos, procede-se à reversão da provisão remanescente. Os custos ativados classificam-se como imobilizados intangíveis.

Venda de energia elétrica

As vendas de energia elétrica por usinas solares fotovoltaicas baseadas em regulamentos do setor, detalhadas a seguir, são reconhecidas de acordo com a real produção.

No caso das centrais solares fotovoltaicas na Espanha, adicionalmente foi registrado um complemento por custos de investimento baseado em um padrão por tecnologia e um complemento por retribuição da operação. A cifra de vendas do exercício inclui a estimativa da energia fornecida que está pendente de faturamento no final do exercício.

Até o exercício 2013, as centrais solares fotovoltaicas na Espanha operavam e recebiam seu pagamento com base no Real decreto 661/2007 de 25 de Maio, pelo qual a atividade de produção de energia em regime especial é regulada, ou através do Real Decreto 1578/ 2008 de 26 de setembro de pagamento pela atividade de produção de energia elétrica mediante tecnologia solar fotovoltaica para instalações posteriores à data limite de manutenção do pagamento do Real Decreto 661/2007 de 25 de maio. Em ambos os casos a retribuição se baseava no direito ao recebimento de uma tarifa regulada até um prazo de 30 anos. Durante o período de vigência dos mencionados Reais Decretos certas mudanças normativas entraram em vigor, que ainda que não modificasse o sistema de pagamento substancialmente, introduziam sim limites e variáveis que modificavam a receita a receber.

No exercício de 2013, com a publicação do Real Decreto Lei de 9/2013, de 12 de julho de 2013, pelo qual foram adotadas medidas urgentes para garantir a estabilidade financeira do sistema elétrico, as centrais solares fotovoltaicas, assim como outras tecnologias de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, poderão receber durante a vida útil regulatória, adicionalmente ao pagamento pela venda de energia calculada a preço de mercado, um pagamento específico formado por um termo por unidade de potência instalada que cubra, quando procedente, os custos de investimento para cada central solar fotovoltaica típica que não possam ser recuperados pela venda de energia no mercado, ao que se denomina pagamento pelo investimento e um termo pela operação que cubra, a seu turno, a diferença entre os custos de exploração e as receitas de participação no mercado, ao qual se denomina pagamento pela operação.

Para o cálculo do pagamento pelo investimento e do pagamento pela operação considerar-se-ão, para uma instalação típica, as receitas padrão pela venda da energia gerada calculada a preço de mercado, os custos padrão de explo-

ração necessários para realizar a atividade, e o valor padrão do investimento inicial. Estes valores padrão serão fixados em uma ordem ministerial publicada pelo Ministério de Indústria, Energia e Turismo, para cada uma das diferentes centrais solares fotovoltaicas, podendo ser segmentado por tecnologia, potência, antiguidade, etc.

O pagamento pelo investimento e, em seu turno, o pagamento pela operação permitirão cobrir os custos das instalações de forma que possam competir em nível de igualdade com as demais tecnologias e possam obter uma rentabilidade razoável, que será fixada no rendimento médio das Obrigações do Estado Espanhol em dez anos incrementado de um diferencial. Tanto o diferencial fixado como certos parâmetros retributivos que serão fixados na Ordem ministerial poderão ser modificados a cada seis anos.

O efeito desta nova regulamentação tem sua entrada em vigor a partir de 13 de julho de 2013, ainda que a data de formulação das demonstrações financeiras consolidadas está pendente da publicação definitiva de determinados desenvolvimentos sobre a mesma, tais como o esboço de Real Decreto pelo qual a atividade de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos é regulada (publicado em 26 de novembro de 2013), assim como o Esboço de Ordem pelo qual se aprovam os parâmetros retributivos das instalações típicas aplicáveis a determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos (publicado com data de 4 de fevereiro de 2014) no qual se estabelecem os parâmetros a serem considerados para o cálculo do pagamento específico ao qual cada instalação tem direito, assim como os diferentes padrões por tipo de central.

Com base nas mudanças regulatórias, a Sociedade dominante realizou testes de deterioração sobre as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) dos parques solares fotovoltaicos, de acordo com o mencionado na Nota 8.2.

2.24. Receitas de juros

Os ingressos por juros são reconhecidos ao usar o método do tipo de juro efetivo. Quando um empréstimo ou uma conta a ser cobrada sofre perda por deterioração do valor, o Grupo reduz a quantia em balancetes até a sua quantia recuperável, que é calculada em função dos fluxos futuros de caixa estimados descontados do tipo de juro efetivo original do instrumento, e continua atualizando a conta a ser cobrada como uma entrada por juros. Os ingressos por juros de empréstimos que tenham sofrido perdas por deterioração do valor são reconhecidas ao usar o tipo de juro efetivo original.

2.25. Receitas de dividendos

Os ingressos por dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito a receber o pagamento.

2.26. Arrendamentos

Quando uma entidade do Grupo é o arrendatário – Arrendamento financeiro

O Grupo arrenda um determinado elemento do imobilizado corpóreo. Quando o Grupo tem substancialmente todos os riscos e vantagens resultantes da propriedade, os arrendamentos de imobilizado corpóreo classificam-se como arrendamentos financeiros. Os arrendamentos financeiros são capitalizados, no início do arrendamento, ao valor justo da propriedade arrendada ou ao valor presente dos pagamentos mínimos pelo arrendamento, o menor dos dois.

Cada pagamento por arrendamento é distribuído entre o passivo e os encargos financeiros, para conseguir uma taxa de juros constante sobre o saldo pendente da dívida. As respetivas obrigações por arrendamento, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outras contas a pagar a longo prazo. O elemento de juro do custo financeiro é descontado na demonstração de resultados durante o período de arrendamento, com o objetivo de obter uma taxa periódica constante de juro sobre o saldo restante do passivo, para cada exercício. Os imobilizados adquiridos em regime de arrendamentos financeiros desvalorizam-se durante a sua vida útil ou duração do contrato, o menor dos dois.

Quando uma entidade do Grupo é o arrendatário – Arrendamento operativo

Os arrendamentos nos que o arrendador conserva uma parte importante dos riscos e vantagens resultantes da titularidade são classificados como arrendamentos para fins comerciais. Os pagamentos, no âmbito do arrendamento operativo, (líquidos de qualquer incentivo recebido do arrendador) são descontados da demonstração de resultados, pelo método das quotas constantes, durante o período de arrendamento.

Quando uma entidade do Grupo é o arrendador

Quando os ativos são arrendados sob a forma de arrendamento financeiro, o valor presente dos pagamentos por arrendamento são reconhecidos como uma conta a receber. A diferença entre o montante bruto a cobrar e o valor presente de tal montante é reconhecido como rendimento financeiro de capital.

As receitas por arrendamento são reconhecidas durante o período do arrendamento de acordo com o método do investimento líquido, que reflete um tipo de rendimento periódico constante.

Os ativos arrendados a terceiros segundo contratos de leasing são incluídos nos imobilizados corpóreos no balanço. As receitas derivadas do arrendamento são reconhecidas durante o prazo do arrendamento pelo método linear.

2.27. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, no exercício em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Sociedade dominante.

2.28. Meio ambiente

O grupo consolidado não tem responsabilidades, despesas, ativos, provisões, nem contingências de natureza ambiental que pudessem ser significativos em relação ao seu património, situação financeira e/ou resultados. Por este motivo, não são incluídas separações específicas, na presente memória das demonstrações financeiras consolidadas, relativamente a informação de questões ambientais.

2.29. Resultado operacional

A rubrica de Resultados operacionais da demonstração de resultados inclui os resultados das operações habituais das empresas do Grupo, excluindo resultados financeiros (nota 27), participações no resultado de sociedades por equivalência patrimonial e resultados do exercício das atividades descontinuadas.

2.30. Ativos não circulantes (ou alienáveis) e passivos vinculados mantidos para venda

Os ativos não correntes e passivos vinculados (ou Grupos alienáveis de elementos) são classificados como ativos mantidos para a venda e passivos vinculados com ativos não correntes mantidos para a venda quando seu valor será recuperado principalmente através de sua venda, sempre que a venda seja considerada altamente provável e o ativo esteja disponível para a venda imediata em seu estado atual. Estes ativos serão calculados pelo menor valor entre a contribuição nos livros e o valor razoável menos os custos para a venda.

As atividades descontinuadas representam componentes do Grupo que serão alienados ou dos quais se disporá de outra maneira, ou são classificados como mantidos para a venda. Estes componentes compreendem atividades e fluxos de caixa que podem ser distinguidos claramente do resto do Grupo, tanto desde um ponto de vista operacional como para fins de informação financeira e representam linhas de negócio ou áreas geográficas que podem ser consideradas separadas do resto.

2.31. Informação financeira por segmentos

Os segmentos operativos são apresentados de maneira coerente com a informação interna que se apresenta ao máximo nível de tomada de decisões. O máximo nível de tomada de decisões é responsável de atribuir recursos aos segmentos operativos e avaliar o rendimento de tais segmentos. O máximo nível de tomada de decisões é o Comitê de Direção que toma decisões estratégicas.

03

Gestão do risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo o risco cambial, risco da taxa de juros do valor justo e risco de preços), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão do risco global do Grupo centra-se na incerteza dos mercados financeiros e tenta minimizar os efeitos potenciais adversos sobre a rentabilidade financeira do Grupo. O Grupo utiliza derivativos como hedge para determinados riscos.

A gestão do risco é controlada pelo Departamento Central de Tesouraria do Grupo, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Este Departamento identifica, avalia e cobre os riscos financeiros em estreita colaboração com as unidades operativas do Grupo. O Conselho proporciona políticas escritas para a gestão do risco global e para áreas concretas, como o risco de taxa de câmbio, risco da taxa de juros, risco de liquidez, utilização de derivativos e não derivativos e investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de Mercado

a.1) Risco cambial

O Grupo atua no âmbito internacional e, portanto, está exposto a riscos cambiais que podem surgir das operações com divisas, especialmente o dólar americano (USD), o real brasileiro, o peso mexicano, o peso argentino, o peso colombiano, o real qatari, a rúpia indiana e outras moedas. O risco cambial surge de transações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no estrangeiro.

A Direção estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem o seu risco cambial em moeda estrangeira em relação à sua moeda funcional. As entidades do Grupo têm a obrigação de cobrir a totalidade do risco da cambial a que ficam expostos no Departamento Central de Tesouraria. Para administrar o risco cambial que surge de transações comerciais futuras e dos ativos e passivos reconhecidos, as entidades do Grupo utilizam contratos a prazo, negociados através do Departamento de Tesouraria do Grupo. O risco cambial surge quando as transações comerciais futuras, os ativos ou passivos reconhecidos estão denominados numa moeda diferente da moeda funcional da entidade. Adicionalmente, as políticas da Direção também estabelecem diversos mecanismos de "cobertura natural", através dos quais os preços de venda são negociados em diferentes moedas.

A política de gestão de risco do Departamento de Tesouraria do Grupo é a de cobrir os fluxos líquidos previstos, oriundos das transações previstas em moedas diferentes da moeda funcional correspondente à companhia do Grupo que realiza a transação. A 31 de dezembro de 2013 e 2012 só

existiam operações de comércio de moeda estrangeira por transações realizadas por companhias sediadas na Espanha, USA, Ásia e na América Latina (Nota 11).

As operações do Grupo são geralmente realizadas na moeda funcional de cada país, apesar de ser habitual que se realizem operações noutra moeda (principalmente em Espanha, na Índia e na América Latina), especialmente em USD e euros. Se, a 31 de dezembro de 2013, a moeda funcional de cada país com operações em USD tivesse sofrido uma desvalorização/valorização de 10% em relação ao USD, mantendo-se as restantes variáveis constantes, o resultado consolidado depois de impostos do exercício teria sido 19.974 milhares de euros inferior / superior (2012: 21.062 milhares de euros inferior / superior) principalmente como resultado dos efeitos da desvalorização/valorização das posições em USD passivas ou ativas; o patrimônio líquido teria variado nas mesmas magnitudes (efeitos calculados sem considerar o impacto das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados).

O Grupo possui vários investimentos em operações com o estrangeiro, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de conversão de moeda estrangeira. Tais operações estão concentradas basicamente na Holanda, América Latina (Brasil e México), USA e Índia. No geral, a política do Grupo determina que as operações em cada país sejam financiadas com a dívida tomada na moeda funcional de cada país, pelo que o risco só afeta a parte correspondente ao investimento em capital. Se o investimento for financiado parcial ou totalmente com empréstimos bancários, a política do Grupo é tomar créditos denominados na moeda funcional correspondente. No caso de não existir financiamento, a política do Grupo consiste em não realizar hedge, exceto nos casos em que sejam cobertos fluxos previstos a curto prazo pela entrega de dividendos da filial. Abaixo são apresentadas as principais exposições em moeda estrangeira como consequência dos investimentos de capital realizados:

	2013	2012
Real brasileiro (*)	461.787	378.114
Peso mexicano (*)	217.775	233.372
Rupia indiana	283.483	132.631
Dólar americano (*)	565.731	390.861
Outras moedas (*)	54.054	34.259
Total	1.582.830	1.169.237

(*) Não inclui o valor dos fundos de comércio existentes em cada data segundo se informa na Nota 7.1.

a.2) Risco de Preço

O Grupo não está exposto ao risco dos títulos de capital uma vez que não existem investimentos significativos por parte do

Grupo. O Grupo encontra-se exposto parcialmente ao risco do preço da matéria-prima cotada, basicamente ligado aos metais e ao petróleo, pelo que afetam o preço do fornecimento de equipamentos e materiais fabricados nos projetos construídos. Geralmente, estes impactos são trasladados de forma eficiente aos preços de venda por todos os contratos semelhantes que atuam no mesmo setor. Também está exposto ao risco de alteração do preço das matérias-primas usadas no processo de produção de biodiesel, e no processo de produção de painéis solares fotovoltaicos. O grupo reduz e abranda o risco de preço com políticas estabelecidas instruídas pela Direção, basicamente ao acelerar ou desacelerar o ritmo de colocações e selecionando as moedas e países de origem e também garantindo a produção a preço fechado de determinadas matérias-primas.

Em relação à sensibilidade ao risco de preço da opção incluída no contrato assinado com a Corpfin Capital Asesores, S.A. e outras entidades, consulte-se a informação incluída na nota 11.

a.3) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Para analisar ao risco da taxa de juro é necessário distinguir os dois tipos de financiamento que o Grupo possui:

• Financiamento de projetos:

Como abordado na Nota 8, o Grupo participa em diversos projetos de investimento estruturados sob fórmulas de "Project finance" que se caracterizam, entre outros aspetos, pelo fato de que o financiamento tomado está unicamente garantido pelo fluxo de caixa dos respetivos projetos. Nestes casos, os financiamentos são principalmente a longo prazo e emitidos de vários tipos, dependendo da referência do tipo de taxa de juros do país onde está localizado o projeto e a moeda na qual está emitido o financiamento. Os financiamentos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo a riscos de taxa de juros dos fluxos de caixa. A política do Grupo consiste em utilizar swaps de taxas de juros para a converter em fixos, total ou parcialmente, os financiamentos a longo prazo. Adicionalmente, em certos contratos de "Project finance", a companhia tomadora do financiamento compromete-se com os bancos outorgantes de crédito a contratar o derivativo financeiro mencionado anteriormente. Cabe mencionar que naqueles "Project finance" que sejam atualizados em função da inflação, existe um "mecanismo natural" de cobertura já que os preços cobrados pelas concessionárias também têm fórmulas de ajuste por inflação.

A exposição a risco de taxa de juros variável no fechamento de cada exercício é a seguinte:

2013	Referenciado Euribor	Referenciado TJLP/CDI (1)	Referenciado TIIE (2)	Referenciado PLR (3)	Referenciado LIBOR (4)	Outras referências*	Total
Financiación	950.485	698.168	455.745	424.314	164.166	82.970	2.775.848
Caixa e equivalentes que produzam rendimento de juros	(71.509)	(43.673)	(17.432)	(34.697)	(29.743)	(3.642)	(200.697)
Posição líquida	878.976	654.495	438.313	389.617	134.423	79.328	2.575.151
Porção coberta com derivativos financeiros	79%	0%	19%	0%	59%	0%	33%

2012	Referenciado Euribor	Referenciado TJLP/CDI (1)	Referenciado TIIE (2)	Referenciado PLR (3)	Referenciado LIBOR (4)	Outras referências*	Total
Financiación	944.718	812.837	354.292	427.598	95.969	78.879	2.714.293
Caixa e equivalentes que produzam rendimento de juros	(98.566)	(90.662)	(21.938)	(22.209)	(20.051)	(5.339)	(258.765)
Posição líquida	846.152	722.175	332.354	405.389	75.918	73.540	2.455.528
Porção coberta com derivativos financeiros	86%	0%	59%	0%	134%	0%	42%

(1) Taxa de juros de longo prazo Brasileira

(2) Taxa de juros de longo prazo Mexicana

(3) Taxa de juros de longo prazo Indiana

(4) Taxa de juros de longo prazo Internacional

*dentro dos valores estão incluídas as dívidas vinculadas dos ativos mantidos para venda a 31 de dezembro de 2013 (ver Nota 15).

O Grupo analisa a sua exposição ao risco da taxa de juros de uma forma dinâmica. Realiza-se uma simulação através da qual o Grupo calcula o efeito sobre o resultado de uma variação determinada da taxa de juros. Para cada simulação, utiliza-se a mesma variável na taxa de juros para todas as moedas e referências. Os cenários são realizados unicamente para os passivos que representam as posições mais relevantes que suportam um juro. Com base nas simulações realizadas, o impacto sobre o resultado após impostos de um aumento / diminuição de 100 pontos básicos da taxa de juros implicaria uma diminuição / aumento de 11.068 milhares de euros (2012: 8.187 milhares de euros), principalmente como consequência de uma maior / menor despesa em juros de empréstimos à taxa variável. O património líquido teria variado nas mesmas proporções (efeitos calculados sem considerar o impacto das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados).

• *Empréstimos Bancários*

O risco da taxa de juros do Grupo surge principalmente dos empréstimos bancários a longo prazo. Os empréstimos bancários emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco da taxa de juros dos fluxos de caixa. Os empréstimos bancários a uma taxa de juros fixa expõem o Grupo ao risco da taxa de juros de valor justo. Uma grande parte dos empréstimos bancários do grupo foi emitida a taxa variável, cuja principal referência é a Euribor. A política do Grupo consiste em utilizar swaps da taxa de juros para converter em fixos os empréstimos bancários a longo prazo.

A exposição de risco da taxa de juros variável no fechamento de cada exercício é a seguinte:

	2013			2012		
	Referenciado Euribor	Outras referências*	Total	Referenciado Euribor	Outras referências*	Total
Empréstimos bancários	1.050.632	241.371	1.292.003	1.212.228	144.323	1.356.551
Caixa e equivalentes que produzam rendimento de juros	(117.040)	(97.361)	(214.401)	(128.149)	(152.752)	(280.901)
Posição líquida	933.592	144.010	1.077.602	1.084.079	(8.429)	1.075.650
Porção coberta com derivativos financeiros	60%	0%	52%	74%	0%	75%

O Grupo analisa a sua exposição ao risco da taxa de juros de forma dinâmica. Realiza-se uma simulação de vários cenários tendo em conta o refinanciamento, renovação das posições atuais, o financiamento alternativo, a existência de investimentos que provenham de juros variáveis (neste sentido são consideradas as operações a muito curto prazo que possam gerar juros através da exposição a taxas de juros variáveis) e os hedge existentes. Em função destes cenários, o Grupo calcula o efeito sobre o resultado de uma variação determinada da taxa de juros. Para cada simulação, utiliza-se a mesma variação na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são realizados unicamente para os passivos que representem as posições mais relevantes que suportam um juro. Baseando-se nas simulações realizadas, o impacto sobre o resultado depois de impostos de um aumento / diminuição de 100 pontos básicos da taxa de juros representaria uma diminuição / aumento de 2.579 milhares de euros (2012: 1.667 milhares euros), principalmente como consequência de uma maior / menor despesa por juros dos empréstimos a taxa variável. O património líquido teria variado nas mesmas magnitudes (efeitos calculados sem considerar o impacto das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados).

b) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito por parte do Grupo é feita considerando o seguinte agrupamento de ativos financeiros:

- Ativos por instrumentos financeiros derivativos (Nota 11) e saldos por diversos conceitos incluídos em Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (veja Nota 14).
- Saldos relacionados com contas a receber de clientes e outras contas a receber (Nota 12).

Os instrumentos financeiros derivativos e as operações com entidades financeiras incluídas como Caixa e equivalentes de caixa e Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são contratados com entidades financeiras de reconhecido prestígio e com altos níveis de qualificação creditícia ("rating").

Em relação aos saldos de Contas a receber de clientes e demais contas a receber, uma alta proporção destes (68,67% e 60,03% a 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente) referem-se a operações com entidades públicas nacionais e internacionais, o que permite ao Grupo considerar que o risco de crédito se encontra muito limitado. Em relação aos clientes do setor privado, uma parte significativa dos saldos referem-se a empresas de alta classificação creditícia e com as quais não existe histórico de falta de pagamento. Realiza-se periodicamente um seguimento da posição global de Contas a receber de clientes e demais contas a receber, bem como uma análise individual das exposições mais significativas.

c) Risco de liquidez

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção suficiente de capital e valores negociáveis e a dispo-

nibilidade de financiamento mediante um valor suficiente de facilidades de crédito comprometidas, e ter capacidade para liquidar as posições de mercado. Dado o caráter dinâmico dos negócios subjacentes, o Departamento de Tesouraria do Grupo tem como objetivo manter a flexibilidade no financiamento mediante a disponibilidade de linhas de crédito comprometidas.

De citar que os diversos projetos de investimento ("Project finance") nos quais o Grupo participa segundo a Nota 8 caracterizam-se pelo fato de que a liquidação do financiamento está apenas garantida pelo fluxo de capital dos respetivos projetos. Nestes casos, a política do Grupo para cobrir o risco de liquidez estabelece que estes financiamentos sejam tomados a longo prazo e estruturados em função dos fluxos de capital previstos para cada um dos projetos. Na aplicação desta política, 89% do financiamento tomado a 31 de dezembro de 2013 (2012: 87%) tem um vencimento superior a 1 ano, e 69% do financiamento tomado a 31 de dezembro de 2013 (2012: 66%) tem um vencimento superior a 4 anos.

No que diz respeito ao resto da posição de liquidez do Grupo, a Direção realiza um seguimento das previsões de reserva de liquidez do Grupo em função dos fluxos de caixa esperados.

A tabela seguinte apresenta uma análise dos passivos financeiros do Grupo a liquidar pelo valor líquido, agrupados por vencimentos de acordo com os prazos pendentes, desde a data do balanço até à data de vencimento estipulada no contrato. Os valores indicados na tabela correspondem aos fluxos de capital estipulados no contrato por descontar. Os saldos a liquidar dentro de 12 meses equivalem aos valores em livros dos mesmos, dado que o efeito do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2013				
Empréstimos bancários	406.854	302.788	541.707	73.983
Instrumentos financeiros derivativos*	27.086	10.586	6.093	-
Fornecedores e outras obrigações (sem incluir as receitas a distribuir)	2.415.165	15.815	37.832	78.253
Juros não devidos a pagar	56.095	38.354	44.979	5.918
Total	2.905.200	367.543	630.611	158.154
31 de dezembro de 2012				
Empréstimos	584.808	244.357	528.716	89.103
Instrumentos financeiros derivativos*	28.487	12.445	12.441	-
Fornecedores e outras obrigações (sem incluir as receitas a distribuir)	2.329.180	5.517	34.948	78.676
Juros não devidos a pagar	57.729	37.000	29.114	2.228
Total	3.000.204	299.319	605.219	170.007

*Não inclui os derivativos associados a fianciação de projetos

A gestão do risco de liquidez é feito de forma global e centralizada pela Tesouraria do Grupo. Essa gestão inclui a gestão de caixa proveniente da operativa recorrentes do Grupo (análise e acompanhamento dos vencimentos das dívidas, renovação e contratação de empréstimos, gestão das linhas de crédito disponíveis e investimento temporário dos excessos de caixa) e a gestão dos recursos necessários para realizar os investimentos planejados.

Mesmo o Grupo apresentando um fundo de manobra negativo a 31 de dezembro de 2013 no valor de 373 milhões de euros (2012: 543 milhões de euros), a Direção do Grupo considera que o risco de liquidez está adequadamente controlado devido aos aspectos a seguir:

- Uma parte significativa do fundo de manobra negativo, aproximadamente 260 milhões de euros, corresponde aos negócios concessionais, que são explicados principalmente por financiamentos ponte classificados no passivo corrente para a construção das infraestruturas concessionais classificadas como ativos não correntes e que se convertem em financiamento de projetos a longo prazo uma vez finalizada a construção e iniciada a fase de exploração, devido a que não se espera que exista saída líquida de caixa a curto prazo devido a isto. Adicionalmente, o acordo alcançado com a PSP (Nota 31) garante as contribuições necessárias para cumprir os compromissos de investimento necessários para este negócio.

- Em relação ao fundo de manobra negativo do resto de negócios do Grupo, 113 milhões de euros, o Grupo conta com a previsão de fluxos de caixa a seguir para o exercício 2014:

- A previsão de fluxo de caixa de exploração para 2014 é positiva no valor de 275 milhões de euros. Esta previsão poderia inclusive ser melhorada, entre outros motivos, devido ao sucesso de determinadas reclamações sobre obras que o Grupo está executando, assim como pela contratação e execução da carteira adicional a que o Grupo mantém ao fechamento do exercício 2013.
- As previsões de fluxos negativos de investimentos para 2014 chegam a (15) milhões de euros, o que fez o Grupo reduzir os investimentos necessários em projetos de concessões graças ao acordo alcançado com a PSP (Nota 31). Esta previsão poderia sofrer melhoras significativas através de diferentes alternativas de financiamento dos investimentos comprometidos que o Grupo está negociando.
- A previsão de fluxo negativo de financiamento é de (193) milhões de euros, sendo que está previsto renovar todas as apólices de crédito dispostas (como em exercícios anteriores), assim como outras dívidas com entidades de crédito a curto prazo que são renováveis

anualmente. Cabe destacar que a previsão de fluxo de financiamento poderia ser melhorada substancialmente pela obtenção de outros financiamentos de longo prazo de investimentos já considerados que o Grupo está negociando. Neste sentido, o Grupo está avaliando a aplicação de diferentes alternativas que, de forma simultânea ou alternativa, prevêem uma melhora substancial no perfil de endividamento do Grupo; tais medidas na avaliação incluem a possibilidade de emissão de dívida em mercados de capitais, a obtenção de novo financiamento com melhores condições que os atuais, o os desinvestimentos parciais ou totais de certos ativos.

Tendo em conta estas previsões dos fluxos de caixa, assim como o caixa disponível no fechamento do exercício 2013, o Grupo possui uma situação sólida que lhe permite honrar as suas obrigações a curto prazo, considerando além disso que existem linhas de crédito de valores significativos não utilizadas e que existem linhas disponíveis de factoring e confirming que permitem uma gestão eficiente do capital circulante, assim como a adequada gestão do risco de liquidez.

3.2. Gestão do risco de capital

Os objetivos do Grupo em relação à gestão do capital são salvaguardar a sua capacidade para continuar em funcionamento como empresa, procurando um rendimento para os acionistas, bem como lucros para outros portadores de instrumentos de património líquido, e para manter uma ótima estrutura de capital reduzindo o custo do mesmo.

Para poder manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderia ajustar o valor dos dividendos a pagar aos acionistas, reembolsar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

O Grupo faz um seguimento de capital de acordo com o índice de alavancagem, em conjunto com a prática do setor. Este índice calcula-se como a dívida líquida dividida entre o capital total (sem incluir a posição atribuída a projetos). A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos bancários, a posição dos fornecedores e outras obrigações, tal como mostram as demonstrações consolidadas, exceto os valores em caixa e equivalentes. O capital é calculado como o património líquido, tal como se apresenta nas demonstrações consolidadas, acrescido da dívida líquida.

Em 2013, a estratégia do Grupo, que não sofreu alterações desde 2012, tem sido baseada na manutenção de um índice de alavancagem em torno de 80%, considerado razoável, tendo em consideração que os principais negócios do grupo (construção e engenharia) caracterizam-se pela manutenção de elevados níveis de capital circulante (tanto

para ativos, como para passivos financeiros). Os níveis de alavancagem a 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	2013	2012
Empréstimos bancários (Nota 20), fornecedores e outras obrigações (Nota 19)	3.740.497	3.776.165
Menos: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 14.2)	(8.499)	(1.484)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 14.1)	(420.652)	(561.847)
Dívida Líquida	3.311.346	3.212.834
Património líquido (incluindo juros minoritários excluindo reserva de hedge e as diferenças acumuladas de conversão)	782.090	778.079
Capital total	4.093.436	3.990.913
Índice de alavancagem (Dívida líquida / Capital total)	80,89%	80,50%

3.3. Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros que são comercializados nos mercados ativos (tais como os derivativos com cotação oficial e os investimentos adquiridos para a negociação e os mantidos para venda) baseia-se nos preços de mercado à data do balanço. O preço de cotação de mercado que é utilizado para os ativos financeiros é o preço de compra corrente.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não estão cotados num mercado ativo determina-se utilizando técnicas de valorização. O Grupo utiliza uma variedade de métodos e realiza hipóteses baseadas nas condições de mercado existentes em cada uma das datas do balanço. Para dívidas de longo prazo, utilizam-se preços cotados a nível de mercado ou cotações de agentes. Para determinar o valor justo dos restantes instrumentos financeiros utilizam-se outras técnicas, tais como a dedução de fluxos de capital estimados. O valor justo dos swaps da taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de capital futuros estimados. O valor justo dos contratos de taxa cambial a prazo determina-se utilizando as taxas cambiais a prazo cotadas no mercado na data do balanço. Os métodos são classificados de acordo com o estabelecido na NIIF 7 (Vide nota 2.10).

O valor justo da opção de contrato de Corpin Capital e outras entidades (Nota 11) é calculado utilizando o modelo baseado no desconto de fluxos contratuais futuros estimados em dados observáveis de mercado.

Assume-se que o valor contábil menos a provisão por deterioração do valor das contas a cobrar e a pagar aproxima-se ao valor justo. O valor justo dos passivos financeiros para efeitos da apresentação de informação financeira é estimado ao descontar os fluxos contratuais futuros de capital à taxa de juros corrente do mercado do qual o Grupo pode dispor para instrumentos financeiros semelhantes.

A tabela mostrada à continuação inclui uma análise dos instrumentos financeiros que são valorizados a valor razoável,

classificados por método de valorização. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços de cotação (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Dados diferentes do preço de cotação incluídos dentro do Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou o passivo, tanto diretamente (ou seja, os preços), como indiretamente (ou seja, os derivados dos preços) (Nível 2)
- Dados para o ativo ou o passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (ou seja, dados não observáveis) (Nível 3).

A seguinte tabela apresenta os ativos e passivos do Grupo valorados a valor de mercado a 31 de dezembro de 2013:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros derivados - ativos	-	3.018	-	3.018
Instrumentos financeiros derivados-passivos	-	(132.270)	(17.969)	(150.239)
Total	-	(129.252)	(17.969)	(147.221)

Durante o exercício não foram detetados reclassificações entre os níveis anteriores.

A seguinte tabela apresenta os ativos e passivos de Grupo valorados a valor de mercado a 31 de dezembro de 2012.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros derivados - ativos	-	4.005	-	4.005
Instrumentos financeiros derivados-passivos	-	(224.563)	(5.995)	(230.558)
Total	-	(220.558)	(5.995)	(226.553)

As técnicas de valorização empregadas para definir o valor razoável dos instrumentos financeiros derivados classificados no nível 2 são descritos à continuação:

a) Swaps: troca, por parte de dois agentes de mercado, de uma série de fluxos de efetivo, segundo as especificações de cada contrato, durante um prazo de tempo. A valorização desta tipologia de instrumentos é calculada por desconto de fluxos na divisa de referência do contrato. Do mesmo modo, são utilizados modelos de cômputo de dias em função da base.

Permutas de tipo de juros: Os tipos de juros variáveis são calculados partindo-se da curva da divisa correspondente e extraindo os tipos implícitos em cada uma das datas de referência do contrato.

b) Futuros sobre tipo de câmbio entre divisas ou ativos de renda variável: o valor razoável é calculado a partir do diferencial entre o tipo livre contratado no início da operação e o valor esperado do ativo no vencimento, sendo esta uma prática habitual de mercado.

c) Opções sobre cesta de subjacentes: Os preços das opções são obtidos a partir de estimativas de cenários com base na probabilidade de ocorrência. Neste contexto, a metodologia mais popular é o método de Montecarlo, o qual se baseia no fato de que o valor de uma opção é obtido como a média dos valores obtidos sob diferentes cenários aleatórios ajustados pela distribuição estatística dos subjacentes. O número de cenários deve ser elevado e nunca inferior a 50.000 simulações. Para realizar a valorização destes ativos utiliza-se o método de simulações Montecarlo para a valorização dos subjacentes e se aplica o Payoff em cada cenário para deduzir o preço correspondente.

04

Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NIIF-UE requer que a Direção realize estimativas e suposições que podem afetar as políticas contábeis adotadas e o valor dos ativos, passivos, receitas, despesas e desmembramentos relacionados. As estimativas e as hipóteses realizadas estão baseadas, entre outros, na experiência histórica ou noutros acontecimentos considerados razoáveis sob os acontecimentos e circunstâncias considerados à data do balanço, resultado dos quais representa a base de pareceres sobre o valor contábil dos ativos e passivos não determináveis de outra maneira e de forma imediata. Os resultados reais poderiam manifestar-se de forma diferente da estimada.

As estimativas e previsões são avaliadas continuamente e estão baseadas na experiência histórica e noutros fatores, incluindo as expectativas de acontecimentos futuros que sejam razoáveis sob as circunstâncias.

Algumas estimativas contábeis são consideradas significativas se a natureza das estimativas e dos supostos for material e se o impacto das estimativas e supostos sobre a posição financeira ou o rendimento operativo for igualmente material. A seguir, são apresentadas de forma detalhada as principais estimativas realizadas pela Direção do Grupo.

4.1. Estimativas e previsões contábeis importantes

O Grupo faz estimativas e previsões em relação ao futuro. As estimativas contábeis resultantes, por norma, raramente conseguirão igualar os correspondentes resultados reais. Em seguida, são explicadas as estimativas e previsões com risco significativo e que possam gerar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do exercício financeiro seguinte.

Aquisições de negócios ou grupos de ativos líquidos

Na data em que uma controlada é adquirida, as NIIF-UE requerem uma análise de se a compra constitui um negócio ou um grupo de ativos líquidos que não atendem à definição de um negócio de acordo a NIIF 3 "Combinações de negócios" (Nota 2.2).

Quando o Grupo adquire ações de uma empresa que não constitui um negócio mas um grupo de ativos líquidos, o custo é distribuído entre os ativos e passivos identificados individualmente dentro do grupo, estabelecendo os seus valores justos na data da aquisição. Às vezes o custo do grupo de ativos líquidos pode incluir um componente de pagamento baseado em ações. Nesse caso, a diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e o valor a ser pago em dinheiro é creditado diretamente ao patrimônio líquido. (Nota 2.27).

Quando o Grupo adquire ações de uma entidade que constitui um negócio, na data da aquisição o custo da combinação de negócios é distribuído entre os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis reconhecidos pela empresa adquirida. Esses ativos e passivos são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Se uma parcela do custo da combinação depende de eventos futuros, o valor desse ajuste é incluído no custo da combinação, desde que os eventos sejam prováveis e o valor possa ser avaliado de forma confiável.

O custo excedente da combinação de negócios sobre a participação da adquirente no valor justo dos ativos líquidos adquiridos é reconhecido como goodwill.

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o Grupo realizou aquisições e alterações de controle de grupos de ativos líquidos e negócios (Nota 31). A Direção utilizou o seu critério para contabilizar o custo de aquisição desses grupos de ativos líquidos e do negócio de acordo com as provisões dos contratos de compra e venda.

Perdas estimadas por deterioração do agio (*goodwill*) e outros ativos não financeiros

O Grupo comprova anualmente se o goodwill comércio e outros ativos não financeiros, para o último nos casos em que podem ser potenciais indicadores de deterioração ter sido alguma perda por deterioração de valor, de acordo com a política contábil da Nota 2.9. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base em cálculos do valor de uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas, realizando análises de sensibilidade das variáveis mais relevantes consideradas nessas estimativas, com especial atenção para aquelas situações nas quais poderiam existir indicadores de deterioração potencial (Nota 7.1 y 8.2).

Imposto sobre os lucros

O Grupo está sujeito ao imposto sobre os lucros em muitas jurisdições. O requisito essencial é um grau importante de previsão para determinar a provisão mundial para o imposto sobre os lucros. Existem muitas transações e cálculos para os quais a determinação do imposto é incerta durante o curso normal do negócio. O Grupo reconhece passivos para problemas fiscais antecipados com base em estimativas sobre eventuais necessidades de impostos adicionais. Quando o resultado fiscal final desses assuntos for diferente dos valores reconhecidos inicialmente, essas diferenças terão efeito sobre o imposto de lucros e as provisões por impostos diferidos no exercício no que seja realizada tal determinação. Nesse sentido, não existem aspetos significativos que estejam sujeitos a estimativas e que possam ter um impacto relevante na posição do Grupo.

Recuperação de impostos diferidos ativos

A recuperação de impostos diferidos ativos (Nota 21) é avaliada no momento em que são gerados e subsequentemente a cada data do balanço patrimonial, de acordo com a evolução dos lucros do Grupo previstos no plano de negócios. Na avaliação da capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos, em especial, foram tidas em consideração, entre outros aspetos, as sinergias derivadas da consolidação fiscal, assim como a estimativa de benefícios fiscais futuros com base no plano de negócios do grupo.

Valor justo de derivativos ou outros sistemas financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados num mercado ativo é determinado utilizando técnicas de valorização. O Grupo utiliza a previsão para selecionar uma variedade de métodos e formular hipóteses que se baseiam principalmente nas condições do mercado existentes na data de cada balanço. O Grupo utilizou análises de fluxos de caixa descontados para vários ativos financeiros mantidos para venda que não se negociavam nos mercados ativos.

Reconhecimento de receitas

O critério de reconhecimento de receitas utilizado pelo Grupo para as atividades de construção e engenharia baseia-se no método de percentagem de realização com base no grau de avanço. Este último é calculado como percentagem dos custos incorridos do contrato sobre o total de custos estimados para a realização do contrato. Esse método de reconhecimento de receitas é aplicado apenas quando o resultado possa ser estimado de forma fiável e é provável que o contrato proporcione lucros. Se o resultado do contrato não puder ser estimado de forma fiável, as receitas são reconhecidas na medida de recuperação dos custos. Quando for provável que os custos do contrato excedam as receitas do contrato, a perda é reconhecida imediatamente sob a forma de despesa. Na aplicação do método da percentagem de realização, o Grupo efetua estimativas significativas em relação aos custos totais necessários para a realização do contrato. Essas estimativas são revistas e avaliadas periodicamente com o objetivo de verificar se foi gerada uma perda e se é possível continuar com a aplicação do método de percentagem de realização ou para reconsiderar a margem esperada para o projeto. Durante o desenvolvimento do projeto, o Grupo estima também as prováveis contingências relacionadas com o aumento do custo total estimado e varia o reconhecimento das receitas de forma consequente. Nos aspetos mencionados, o histórico do Grupo confirma que as estimativas são adequadas e razoáveis.

Contrato de Concessão

Para determinar se o contrato de concessão está sob CINIF 12, o Grupo realiza uma análise detalhada sobre cada contrato de concessão, baseado na informação disponível e sobre a totalidade dos termos relevantes incluídos nesses documentos. As questões principais a ter em consideração nessa análise são:

a) Se o cedente controla ou regula os serviços para os quais o concessionário deve destinar/atribuir a infraestrutura, a quem devem ser prestados esses serviços e a que preço.

b) Se o cedente controla alguma participação residual da infraestrutura no final do contrato de concessão.

Baseado na informação da análise e na informação disponível de cada contrato, o Grupo determina o modelo contábil a aplicar:

Modelo de ativos intangíveis: o Grupo aplica este modelo quando o concessionário tem direito a receber pedágios (ou outro tipo de pagamentos) dos usuarios, em contraprestação pelo financiamento e construção da infraestrutura ou quando o cedente da concessão remunera o concessionário sobre a base do grau de utilização da infraestrutura, mas não garante as quantias que serão pagas ao concessionário.

Modelo de ativo financeiro: o Grupo aplica este modelo quando o concessionário tem um direito incondicional estabelecido no contrato de receber pagamentos por parte do concedente, independentemente da utilização da infraestrutura.

Modelo Misto: quando o concessionário é parcialmente remunerado pelos usuarios (quantia dependente do uso da concessão/infraestrutura) e parcialmente remunerado pelo concedente (amparado por direito incondicional de receber esses pagamentos).

Depois de determinado o modelo contábil, existem estimativas/assunções fundamentais utilizadas pela Direção, como por exemplo:

- As estimativas do trânsito para calcular a amortização dos ativos intangíveis (Concessões de Autoestradas).

- Provisão para a manutenção: estimativas do CAPEX futuro, de acordo com cada plano de negócio utilizado pela Direção.

- Margem de construção calculada pela Direção, utilizada para medir o valor justo do intangível/ativos financeiros.

- A Direção determina quando é determinado o valor do ativo financeiro, de acordo com os contratos das linhas de transmissão elétrica e as suas interpretações legais, que a concedente indemnizará o concessionário com o valor residual da infraestrutura na finalização do período de concessão.

Vidas úteis dos elementos de Imobilizado corpóreo e Ativos intangíveis

A Direção do Grupo determina as vidas úteis estimadas e os correspondentes encargos por amortização para os Imobilizados corpóreos e os Ativos intangíveis. Essa estimativa está baseada em relação com o período em que os elementos de imobilizado possam gerar lucros económicos de acordo com planos de negócio atualizados. O Grupo revê em cada fechamento as vidas úteis dos imobilizados e se as estimativas diferirem das previamente realizadas, o efeito da modificação é contabilizado de forma prospetiva a partir do exercício em que seja realizada a modificação.

No caso de determinados ativos intangíveis relativos a concessões administrativas de infraestruturas de autoestradas que são amortizadas de forma sistemática em função do trânsito e das receitas previstas na concessão de acordo com planos de negócio atualizados, a Direção do Grupo atualiza anualmente essas estimativas de trânsito para ditas concessões.

Se as circunstâncias implicarem piorias dos planos de negócio, são também realizados os correspondentes testes de deterioração.

Reclamações por garantia

O Grupo, geralmente, oferece garantias de 24 ou 36 meses para as suas obras ou serviços (Em casos especiais de até 60 meses). A Direção estima a provisão correspondente para reclamações futuras por garantia com base na informação histórica sobre reclamações de garantia, assim como tendências recentes que poderiam sugerir que a informação passada sobre o custo pode diferir das reclamações futuras. De igual forma, no caso de reconhecimento de receitas, o historico do Grupo demonstra que as estimativas nesse aspeto são adequadas.

Contas a receber e ativos financeiros

O Grupo realiza estimativas relacionadas com a cobrança dos saldos em dívida pelos clientes nos projetos onde existam controvérsias a serem resolvidas ou litígios em curso originados pela desconformidade do trabalho executado ou pelo incumprimento de cláusulas contratuais ligadas ao rendimento dos ativos entregados aos clientes. Assim, o Grupo realiza estimativas para avaliar a recuperabilidade dos ativos financeiros mantidos para venda baseadas principalmente na saúde financeira e na perspectiva de negócio da sociedade participada num curto prazo.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe a probabilidade de uma obrigação presente, fruto de acontecimentos passados, dar lugar a uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado de forma fiável. Para cumprir com os requisitos da norma contábil são necessárias estimativas significativas. A Direção do grupo realiza estimativas, avaliando toda a informação e os acontecimentos relevantes, tanto da probabilidade de ocorrência das contingências, como do valor do passivo a liquidar no futuro.

05

Informação financeira por segmento de negócios

Os segmentos operacionais foram determinados com base nas informações apresentadas ao Comitê de Diretoria do Grupo Isolux (Espanha), que são usadas para tomada de decisões estratégicas.

O dito Comitê considera, para efeitos de segmentos operativos, a existência de cinco grandes áreas de negócio: Atividades Industriais, Energia, Concessões (que inclui o negócio e de geração solar-fotovoltaico), Energias Renováveis, e Imobiliária. Adicionalmente, o Comitê realiza uma análise adicional desde um ponto de vista geográfico, tendo em consideração as zonas geográficas nas que o Grupo concentra a sua atividade: Espanha, América Latina (principalmente México, Brasil e Argentina), Ásia (principalmente Índia) e outros (que inclui principalmente atividades nos EUA e em diversos países de África, como Angola e Argélia).

São incluídos na coluna de "Outros, Corporativo e Ajustes de Consolidação" os negócios do segmento "Imobiliário" e do segmento "Energias renováveis" dada a sua escassa significância em relação ao volume de operações do Grupo. As receitas ordinárias desses segmentos são obtidas pela venda de promoções imobiliárias e pela venda de combustíveis (biodiesel), respetivamente. Além disso, inclui operações descontinuadas (ver nota 15).

Os segmentos "Engenharia e Serviços Industriais" e Energia obtêm as suas receitas ordinárias principalmente da venda de serviços de construção, enquanto o segmento "Conces-

sões" as obtêm da venda do serviço correspondente segundo o tipo de concessão a que se refira.

As receitas geradas entre segmentos provêm principalmente de serviços de construção prestados pelos segmentos "Engenharia e Serviços Industriais" y Energia ao resto de segmentos ou ao setor Corporativo do Grupo. Tais receitas, que correspondem a operações realizadas em condições de mercado, são analisadas pelo Comitê de Direção segundo o descrito na linha "Trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado".

O Comitê de Direção analisa o rendimento dos segmentos operativos em base a uma valoração do resultado operacional de cada segmento. As receitas e despesas financeiras são analisadas, a nível de cada um dos segmentos, pelo seu impacto conjunto na linha "Resultado financeiro líquido"; a análise detalhada efetua-se pela Tesouraria Central, que administra a posição de caixa do Grupo. Também, o Imposto sobre a Renda não é imputado a cada um dos segmentos, pois o Comitê de Direção analisa em forma agregada esta rubrica a nível de impacto no Grupo.

Para fins da preparação da informação financeira por segmentos, a Direção imputa os ajustes necessários para a classificação dos resultados das atividades descontinuadas na coluna de "Outros, Corporativo e Ajustes de Consolidação". Este procedimento foi também aplicado para a reexpressão da informação correspondente ao exercício de 2012.

A informação por segmentos que se fornece ao Comitê de Direção para os segmentos sobre os que se deve informar para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

2013	EPC		Concessões	Outros, Corporativo e Ajustes de Consolidação	Total
	Infraestruturas e Atividades Industriais	Energia			
Receitas ordinárias de clientes externos	1.531.518	893.757	617.141	(17.285)	3.025.131
Receitas ordinárias do segmento	1.663.465	910.220	617.141	(165.695)	3.025.131
Trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado	-	-	-	148.410	148.410
Outras receitas operacionais	9.600	7.200	20.421	(7.922)	29.299
Total Receitas operacionais	1.673.065	917.420	637.562	(25.207)	3.202.840
Amortização e encargos por imparidade	(15.567)	(2.371)	(87.624)	(15.090)	(120.652)
Despesas operacionais	(1.476.389)	(813.047)	(320.211)	(59.531)	(2.669.178)
Resultado operacional	181.109	102.002	229.727	(99.828)	413.010
Resultado financeiro líquido	(3.829)	(26.897)	(255.643)	(81.626)	(367.995)
Participação no resultado de empresas equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos	177.280	75.105	(25.916)	(181.454)	45.015
Imposto de renda	-	-	-	(30.613)	(30.613)
Resultado do exercício	177.280	75.105	(25.916)	(212.067)	14.402
Resultado das operações descontinuadas				(8.522)	(8.522)
Resultado total do exercício	177.280	75.105	(25.916)	(220.589)	5.880
Total Ativos	2.117.490	1.621.797	4.875.803	(214.875)	8.400.215
Os ativos totais incluem:					
Investimentos em empresas com equivalência patrimonial	-	-	-	2.384	2.384
Adições aos ativos não circulantes	15.951	1.538	631.474	7.506	656.469
Total Passivos	1.626.596	1.285.326	4.157.863	775.181	7.844.966

A informação por segmentos que se fornece ao Comitê de Direção para os segmentos sobre os que se deve informar para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

2012	EPC		Concessões	Outros, Corporativo e Ajustes de Consolidação	Total
	Infraestruturas e Atividades Industriais	Energia			
Receitas ordinárias de clientes externos	1.828.197	660.018	396.874	(7.652)	2.877.437
Receitas ordinárias do segmento	2.125.261	660.018	396.874	(304.716)	2.877.437
Trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado	-	-	-	144.515	144.515
Outras receitas operacionais	6.643	-	422	372.973	380.038
Total Receitas operacionais	2.131.904	660.018	397.296	212.772	3.401.990
Amortização e custos por deterioração de valor	(18.879)	(2.578)	(108.100)	(82.431)	(211.988)
Despesas operacionais	(1.945.006)	(617.883)	(108.858)	(188.772)	(2.860.519)
Resultados operacionais	168.019	39.557	180.338	(58.431)	329.483
Resultado financeiro líquido	(10.693)	(4.030)	(213.238)	(54.537)	(282.498)
Participação no resultado de empresas equivalentes patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos	157.326	35.527	(32.900)	(112.968)	46.985
Imposto de renda	-	-	-	(20.068)	(20.068)
Resultado do exercício	157.326	35.527	(32.900)	(133.036)	26.917
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(129.215)	(129.215)
Resultado total do exercício	157.326	35.527	(32.900)	(262.251)	(102.298)
Total Ativos	1.873.371	1.396.205	4.883.500	303.311	8.456.387
O total do ativo inclui:					
Investimentos em empresas com equivalência patrimonial	-	-	-	3.576	3.576
Adições aos ativos não circulantes	12.519	3.266	1.132.723	7.810	1.156.318
Total Passivos	1.577.161	1.091.399	4.126.030	1.012.345	7.806.935

No exercício 2012 foram produzidas deteriorações no valor dos fundos de comércio (goodwill) de "Energias Renováveis" e "Energia Solar - Fotovoltaica" – Fabricação, ver nota 7.1.

As receitas ordinárias procedentes de clientes externos dos que se informa ao Comitê de Direção são valoradas de acordo com critérios uniformes aos aplicados na demonstração de resultados.

Os valores que se proporcionam ao Comitê de Direção relativos aos ativos e passivos totais são valorados de acordo com critérios uniformes aos aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas. Estes ativos e passivos são atribuídos em função das atividades do segmento e a localização física do ativo.

A Sociedade dominante está domiciliada na Espanha, e como antes foi mencionado, o Grupo opera também em negócios fora da Espanha. À continuação apresenta-se a informação por segmentos geográficos, considerando o país de domicílio do cliente, correspondente ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2013:

2013	Espanha	América Latina	Ásia	Outros e Ajustes de Consolidação	Total
Volume de negócios	692.195	1.489.161	423.157	420.618	3.025.131
Total ativos	3.520.277	3.510.957	1.103.923	265.058	8.400.215
Os ativos totais incluem:					
Ativos não circulantes	1.860.538	2.127.541	736.395	460.809	5.185.283
Total Passivos	4.420.861	2.698.393	813.478	(87.766)	7.844.966

Apresenta-se em seguida a informação por segmentos geográficos, considerando o país de domicílio do cliente, correspondente ao exercício terminado a 31 de dezembro de 2012:

2012	Espanha	América Latina	Ásia	Outros e Ajustes de Consolidação	Total
Volume de negócios	904.167	1.347.035	339.395	286.840	2.877.437
Total ativos	3.949.937	3.208.006	941.487	356.957	8.456.387
Os ativos totais incluem:					
Ativos não circulantes	2.399.980	2.105.624	685.057	320.644	5.511.305
Total Passivos	4.749.243	2.480.094	715.832	(138.234)	7.806.935

Durante o exercício 2013 e 2012 não existem receitas ordinárias procedentes de transações com um só cliente que representem mais do que 10% do total do Grupo.

06

Imobilizado corpóreo

O desmembramento e os movimentos das diversas categorias dos imobilizados corpóreos são apresentados na seguinte tabela:

2013	Terrenos e construções	Instalações técnicas, maquinaria e ferramentas	Mobiliário	Elementos de transporte	Equipamentos para processamento de informação	Imobilizado em elaboração	Outro imobilizado	Total
Custo								
1 de janeiro								391.628
Adições	768	6.793	405	2.022	175	68	387	10.618
Anulações	(2.362)	(8.015)	(516)	(3.152)	(813)	(25)	(89)	(14.972)
Reclasificação de ativos não correntes mantidos para venda (Nota 15)	(46.862)	-	(5)	-	(7)	-	-	(46.874)
Transferências	-	3.580	-	-	-	(3.580)	-	-
Mudanças no perímetro de consolidação (Nota 15)	(11.016)	(83.408)	-	-	-	-	-	(94.424)
31 de dezembro	72.926	134.420	9.415	13.169	10.917	541	4.588	245.976
Amortização e deterioro acumulados								
1 de janeiro	(8.740)	(164.314)	(4.945)	(10.797)	(8.510)	-	(3.893)	(201.199)
Amortizações	(1.793)	(11.584)	(839)	(1.555)	(1.130)	-	(1.360)	(18.261)
Anulações	1.284	7.484	258	3.086	822	-	844	13.778
Reclasificação de ativos não correntes mantidos para venda (Nota 15)	1.712	-	-	-	5	-	-	1.717
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Mudanças no perímetro de consolidação (Nota 15)	1.229	83.408	-	-	-	-	-	84.637
31 de dezembro	(6.308)	(85.006)	(5.526)	(9.266)	(8.813)	-	(4.409)	(119.328)
Valor líquido contábil	66.618	49.414	3.889	3.903	2.104	541	179	126.648

2012	Terrenos e construções	Instalações técnicas, maquinaria e ferramentas	Mobiliário	Elementos de transporte	Equipamentos para processamento de informação	Imobilizado em elaboração	Outro imobilizado	Total
Custo								
1 de janeiro	121.862	142.707	8.777	15.477	10.959	601	4.324	304.707
Adições	146	8.423	1.010	847	1.024	3.500	143	15.093
Anulações	(592)	(19.068)	(442)	(2.025)	(421)	-	(177)	(22.725)
Transferencias	10.982	83.408	186	-	-	(23)	-	94.553
31 de dezembro	132.398	215.470	9.531	14.299	11.562	4.078	4.290	391.628
Amortização e deterioro acumulados								
1 de janeiro	(6.169)	(81.399)	(4.456)	(11.174)	(7.391)	-	(3.759)	(114.348)
Amortizações	(700)	(15.009)	(868)	(1.584)	(1.313)	-	(1.246)	(20.720)
Anulações	59	16.515	243	1.961	265	-	118	19.161
Deterioração	(701)	-	-	-	-	-	-	(701)
Transferencias	(1.229)	(84.421)	136	-	(71)	-	994	(84.591)
31 de dezembro	(8.740)	(164.314)	(4.945)	(10.797)	(8.510)	-	(3.893)	(201.199)
Valor líquido contábil	123.658	51.156	4.586	3.502	3.052	4.078	397	190.429

No exercício de 2013 as anulações devem-se principalmente da saída do perímetro da fábrica de T-Solar devido à perda de controle sofrida pelo Grupo (ver Notas 1 e 15) e também à classificação de determinados ativos mantido para venda.

As transferências do exercício de 2012 devem-se principalmente à transferência da fábrica T-Solar desde outro imobilizado assignado a projetos (ver Nota 8.2).

Dentro dos imobilizados corpóreos existem elementos de transporte, máquinas e outros imobilizados no montante de 623 milhares de euros adquiridos em regime de arrendamento financeiro (1.054 milhares de euros a 31 de dezembro de 2012), segundo a seguinte composição:

	2013	2012
Custo arrendamentos financeiros capitalizados	1.275	3.272
Depreciação acumulada	(652)	(2.218)
Valor líquido contábil	623	1.054

Os empréstimos bancários com entidades de créditos estão garantidos por terrenos e construções avaliadas em 24.752 milhares de euros (2012: 43.734 milhares de euros). O saldo da dívida garantida ascende a 4.523 milhares de euros (2012: 10.423 milhares de euros).

A 31 de dezembro de 2013 o Grupo tem localizadas no estrangeiro investimentos em imobiliário corpóreo por um montante de custo de 47.707 milhares de euros (2012: 50.138 milhares de euros) e uma amortização acumulada de 27.704 milhares de euros (2012: 25.565 milhares de euros).

A 31 de dezembro de 2013 não existem elementos de imobilizado corpóreo não afetos a exploração, por terem sido na sua totalidade classificados como mantidos para venda durante o exercício (ver Nota 15). A 31 de dezembro de 2012 não estavam afetos a exploração elementos de imobilizado corpóreo com um custo original de 40.584 milhares de euros e uma amortização acumulada de 418 milhares de euros, correspondentes na sua maioria a imóveis adquiridos pelo Grupo em dação em pagamento. Durante o exercício de 2012 registrou-se um deterioro sobre estes ativos de 700 milhares de euros.

A demonstração de resultados inclui despesas de aluguer, num montante de 126.487 milhares de euros (2012: 116.687 milhares de euros) correspondentes ao aluguer de elementos das imobilizações corpóreas.

Ao dia 31 de dezembro de 2013 existe um ativo imobilizado, ainda em uso, e totalmente amortizado a um custo contábil de 43.635 milhares de euros (2012: 30.384 milhares de euros).

O Grupo consolidado tem contratadas várias apólices de seguro para cobrir os riscos a que estão sujeitos os elementos das imobilizações corpóreas. A cobertura destas apólices é considerada suficiente.

07

Ágio (*Goodwill*) e outros ativos intangíveis

7.1. Ágio (*Goodwill*)

De seguida o detalhe e movimento dos ágios, únicos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas:

	2013	2012
No início do exercício	511.646	577.436
Adições	-	-
Diferenças de conversão	(547)	66
Encargos por deterioração	-	(57.665)
No fechamento de exercício (efeito de combinação de negócios)	-	(8.191)
No peche do exercício	511.099	511.646

Durante o exercício de 2013 não foram encontrados deterioros de valor. Durante o ano de 2012 foram identificados deterioros de valor em Energia Solar – Fotovoltaica (Fabricação) por um montante de 47.824 milhares de euros e de Energias Renováveis por um montante de 9.841 milhares de euros, reconhecidos na conta de resultados do exercício. Adicionalmente aos deterioros do Goodwill, foram registrados deterioros de ativos correspondentes a UGE (ver Nota 8.2).

Em 2012 o efeito de combinação de negócios origina-se no impacto sobre o goodwill de Energia Solar-Fotovoltaica (Geração-não Espanha) da perda de control em Isolux Infrastructure Netherlands e sociedades controladas (ver Nota 31).

O ágio e os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas foram atribuídos às unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo, conforme o país da operação e o segmento do negócio.

A seguir, apresenta-se um resumo a nível de UGC (ou grupos de UGC) da atribuição do ágio:

UGE	2013	2012
Construção	154.578	154.578
Solar-Energia Fotovoltaica (Geração – não Espanha)	33.978	33.978
Engenharia – México	24.510	24.510
Engenharia – Brasil	54.735	54.735
Engenharia - Argentina e outros	12.132	12.679
Engenharia - Espanha e outros	231.166	231.166
Total	511.099	511.646

O valor recuperável das UGCs é determinado com base no cálculo do valor em uso, de acordo com projeções de fluxos de caixa antes de impostos baseadas em pressuposições financeiras aprovadas pela Direção que cobrem um período de cinco anos (seis anos no caso da energia Solar-Fotovoltaica Energia (Produção) exceto para Energias renováveis e para Solar-Energia Fotovoltaica (Geração), nos quais calculam-se os fluxos para toda a vida dos projetos. Os fluxos de caixa correspondentes ao período posterior a esses cinco anos são extrapolados usando as taxas de crescimento residuais estimadas calculadas a seguir indicadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo para o negócio em que a UGC atua. Os fluxos são descontados utilizando uma taxa baseada no custo médio ponderado de capital para a UGC.

As hipóteses fundamentais utilizadas para os cálculos do valor em uso mais relevantes são as seguintes:

UGE	Resultado Operacional (*)		Taxa de crescimento residual		Taxa de desconto	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Construção	68.721	58.383	1%	1%	10,86%	11,75%
Energia Solar (Geração - Não Espanha) (**)	8.246	38.971	(**)	(**)	11%	7%-14%
Engenharia – México	12.267	8.284	2%	2%	10,49%	10,94%
Engenharia – Brasil	11.715	22.737	2%	2%	10,87%	14,50%
Engenharia - Argentina e outros	3.276	4.528	2%	2%	17,63%	17,63%
Engenharia - Espanha e outros	140.207	135.354	1,7%	1,7%	10,69%	9,61%

(*) Os dados incluídos na coluna de resultado operacional referem-se à previsão para o próximo ano (Não inclui geração 2013).

(**) Não aplica.

(***) Resultado operacional de 2013 corresponde ao primeiro exercício onde entram em exploração as UGE.

Estas hipóteses foram utilizadas para a análise de cada UGC dentro do segmento do negócio. A Direção do Grupo acredita que não existem variações de hipóteses que pudessem ser consideradas razoavelmente possíveis, e que pudessem provocar que o montante nos livros da UGC excedesse o seu valor recuperável.

A Direção determinou a margem bruta orçamentada com base no rendimento passado e nas suas expectativas de desenvolvimento de mercado. As taxas de crescimento médio ponderado são coerentes com as previsões

incluídas nos relatórios da indústria. As taxas de desconto usadas são antes da dedução de impostos e refletem riscos específicos relacionados com os segmentos relevantes.

7.2. Outros ativos intangíveis

O detalhe do movimento dos exercícios 2013 e 2012 são os seguintes:

2013	Concessões administrativas	Softwares e outros	Total
Custo			
1 de janeiro	10.471	36.502	46.973
Adições	7.139	5.588	12.727
Anulações	(741)	(1.337)	(2.078)
Reclassificação de ativos não circulante detidos para venda (Nota 15)	-	(19)	(19)
31 de dezembro	16.869	40.734	57.603
Amortização e deterioração acumulados			
1 de janeiro	(2.629)	(23.238)	(25.867)
Amortizações	(417)	(6.458)	(6.875)
Anulações	630	1.220	1.850
Reclassificação de ativos não circulante detidos para venda (Nota 15)	-	16	16
31 de dezembro	(2.416)	(28.460)	(30.876)
Valor contábil líquido	14.453	12.274	26.727

2012	Carteira de contratos	Concessões administrativas	Softwares e outros	Total
Custo				
1 de janeiro	11.116	11.183	28.902	51.201
Adições	-	559	7.063	7.622
Anulações	(11.116)	(461)	(268)	(11.845)
Transferências	-	(810)	805	(5)
31 de dezembro	-	10.471	36.502	46.973
Amortização e deterioração acumulados				
1 de janeiro	(6.669)	(3.295)	(16.348)	(26.312)
Amortizações	(4.446)	(562)	(5.963)	(10.971)
Anulações	11.115	417	101	11.633
Transferências	-	811	(1.028)	(217)
31 de dezembro	-	(2.629)	(23.238)	(25.867)
Valor contábil líquido	-	7.842	13.264	21.106

A epígrafe Concessões Administrativas incluem os gastos relacionados com a construção e/o exploração de distintos ativos (plantas de tratamento de águas e gestão de resíduos e outros) onde o Grupo recebeu a concessão para a exploração por um determinado período. No final do período da concessão o ativo voltará na sua totalidade ao seu concedente. O Grupo amortizará o ativo capitalizado durante o período de duração da concessão.

A epígrafe Aplicações Informáticas reúne a propriedade e o direito de uso das aplicações informáticas adquiridas a terceiros. No saldo desta epígrafe não estão incluídos os importes ligados ao desenvolvimento interno de programas informáticos. A 31 de dezembro de 2013 existem aplicações informáticas, ainda em uso, mas totalmente amortizadas com um custo contábil de 15.724 milhares de euros (2012: 9.898 milhares de euros).

As dívidas com entidades de crédito estão cobertas por outros ativos intangíveis valorados em 11.514 milhares de euros (2012: 4.930 milhares de euros). O saldo da dívida coberta ascende a 700 milhares de euros (2012: 329 milhares de euros)

08

Ativos concessionados e outros Imobilizados afetos a projetos

Incluídas no perímetro de consolidação encontram-se participações em diversas sociedades cujo objeto social é “uniprojecto”. As sociedades titulares dos projetos costumam financiá-los através da figura conhecida como “Project Finance” (Financiamento de projetos).

Nesta figura, a base do acordo entre a sociedade e a entidade financeira fica na atribuição dos fluxos de caixa que o projeto gera à amortização do financiamento e ao atendimento da carga financeira, com exclusão ou bonificação quantificada de qualquer outro recurso patrimonial, de maneira que a recuperação do investimento por parte da entidade financeira será realizada exclusivamente através dos fluxos de caixa do projeto objeto do próprio financiamento, existindo subordinação de qualquer outro endividamento derivado do Financiamento de Projetos, enquanto este não tenha sido reembolsado na sua totalidade.

Assim, encontramos-nos frente a fórmulas de financiamento que são aplicadas univocamente a projetos empresariais específicos. Se bem que existem certos projetos onde o Grupo é o único titular de tais concessões (principalmente projetos de estacionamento) a maioria dos projetos integram-se ao Grupo através do negócio conjunto formado pelo subgrupo Isolux Infrastructure Netherlands.

8.1. Ativos concessionados afetos a projetos

Devido às características dos projetos, grande parte dos ativos concessionados afetos a projetos correspondem ao conceito de Ativos intangíveis concessionados e financeiros concessionados, e o seu tratamento contábil é explicado nas Notas 2.6, 2.7 e 2.23. É de mencionar que dentro desta rubrica estão incluídos 694.762 milhares de euros (2012: 983.612 milhares de euros) que correspondem a imobilizados em elaboração.

	2013	2012
Custo		
1 de janeiro	3.024.693	2.529.286
Inclusões no escopo da consolidação	11.972	-
Adições	474.452	874.362
Efeito das combinações de negócios	-	(190.791)
Efeito das diferenças de conversão	(355.142)	(152.539)
Reclassificação de ativos não circulante detidos para venda (Nota 15)	(244.422)	-
Anulações	(7.541)	(35.601)
Transferências	(61.403)	(24)
31 de dezembro	2.842.609	3.024.693

Depreciação acumulada e taxas de deterioração		
1 de janeiro	(110.894)	(77.909)
Inclusões no escopo da consolidação	(391)	-
Amortizações	(53.001)	(46.769)
Deterioração	-	(10.681)
Efeito das combinações de negócios	-	18.430
Efeito das diferenças de conversão	12.665	921
Reclassificação de ativos não circulante detidos para venda (Nota 15)	37.028	-
Anulações	6.902	-
Transferências	1.099	5.114
31 de dezembro	(106.592)	(110.894)

Valor contábil líquido	2.736.017	2.913.799
-------------------------------	------------------	------------------

A 31 de dezembro de 2013 o Grupo tem localizados no estrangeiro ativos concessionais assignados a projetos por um montante líquido de 2.256.993 milhares de euros (2012: 2.226.713 milhares de euros)

Durante o exercício de 2013 foram capitalizados juros por um montante de 58.980 milhares de euros (2012: 67.799 milhares de euros), correspondentes aos juros em dívida do período de construção das rúbricas de imobilizado, e que vêm de financiamentos diretos recebidas para a construção dos respetivos bens.

Em 2012 o efeito combinação de negócios é originado no impacto sobre a definição da operação da Isolux Infrastructure e Sociedades Dependientes (Ver nota 31).

De acordo com o detalhado na Nota 2.7 das normas de valorização do grupo, este classifica os seus ativos concessionais em dois grupos: intangíveis e de natureza financeira, correspondendo a 31 de dezembro de 2013 a um valor líquido contábil de 1.700.293 milhares de euros (2012: 1.968.615 milhares de euros) e de 1.035.724 milhares de euros (2012: 945.184 milhares de euros) respetivamente. Adicionalmente na Nota 12 detalham-se as contas a cobrar a curto prazo relativas a ativos concessionais assignados a projetos.

Dentro dos ativos financeiros incluem-se principalmente contas a cobrar relacionadas com os contratos de concessão de linhas de transmissão no Brasil e Índia. De acordo com as práticas contábeis aplicáveis e, em cumprimento com as IFRIC 12 no que respeitam a este tipo de contratos, as contas por cobrar classificam-se através do modelo de ativos financeiros. As contas a cobrar a longo prazo são reconhecidas pelo seu custo amortizado. O efeito da remuneração financeira das contas a cobrar teve receitas no valor de 105.301 milhares de euros em 2013 (2012: 97.865 milhares de euros).

Os projetos incluídos nesta epígrafe referem-se basicamente às seguintes operações em regime de concessão:

- Concessão de linhas de transmissão eléctrica no Brasil e Índia por mais de 5.545 km e um investimento total de aproximadamente 1.829 milhões de euros, por períodos de entre 25 e 30 anos. A 31 de dezembro de 2013 o Grupo dispõe de 8 concessões das quais 5 encontram-se parcialmente ou totalmente em exploração, e outras 3 em fase de construção. A 31 de dezembro de 2012 o Grupo tinha 7 concessões das quais 3 encontravam-se totalmente ou parcialmente em exploração e outras 4 em fase de construção ou recentemente atribuídas.

Durante o primeiro semestre do exercício de 2013, o Grupo obteve um contrato de Itacaiunas para a construção, operação e manutenção de uma linha de 500 kV e 563 km de transmissão eléctrica no Brasil. O prazo de concessão é de 30 anos. A 31 de dezembro de 2013 a linha encontra-se em fase de obtenção das licenças necessárias para o início da construção.

- Concessão de duas autopistas no México através da sociedades Concessionaria Autopista Monterrey-Salttillo, S.A. de C.V. e Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, S.A. de C.V. A 31 de dezembro de 2013, estas concessões encontram-se na seguinte situação:
 - Concessionaria Autopista Monterrey-Salttillo, S.A.C.V. Concessão para a construção, operação e manutenção obtida em 2006 e até 2036 (com uma prorrogação adicional de até 15 anos

segundo certos condicionantes) para um traçado de 95 km, com um investimento total estimado de aproximadamente 200 milhões de euros. A concessão entrou parcialmente em exploração em exercícios anteriores, ampliando-se os tramos em exploração nos exercícios posteriores, encontrando-se em pleno rendimento no fechamento a 31 de dezembro de 2013.

No dia 26 de novembro de 2012 foi aprovada a quinta modificação do título de concessão da Autoestrada Monterrey Saltillo, onde se estabelece que será mantida a prorrogação de 15 anos do período de concessão, sempre que a concessionária acredite que se requeira para recuperar as quantidades que tinha direito de acordo com as condições originais da concorrência do projeto.

- Concessionária Autopista Perote-Xalapa, S.A.C.V. Concessão para a construção, operação e manutenção obtida em 2008 e até 2038 para um traço de 59,9 km, com um investimento total estimado de 492 milhões de euros. A concessão começou a operar parcialmente em julho de 2012 e alcançou o 100% de operação durante o mês de dezembro de 2012. O período de exploração desta concessão poderá aumentar pelo exposto na Nota 8.3.
- Concessão obtida em 2007 para a melhoria, ampliação e manutenção de uma via rápida de pedágio sombra de 68 km (Autovia A-4) através da Sociedade Concessionaria Autovia A-4 Madrid, S.A. O período da concessão é até 2026. A 31 de dezembro de 2013 encontra-se em exploração. O investimento total é de aproximadamente 92 milhões de euros.
- Concessão de quatro autopistas na Índia:
 - Concessão obtida em 2008 durante 15 anos para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada na Índia de 291 km (Panipat-Jalandar) através da Sociedade Soma-Isolux NH One Tollway Private Limited, incluída no Anexo I. O período de concessão é até 2023. Durante 2009 começaram os trabalhos de construção quanto à ampliação e melhoria do traçado existente (os trabalhos de operação e manutenção são executados desde a entrada em funcionamento da concessão), sendo o investimento total esperado de aproximadamente 524 milhões de euros.
 - Com data de 17 de maio de 2013, a sociedade do Grupo Soma Isolux NH-One Tollway Private Limited apresentou uma solicitação, por escrito, para iniciar procedimentos de arbitragem diante

do Tribunal de Justiça de Delhi. Na mesma se solicitava retificar o Contrato de Concessão no qual a sociedade atua como concessionária e o re-atribuição das praças de pedágio da autoestrada relacionadas ao citado contrato de concessão. Com data de 27 de maio de 2013 foi promulgada sentença contra a sociedade por parte do Tribunal de Justiça de Punjab e Haryana. De acordo com a citada sentença, o ente concedente (National Highways Authority of India) deve assumir o controle da autoestrada e das praças de pedágio e completar a construção desta dentro dos 6 meses seguintes à data da sentença. A sociedade apresentou reclamação sobre a sentença perante o Tribunal Supremo da Índia, que decidiu suspender temporariamente a execução da sentença inicial. Na opinião dos assessores legais do Grupo, é provável que esta decisão seja definitiva, e que o ente concedente tenha que reatribuir as praças de pedágio e conceder um novo período ao operador para finalizar os trabalhos de construção necessários.

- Concessão obtida em 2009 durante 19 anos para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada na Índia de 133 km (Surat-Hazira) através da Sociedade Soma Isolux Surat Hazira Tollway PVT, Ltd. O período de concessão é até 2028. No 2011, começaram os trabalhos de construção, sendo o investimento total esperado de aproximadamente 214 milhões de euros. A entrada em exploração está prevista para o exercício de 2014. A duração da concessão pode ser modificada em função dos níveis de trânsito alcançados no exercício de 2018.
- Concessão obtida em 2009 durante 18 anos para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada na Índia de 94 km (Kishangarh-Aimer Beawar Highway através da Sociedade Soma Isolux Kishangarh-Ajmer-Beawar Tollway PVT, Ltd. O período de concessão é até 2027. No 2011, começaram os trabalhos de construção, sendo o investimento total esperado de aproximadamente 134 milhões de euros. A entrada em exploração está prevista para o exercício de 2014. A duração da concessão pode ser modificada em função dos níveis de trânsito alcançados no exercício de 2021.
- Concessão obtida em 2010 durante 30 anos para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada na Índia de 192,4 Km (Varanasi Aurangabad) através da Sociedade

Soma Isolux Varanasi Aurangabad Tollway, Pvt. Ltd. O período de concessão é até 2040. Durante 2011 começaram os trabalhos de construção quanto à ampliação e melhoria do traçado existente (os trabalhos de operação e manutenção são executados desde a entrada em funcionamento da concessão), sendo o investimento total esperado de aproximadamente 273 milhões de euros. A concessão começou a gerar receitas operacionais no momento da concessão (Brownfield Project).

- Concessão obtida em 2009, com uma duração de 25 anos, para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada no Brasil com uma extensão total de 681 quilômetros através da Sociedade Viabaha Concessionaria de Rodovias, S.A. O período de concessão é até 2035. A 31 de dezembro de 2011 estava em exploração, tendo sido realizados paralelamente os trabalhos iniciais e de implantação dos sistemas de pedágio. O investimento total esperado é de aproximadamente 981 milhões de euros. A concessão começa a gerar receitas de exploração a partir do momento da concessão (Brownfield Project).

A maioria dos bens em concessão passam a ser controlados pelo organismo concedente na finalização do período de concessão, embora seja habitual que existam opções de renovação das concessões por períodos adicionais ao chegar o seu momento de vencimento.

8.2. Outros imobilizados afetos a projetos

Por outro lado, existem outros imobilizados afetos a projetos (ativos não concessionais e não incluídos na normativa IFRIC 12), segundo o detalhe apresentado a seguir:

	2013	2012
Custo		
1 de janeiro	1.677.898	1.668.628
Adições	158.672	267.823
Efeito da combinação de negócios	-	(209.013)
Efeito Diferenças de Conversão	11.338	(1.450)
Reclassificação de ativos não circulante detidos para venda (Nota 15)	(106.120)	-
Alianças	(89)	(38.922)
Transferencias	(1.502)	(9.168)
31 de dezembro	1.740.197	1.677.898
Custo		
1 de janeiro	(325.883)	(180.027)
Adições	(50.697)	(62.405)
Efeito da combinação de negócios	-	(122.131)
Efeito Diferenças de Conversão	-	44.192
Reclassificação de ativos não circulante detidos para venda (Nota 15)	(45)	168
Alianças	55	-
Transferencias	5.602	-
Traspasos	1.502	(5.680)
31 de dezembro	(369.466)	(325.883)
Valor contable neto	1.370.731	1.352.015

O efeito combinação de negócios do exercício 2012 origina-se no impacto sobre a definição da operação da Isolux Infrastructure Netherlands e Sociedades Dependentes (ver Nota 31).

Com base nas alterações regulatórias indicadas na nota 2.23, o Grupo realizou testes de deterioração sobre as Unidades Geradoras de Caixa (UGE, na sigla em castelhano) dos parques solares fotovoltaicos localizados em Espanha. As principais alternativas consideradas pela Direção do Grupo para a realização destas provas são as seguintes: Estimação de receitas futuras e período de consideração dos planos de negócio (estimados num total de 30 anos) em função da regulamentação em vigor (ver informação detalhada na Nota 2.23), gastos das operações similares aos atuais, estrutura de

financição segundo as condições atuais, e taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital com uma variação entre os 5,5% e os 6,5% e média de 6% (a qual reflete os riscos específicos relacionados com o negócio). Também, ao realizar provas de deterioração, a Direção considerou a aplicação de diversas sensibilidades que, adicionalmente ao mencionado em cima, tiveram em conta aspetos pendentes de definir de acordo com a regulamentação (como por exemplo, a consideração da potência nominal e da potência pico no momento de definir a retribuição de investimento aplicável a cada fábrica). De mencionar que estas estimações foram realizadas com a informação disponível à data de formulação das presentes demonstrações financeiras consolidadas (ver Nota 4.1). Por outro lado, e como consequência das mudanças na regulamentação anteriormente mencionadas, produziu-se durante o exercício de 2013 e espera-se que se mantenha em exercício futuros, uma diminuição na retribuição percebido nos parques pela sua produção e venda de energia, o qual tem as seguintes consequências sobre a financiamento dos mesmos: aquando do fecho de contas do exercício de 2013 alguns dos ratios financeiros não se cumpriram tendo-se obtidos as dispensas por parte dos bancos financiadores, e nos próximos exercícios é esperado que haja uma reestruturação do endividamento com o objetivo de adequar os vencimentos dos mesmos à capacidade de geração de efetivo considerando as novas circunstâncias. Estas provas não tiveram nenhuma consequência significativa sobre o montante recuperável dos ativos relacionados com o segmento produtivo de geração elétrica.

A 31 de dezembro de 2013 estão incluídos nesta epígrafe 134 milhões de euros de valor líquido (2012: 141 milhões de euros) referentes a duas fábricas de produção de biodiesel (situados em Ferrol e Castellón) e que são administrados através da sociedade controlada Infinita Renovables, S.A. Esses centros entraram em exploração no exercício de 2009. Durante o exercício de 2012 foi reconhecida uma deterioração dos ativos no valor de 52 milhões de euros como consequência das reestimativas dos planos de negócios realizadas durante o exercício originadas pelas contínuas alterações regulatórias do negócio em Espanha.

A 24 de janeiro de 2014 foi publicada no BOE (Boletín Oficial de Estado em castelhano) a lista definitiva das asignações de quantidades de produção de biodiesel para o cálculo do cumprimento de objetivos obrigatórios de biocarburantes, otorgando a Infinita Renovables, S.A. para os próximos dois anos, 900.000 toneladas por ano, capacidade máxima das fábricas da Sociedade. Por outro lado, no dia 10 de abril de 2013, a Sociedade assinou um contrato de arrendamento que se espera que entre em vigor durante o primeiro trimestre de 2014, pelo que a Sociedade alugará por um prazo de 5 anos, prolongável por outros 5 anos, a exploração das duas fábricas

a troca de um preço fixo anual, mais um montante variável em função das toneladas vendidas pelo terceiro e ainda uma percentagem sobre os benefícios obtidos por este. O valor recuperável destes ativos está calculado com base num plano de negócios que espelhe uma melhor estimativa por parte da Direção, tendo em conta uma série de hipóteses e pressupostos, sendo as mais importantes, a entrada em vigor e duração do contrato de arrendamento da indústria assim como o volume de produção assignado e o início das atividades de comercialização por parte do terceiro.

Dentro desta epígrafe estão incluídos ativos relacionados com a construção e a manutenção de sete linhas de transmissão de 421 quilómetros de extensão e cinco novas subestações no estado de Texas (Estados Unidos) realizadas através da Sociedade Wind Energy Transmission Texas L.L.C. O período da concessão é ilimitado. Até à data de formulação das presentes demonstrações financeiras, os trabalhos encontram-se em atividade, sendo o investimento total esperado de aproximadamente 464 milhões de euros.

Dentro do saldo da epígrafe encontram-se elementos afetos a projetos situados no estrangeiro por um valor líquido

contábil de 347.058 milhares de euros (2012: 299.999 milhares de euros).

Durante o exercício foram contabilizados gastos financeiros por um montante de 9.735 milhares de euros (2012: 397 milhares de euros).

Dentro dos deterioros do exercício de 2012 reconheceram-se 67 milhões de euros de deterioro da fábrica T-Solar (ver Nota 15).

Cabe ainda mencionar que dentro desta epígrafe encontram-se registrados a 31 de dezembro de 2013 imobilizados em elaboração por um montante de 1.270 milhares de euros (2012: 66.243 milhares de euros).

8.3. Financiamento de projetos

O cancelamento dos financiamentos de projetos está previsto, à data de hoje, ser realizado segundo o seguinte calendário, de acordo com as previsões de cash-flow (fluxos de caixa) a gerar pelos projetos, e segundo o estabelecido nos contratos correspondentes:

2013		Não circulante							
	Circulante	2015	2016	2017	2018	2019	Posteriores	Subtotal	Total
Vencimentos por ano	299.990	143.038	165.817	279.761	181.583	189.684	1.570.607	2.530.490	2.830.480

2012		Não circulante							
	Circulante	2014	2015	2016	2017	2018	Posteriores	Subtotal	Total
Vencimentos por ano	367.492	153.949	177.044	285.760	187.750	220.768	1.512.286	2.537.557	2.905.049

Dentro do passivo circulante do Grupo, existem financiamentos “de ponte” associados ao período de construção das infraestruturas por um montante aproximado de 144 milhões de euros (2012: 250 milhões de euros), que se espera que se convertam em financiamento a longo prazo quando começar o período operacional.

A 31 de dezembro de 2013 existem dívidas por um valor total de 2.035.058 milhares de euros (2012: 1.842.990 milhares de euros) denominadas em moeda estrangeira, sendo a moeda de origem do financiamento, na sua maior parte, Reais brasileiros, Rúpias indianas e Pesos mexicanos.

A 11 de novembro de 2011, a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia, S.A. realizou uma emissão de obrigações num valor total de 220 milhões de euros com vencimentos periódicos até 11 de novembro de 2023. O juro máximo anual que geram estas obrigações ascende aos 8,4%. A obrigação está registada na CVM e na ANBIMA do Brasil.

No dia 11 de dezembro de 2011, a Isolux Energia e Participações, S.A. realizou a emissão de bônus no valor de 140.000 milhares de reais brasileiros. Posteriormente, no dia 12 de dezembro de 2013 foi realizada uma emissão de bônus por um montante de 180.000 milhares de reais brasileiros, amortizando a emissão anterior. Os bônus são amortizados de forma semestral e contam com juros equivalentes ao CDI+5,35%

No dia 27 de junho de 2012, a Linhas de Taubaté Transmissora de Energia, S.A. realizou uma emissão de bônus no valor de 148.500 milhares de reais brasileiros. Durante o exercício de 2013, no dia 10 de dezembro de 2013 foi realizado uma emissão de bônus por um montante de 165.000 milhares de reais brasileiros amortizando a anterior emissão. Os bônus são amortizados de forma anual e contam com juros equivalente ao CDI+3%.

No dia 28 de fevereiro de 2013, a Sociedad Concesionária Autopista Monterrey-Saltillito S.A. de CV emitiu bônus num total de 4.200.000.000 pesos mexicanos. Os bônus, denominados em UDIS, serão amortizados dia 29 de dezembro de 2037 e geram juros numa razão de 5,9% ao ano mais o efeito da inflação. Ao mesmo tempo a Companhia amortizou e cancelou totalmente o financiamento de projetos sênior que mantinha com o Santander, S.A. e parcialmente o empréstimo conversível subordinado adquirido com o Fundo Nacional de Infraestruturas (Fonadin). Além disso, a Sociedade cancelou a permuta de tipos de juros designada para a cobertura do citado empréstimo com o Santander S.A.

No dia 25 de setembro de 2013, a Sociedade Concesionária Autopista Monterrey-Saltillito S.A. de C.V. emitiu bônus num total de 3.500.000 milhares de pesos mexicanos. Os bônus, denominados em UDIS, serão amortizados dia 29 de dezembro de 2037 e geram juros numa razão de um 8% anual

mais o efeito da inflação.

Com os fundos provenientes destas emissões, o subgrupo Isolux Infrastructure realizou disposições de fundos a acionistas, correspondendo ao Grupo um montante total durante o exercício de 2013 de aproximadamente 65.844 milhares de euros, que juntamente com os juros cobrados pelo empréstimo descrito na Nota 19 ascendem a um total de 68.027 milhares de euros.

Em relação às sociedades indianas, destaca-se a financiamento obtida por Soma-Isolux NH One Tollway Private Limited, cujo valor nominal ascende a 24.359.932 mil rúpias indianas, juros de 13,70% e vencimento em outubro de 2022.

O Grupo tem concedido um crédito por um montante nominal de 202 milhões de euros (Crédito Sênior), dos quais encontram-se pendentes de cancelar aproximadamente 174 milhões de euros a 31 de dezembro de 2013, para financiar as obrigações derivadas da construção e exploração das fábricas de produção de biodiesel. Dito crédito foi concedido através do Banco Santander. A 27 de dezembro de 2013 produziu-se a renovação do contrato de crédito, fixando à taxa Euribor mais um diferencial entre os 3,75% e os 4,25% em função de uma série de parâmetros e com data de vencimento até ao exercício de 2017. Também a 27 de dezembro de 2013 o Grupo obteve uma dispensa em relação ao cumprimento dos rácios associados ao empréstimo para o ano de 2013.

Os financiamentos de projetos podem ter como garantias habituais o penhor das ações da sociedade promotora, outorgadas pelos sócios dela, a cessão de direitos de cobrança ou limitações sobre a disposição dos ativos do projeto, no entanto, principalmente durante o prazo de construção e até a posta em funcionamento dos projetos, podem existir certas garantias adicionais.

A totalidade dos financiamentos estão referenciados a várias referências de mercado, e contratualmente são revistos em períodos que não costumam exceder os 6 meses. É por esse motivo que os valores justos dos financiamentos, tanto circulantes quanto não circulantes, se aproximam ao seu valor nos livros.

Também, na nota 19 são detalhados outros instrumentos de financiamento de concessões com entidades não financeiras (Empréstimos convertíveis e passivo financeiro por ações preferentes convertíveis).

09

Investimentos por equivalência patrimonial

O detalhe e movimento dos investimentos em sociedades coligadas são apresentados a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial 1 de janeiro	3.576	34.634
Adições	-	-
Anulações	-	-
Transferências	-	(24.738)
Transferências para ativos não circulante detidos para venda (Nota 15)	(2.384)	-
Resultado sociedades postas em equivalência (Nota 15)	(1.192)	(6.320)
Saldo final 31 de dezembro	-	3.576

O traspasso do exercício 2012 corresponde à operação de aquisição da sociedade "Las cabezadas de Aranjuez, S.L." sobre a qual tem sido tomado o controle e tornando-se numa sociedade dependente (Nota 31)

A participação do Grupo nos seus joint ventures consolidados pelo método de participação, nenhum das quais cotizadas em Bolsa, é a seguinte:

2013						
Nome	País de constituição	Ativos	Passivos	Receitas	Resultados	Participação
Alqunia 5, S.L.*	Espanha	10.235	20.255	-	(463)	50,00%
Pinares del Sur, S.L.*	Espanha	39.093	49.518	2.196	(1.869)	50,00%
Landscape Corsan, S.L.*	Espanha	273	51	-	-	50,00%

2012						
Nome	País de constituição	Ativos	Passivos	Receitas	Resultados	Participação
Alqunia 5, S.L.	Espanha	16.626	19.831	-	(495)	50,00%
Pinares del Sur, S.L.	Espanha	30.766	39.909	18.580	(1.249)	50,00%
Landscape Corsan, S.L.	Espanha	273	51	-	-	50,00%

* Sociedades classificadas como Ativos não circulantes mantidos para venda (ver Nota 15)

As participações do Grupo nas suas principais coligadas, nenhuma das quais está cotada em Bolsa, são as seguintes:

2013						
Nome	País de constituição	Ativos	Passivos	Receitas	Resultados	Participação
Autopista Madrid-Toledo, S.A.	Espanha	596.570	561.428	4.936	(17.630)	25,50%
Gestión de Partícipes de Biorreciclajes, S.L.	Espanha	283	308	-	-	33,33%
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.*	Espanha	7.122	9.965	-	-	23,75%
Albali Señalización, S.A.	Espanha	87.865	74.461	6.659	566	7,50%

* Sociedades classificadas como Ativos não circulantes mantidos para venda (ver Nota 15)

2012						
Nome	País de constituição	Ativos	Passivos	Receitas	Resultados	Participação
Autopista Madrid-Toledo, S.A.	Espanha	582.342	529.570	4.985	(8.732)	25,50%
Gestión de Partícipes de Biorreciclajes, S.L.	Espanha	283	307	-	-	33,33%
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.	Espanha	7.122	9.965	-	-	23,75%
Albali Señalización, S.A.	Espanha	100.974	95.886	2.463	(258)	7,50%

É de mencionar que para valorar as participações, o Grupo realizou um processo de homogeneização, ajustando os valores anteriormente referidos na aplicação das políticas contábeis descritas na Nota 2.

Não existem passivos contingentes relacionados com a participação do grupo em associadas.

10

Investimentos financeiros

O detalhe e movimento dos investimentos financeiros são:

	2013	2012
Saldo inicial	11.844	10.956
Adições	-	2.813
Anulações	(1.398)	(1.925)
Saldo final	10.446	11.844
Menos parte não circulante	(10.446)	(11.844)
Parte circulante		-

Para a valoração dos investimentos financeiros, são classificados como ativos financeiros mantidos para venda (Ver nota 2.10).

Para aqueles investimentos minoritários em entidades que não estão cotadas em nenhum mercado ativo e onde o Grupo não tem uma influência significativa, devido ao fato de serem investimentos residuais em empresas de tamanho pouco significativos dentro do grupo, e dada a impossibilidade de aplicar técnicas de valoração dos referidos investimentos, são apresentadas a custo de aquisição, líquidos de deterioração de valor, determinados a partir da informação financeira das respectivas sociedades. Nesta secção não se incluem investimentos em títulos de dívida.

Os investimentos financeiros estão denominados, na sua totalidade, em euros. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação da informação é o valor contábil dos investimentos financeiros.

11

Instrumentos financeiros derivativos

Os saldos no fechamento dos exercícios de 2013 e 2012 correspondentes aos instrumentos derivativos são os seguintes:

	2013		2012	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Swaps de taxas de juros – hedge de fluxo de caixa	-	(121.822)	-	(216.520)
Swaps de taxas de juro – mantidos para negociação	292	-	1.372	-
Contratos a prazo de moeda estrangeira – hedge de fluxo de caixa	2.712	(10.448)	2.582	(8.043)
Contratos a prazo de moeda estrangeira – mantidos para negociação	14	-	51	-
Total	3.018	(132.270)	4.005	(224.563)
Menos parte não circulante:				
Swaps de taxas de juros – hedge de fluxo de caixa	-	(105.178)	-	(196.072)
Swaps de taxas de juro – disponível para negociação	-	-	-	-
Contratos a prazo de moeda estrangeira – hedge de fluxo de caixa	-	(6)	12	(4)
Contratos a prazo de moeda estrangeira – mantidos para negociação	-	-	-	-
	-	(105.184)	12	(196.076)
Parte circulante	3.018	(27.086)	3.993	(28.487)

Os derivativos disponíveis para negociação classificam-se como um ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativos de hedge classifica-se como um ativo ou passivo não circulante, se o vencimento restante da rubrica coberta for superior a 12 meses, e como um ativo ou passivo circulante, se o vencimento restante da rubrica coberta for inferior a 12 meses.

A parte líquida não efetiva reconhecida como um risco na demonstração de resultados do exercício originada por hedge de fluxos de caixa e valor justo ascende a um prejuízo de 36 milhares de euros (2012: lucro de 101 milhares de euros) (ver Nota 27).

A exposição máxima ao risco de crédito, à data de apresentação da informação, é o valor justo dos ativos derivativos do balanço.

Os saldos dos instrumentos financeiros desta rubrica categorizam-se dentro do grupo 2 por efeitos de procedência da informação dos dados utilizados para determinar o seu valor justo segundo a NIIF 7. (Veja nota 2.10).

Contratos a prazo de moeda estrangeira

Os valores de referência dos contratos de venda de câmbio a termo, principalmente de venda de USD contra a compra de euros (líquidos de compra de USD contra venda de euros), pendentes a 31 de dezembro de 2013 eram de 124.555 milhares de USD (2012: 124.443 milhares de USD).

Espera-se que as transações futuras altamente prováveis cobertas denominadas em moeda estrangeira ocorram em diferentes datas dentro dos próximos doze meses. As perdas e ganhos reconhecidos na reserva de hedge no patrimônio líquido sobre os contratos a prazo de moeda estrangeira a 31 de dezembro de 2013 são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício ou exercícios durante os quais a transação coberta afeta a demonstração de resultados. Isto acontece, normalmente, dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço, a não ser que o ganho ou perda fosse incluído no montante inicialmente reconhecido pela compra de ativos fixos, e neste caso, tal reconhecimento produz-se durante a vida do ativo (entre cinco e dez anos).

Apresentam-se de seguida as características dos principais contratos a prazo em moeda estrangeira em vigor a 31 de dezembro de 2013:

Denominação do projeto ou Sociedade do Grupo	Operação	Moeda (**)	Data de vencimento final	Valor nocional (*)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	MXN	28/01/2014	(9.837)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	QAR	22/01/2014	(74.083)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	15/01/2014	(6.495)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	31/12/2015	390
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	29/01/2014	(238)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	29/01/2014	38.848
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	15/01/2014	(1.300)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	09/01/2014	29.645
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	14/01/2014	6.737
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	30/09/2014	(33.062)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	06/05/2014	34.741
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	31/12/2014	(140.533)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	31/12/2014	196.361
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Compra	USD	16/01/2014	1.481
Forward Elaborados Metalicos Emesa	Venda	USD	03/04/2014	(2.020)

(*) Vigente a 31 de dezembro de 2012

(**) USD: Dólar Americano; QAR: Rial catarense; MXN: Peso Mexicano

Apresentam-se em seguida as características dos principais contratos a prazo em moeda estrangeira em vigor a 31 de dezembro de 2012:

Denominação do projeto ou Sociedade do Grupo	Operação	Moeda (**)	Data de vencimento final	Valor nocional (*)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	QAR	16/01/2013	(76.527)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	31/12/2015	(1.216)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	31/05/2013	2.704
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	04/01/2013	(35)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	04/01/2013	29.571
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	01/02/2013	(18.668)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	30/07/2013	67.265
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	28/06/2013	(9.321)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	31/12/2013	46.136
Forward Isolux Ingeniería	Venda	MXN	10/01/2013	(9.837)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	31/01/2013	(362)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	04/01/2013	17.429
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	30/09/2014	(40.224)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	06/05/2014	35.948
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Venda	USD	31/01/2013	(15.965)
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Compra	USD	07/01/2013	11.182

(*) Vigente a 31 de dezembro de 2012

(**) USD: Dólar Americano; QAR: Rial catarense; MXN: Peso Mexicano

Apesar de todas as operações em vigor a 31 de dezembro de 2013 e 2012 terem sido contratadas com objetivo de hedge, devido aos critérios de contratação e designação existentes nas políticas do Grupo no momento da contratação das referidas operações, algumas destas não cumpria os requisitos de hedge estabelecidos pelas NIIF-UE.

Os ganhos e perdas reconhecidos na reserva de hedge no património líquido (líquidos de efeito fiscal e sócios externos) originados por hedge de fluxos de caixa a 31 de dezembro de 2013 ascendem a (5.349) milhares de euros (2012: (4.412) milhares de euros), e serão transferidos para a demonstração de resultados de forma contínua até que sejam liquidados os respetivos contratos.

Swaps de taxa de juros

Os valores de referência dos contratos de swap de taxas de juros a 31 de dezembro de 2013 foram de 1.252.008 milhares de euros (2012: 1.528.256 milhares de euros).

A 31 de dezembro de 2013, para as operações nas quais a taxa de juros é variável cobrada à EURIBOR, as taxas de juros fixo variam entre 1,72% e um 5,09% (2012: 1,80%

e 5,09%), para as operações em que a taxa de juros variável cobrada é a TIIE (taxa variável utilizada para dois projetos em México) as taxas de juros fixo são de 8,20% (2012: 8,20%), enquanto que para as operações nas quais a taxa de juros variável cobrada é a Libor (taxa variável utilizada para as sociedades Wind Energy Texas) as taxas de juros fixo variam entre 1,91% e um 1,96% (2012: 1,91% e um 1,96%).

Os ganhos e perdas reconhecidos na reserva de hedge no património líquido (líquidos de efeito fiscal e sócios externos) pelos contratos de permuta de taxa de juros a 31 de dezembro de 2013 ascendem a (42.276) milhares de euros (2012: (44.683) milhares de euros), e serão transferidos para a demonstração de resultados de forma contínua até que sejam liquidados os empréstimos bancários. As liquidações destes derivativos geraram uma perda de 14.202 milhares de euros (2012: prejuízo de 24.660 milhares de euros).

Apresentam-se a seguir as características dos principais contratos de swaps de juros em vigor a 31 de dezembro de 2013 (incluindo aqueles contratos relacionados com operações classificadas com ativos e passivos disponíveis para venda):

Denominação	Data de contrato	Data de vencimento final	Valor nocional (Milhares)	Moeda	Taxa de juro fixa	Taxa de juro variável cobrada
GRUPO ISOLUX	04/07/2013	29/12/2017	343.777	Eur	1,72%	Euribor
GRUPO ISOLUX	10/09/2010	29/06/2015	136.698	Eur	2,03%	Euribor
GRUPO ISOLUX	28/06/2011	29/06/2014	35.700	Eur	2,20%	Euribor
GRUPO ISOLUX	16/05/2011	16/05/2015	45.000	Eur	3,05%	Euribor
HIXAM I	05/02/2007	29/12/2022	58.311	Eur	4,36%	Euribor
HIXAM II	13/01/2010	23/12/2025	27.558	Eur	3,60%	Euribor
Sociedad Concesionaria ZONA8A	19/05/2008	20/05/2024	6.185	Eur	4,82%	Euribor
INFINITA RENOVABLES	05/01/2010	30/12/2016	106.134	Eur	3,79%	Euribor
Infra Netherlands PEROTE XALAPA	13/02/2008	14/02/2022	1.512.706	Mxn	8,20%	TIIE (*)
Infra Netherlands CONCESIONARIA A4	01/08/2008	16/06/2025	46.293	Eur	4,45%	Euribor
Infra Netherlands WIND ENERGY TEXAS	02/08/2011	31/03/2016	92.961	Usd	1,91%	Libor
Infra Netherlands WETT HOLDINGS	31/08/2011	31/03/2016	15.493	Usd	1,96%	Libor
Préstamo sindicado del BBVA (**)	15/07/2008	31/12/2027	362.284	Eur	5,09%	Euribor
Préstamo de La Caixa (**)	18/06/2009	18/06/2021	8.666	Eur	4,09%	Euribor
Préstamo del Santander loan (**)	04/01/2009	04/12/2023	5.111	Eur	4,00%	Euribor
Préstamo sindicado de Banesto (**)	31/12/2010	20/12/2023	25.215	Eur	3,69%	Euribor
Préstamo de Bankia (**)	18/03/2010	23/04/2026	1.629	Eur	3,65%	Euribor
Préstamo Raggio di Puglia (**)	25/01/2012	29/06/2029	11.935	Eur	2,73%	Euribor
Préstamo sindicado del Banco NCG (**)	22/12/2008	31/12/2026	31.512	Eur	3,96%	Euribor

(*) Taxa de juros mexicana de referência a longo-prazo

(**) Correspondentes a Grupo T- Solar Global

Apresentam-se a seguir as características dos principais contratos de swaps de juros em vigor a 31 de dezembro de 2012:

Denominação	Data de contrato	Data de vencimento final	Valor nocional (Milhares)	Moeda	Taxa de juro fixa	Taxa de juro variável cobrada
GRUPO ISOLUX (ING)	11/09/2009	02/06/2013	50.000	Eur	2,66%	Euribor
GRUPO ISOLUX (KBC)	28/04/2010	03/06/2013	50.000	Eur	1,97%	Euribor
GRUPO ISOLUX (KBC)	22/06/2010	18/06/2013	85.000	Eur	1,80%	Euribor
GRUPO ISOLUX	10/09/2010	29/06/2015	532.000	Eur	2,03%	Euribor
GRUPO ISOLUX	28/06/2011	29/06/2014	41.650	Eur	2,20%	Euribor
GRUPO ISOLUX	16/05/2011	16/05/2015	45.000	Eur	3,05%	Euribor
HIXAM I	05/02/2007	29/12/2022	60.391	Eur	4,36%	Euribor
HIXAM II	13/01/2010	23/12/2025	28.638	Eur	3,60%	Euribor
Sociedad Concesionaria ZONA8A	19/05/2008	20/05/2024	6.665	Eur	4,82%	Euribor
INFINITA RENOVABLES	05/01/2010	30/12/2016	136.195	Eur	3,79%	Euribor
Infra Netherlands SALTILLOMONTERREY (***)	30/05/2007	30/05/2025	1.849.776	Mxn	8,20%	TIIE (*)
Infra Netherlands PEROTE XALAPA	13/02/2008	14/02/2022	1.516.927	Mxn	8,20%	TIIE (*)
Infra Netherlands CONCESIONARIA A4	01/08/2008	16/06/2025	46.364	Eur	4,45%	Euribor
Infra Netherlands WIND ENERGY TEXAS	02/08/2011	31/03/2016	115.093	Usd	1,91%	Libor
Infra Netherlands WETT HOLDINGS	31/08/2011	31/03/2016	19.182	Usd	1,96%	Libor
Préstamo sindicado del BBVA (**)	15/07/2008	31/12/2027	362.284	Eur	5,09%	Euribor
Préstamo de La Caixa (**)	18/06/2009	18/06/2021	8.666	Eur	4,09%	Euribor
Préstamo del Santander loan (**)	04/01/2009	04/12/2023	5.111	Eur	4,00%	Euribor
Préstamo sindicado de Banesto (**)	31/12/2010	20/12/2023	25.211	Eur	3,69%	Euribor
Préstamo de Bankia (**)	18/03/2010	23/04/2026	1.629	Eur	3,65%	Euribor
Préstamo Raggio di Puglia (**)	25/01/2012	29/06/2029	11.935	Eur	2,73%	Euribor
Préstamo sindicado del Banco NCG (**)	22/12/2008	31/12/2026	31.512	Eur	3,96%	Euribor

(*) Taxa de juros mexicana de referência a longo-prazo

(**) Correspondentes a Grupo T- Solar Global

(***) Cancelado em 2013

Opções de compra e venda de participações

Em outubro de 2011 foi assinado um acordo entre o Grupo com os acionistas do Grupo T-Solar Global, S.A. (GTSG) (com uma posse total del 11,66% de capital da Sociedade), onde ficou acordado que a totalidade das ações de GTSG em posse destas entidades ficam sujeitas a uma opção de venda e uma opção de compra em virtude dos quais, o Grupo fica comprometido (sob a opção de venda) ou por outro lado teria direito (sob a opção de compra) a adquirir as ações sobre determinadas condições (que são diferentes entre ambas as opções).

Estas mesmas opções são exercíveis entre o dia 30 de abril e o dia 31 de maio de 2016 no caso da opção de venda, se bem que podem existir situações de eventos de liquidez que dariam lugar a um exercício antecipado, e entre os dias 1 de janeiro de 2014 e 28 de fevereiro de 2016 no caso da opção de compra, a um preço acordado de 75,6 milhões de euros (que pode variar em função da data de exercício e outras condições).

Estas opções foram valoradas considerando o seu valor justo a 31 de dezembro de 2013 no valor de 17.969 milhares de euros (2012: 5.995 milhares de euros), dentro da epígrafe de outras contas a pagar de passivo não circulante.

12

Contas a receber de clientes e demais contas a receber

O detalhe de contas a receber de clientes e demais conta a receber é apresentada na seguinte tabela:

	31/12/2013	31/12/2012
Não circulante		
Empréstimos a entidades em equivalência	-	6.642
Clientes por vendas e prestação de serviços	31.496	25.078
Demais a receber	30.905	104.726
	62.401	136.446
Circulante		
Clientes por vendas e prestação de serviços	585.759	567.627
Clientes – Obra executada pendente de certificar	949.939	692.451
Menos: Provisão por perdas devido à deterioração das contas a receber	(36.133)	(55.050)
Não circulante	1.499.565	1.205.028
Empréstimos a entidades em equivalência	-	1.379
Clientes por vendas e prestação de serviços	-	3.699
Demais a receber	61.443	30.294
Administrações públicas	177.906	199.183
Antecipos de fornecedores	135.486	292.510
Outros devedores	44.270	240.935
	1.918.670	1.973.028

Adicionalmente a estas contas por receber, na nota 8.1 estão incluídas contas por receber relativas a projetos de concessão de linhas de transmissão elétrica baixo modelo financeiro por um montante de 1.035.724 milhares de euros (2012: 945.184 milhares de euros).

Dentro da epígrafe clientes por vendas e prestação de serviços estão contabilizados 75.875 milhares de euros (2012: 68.291 milhares de euros) correspondentes à parte a receber a curto-prazo dos ativos concessionados registados baixo modelo financeiro. (Veja nota 8.1).

Não existe um efeito significativo sobre os valores justos nas rubricas de contas a receber de clientes e demais contas a receber por registo a custo amortizado, pois os valores nominais consideram-se por uma aproximação ao valor justo dos mesmos.

A 31 de dezembro de 2012 foram deduzidos 119.707 milhares de euros (2012: 148.207 milhares de euros), que correspondem a créditos por contratos de método alemão e outras faturas cedidas a terceiros anteriormente ao seu vencimento. Os referidos ativos foram cancelados no balanço, ao considerar que cumprem as condições estabelecidas na NIC 39 relativamente a cancelamentos de ativos financeiros.

A 31 de dezembro de 2013 dentro da rubrica de clientes por vendas e prestação de serviços existem operações que

correspondem a efeitos descontados ou créditos antecipados com instituições financeiras pelo montante de 47.238 milhares de euros (2012: 95.601 milhares de euros).

O Grupo reconheceu uma perda de 4.679 milhares de euros devido a deterioração do valor das suas contas comerciais a receber durante o exercício fechado a 31 de dezembro de 2013 (2012: perda de 49.044 milhares de euros).

O movimento da provisão por perdas devido a deterioração do valor de contas comerciais a receber foi o seguinte:

	2013	2012
Saldo inicial	55.050	15.806
Dotações	4.679	49.044
Aplicações	(23.595)	(9.801)
Transferências	(1)	1
Saldo final	36.133	55.050

O resto das contas incluídas nas contas a receber não contém ativos que tenham sofrido deterioração de valor.

A exposição máxima ao risco de crédito, à data de apresentação da informação, é o valor justo de cada uma das categorias de contas a receber indicadas anteriormente. Não

é política do Grupo contratar seguros de caução para cobrir as contas a receber.

O saldo de Clientes por vendas e prestação de serviços inclui os seguintes montantes denominados noutras moedas diferentes do euro:

	2013	2012
Dólar dos EUA	76.619	27.752
Rial do Qatar	13.203	15.390
Real do Brasil	105.232	35.521
Peso Argentino	51.334	54.017
Peso mexicano	11.487	3.987
Dinar Argelino	50.258	3.588
Rúpia Indiana	22.471	18.187
Peso chileno	3.728	6.807
Outras	12.804	6.069
	347.136	171.318

O montante total dos custos incorridos e lucros reconhecidos (menos perdas reconhecidas) para todos os contratos de construção em curso à data do balanço eram de 6.139 milhões de euros (2012: 5.415 milhões de euros) e 371 milhões de euros (2012: 301 milhões de euros), respetivamente.

No exercício de 2012, dentro da epígrafe “Outros devedores” no ativo circulante está uma conta a cobrar em dólares por um montante de 160.062 milhares de euros por desembolsos pendentes de receber do fundo Infra-PSP Canada INC, relacionados com a operação indicada na nota 31.a). A parte a longo prazo em 2012 da epígrafe “Outras contas a receber” ascende a 32.012 milhares de euros. Durante o exercício de 2013 receberam-se desembolsos, ficando pendente de cobrar a curto prazo um montante de 40.583 milhares de euros.

13

Estoques

O detalhe da conta de estoques é apresentado na seguinte tabela:

	31/12/2013	31/12/2012
Promoções imobiliárias em elaboração	90.976	279.125
Matérias-primas e produtos acabados	52.291	75.439
Custos ativos de projetos	63.334	50.166
	206.601	404.730

O detalhe das promoções em elaboração em função do seu ciclo é o seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Promoções imobiliárias em elaboração de curto prazo	-	50.681
Promoções imobiliárias em elaboração de longo prazo	90.976	228.444
	90.976	279.125

Durante o exercício de 2013, o Grupo classificou os seus ativos imobiliários em Espanha como descontínuos e os seus respetivos ativos e passivos não circulantes como mantidos para venda. (ver Nota 15).

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existem compromissos de venda relativos a promoções imobiliárias em elaboração (diferentes dos mantidos para venda). A 31 de dezembro de 2013, o Grupo não recebeu antecipos de clientes associados à venda de promoções imobiliárias (2012: 16 milhares de euros).

Durante o exercício de 2013 foram capitalizados juros por um montante de 751 milhares de euros (2012: 583 milhares de euros), correspondentes aos juros vencidos no período de construção de promoções imobiliárias, e que surgem de financiamentos diretos recebidos para a construção das respetivas promoções.

Durante o ano de 2013 mercadorias foram recebidas em pagamento, no montante de 512 milhares de euros (2012: 2.318 milhares de euros).

O montante das promoções imobiliárias em garantia de financiamentos, recebidos a 31 de dezembro de 2012 ascende a 63.655 milhares de euros.

Durante o exercício de 2013 foram deterioradas promoções imobiliárias em elaboração por um montante de 1.800 milhares de euros em função dos valores de mercado das mesmas e determinados a partir de informes de profissionais independentes (2012: 9.717 milhares de euros).

14

Caixa, equivalentes de caixa e Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

14.1 Caixa e equivalentes de caixa

O desmembramento de saldos da conta Caixa e equivalentes de caixa é o seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e Bancos	115.445	443.530
Depósitos em Instituições de Crédito a Curto Prazo e Outros	305.207	118.317
	420.652	561.847

Esta rubrica inclui caixa (caixa e depósitos à ordem) e equivalentes de caixa (investimentos de curto prazo, altamente líquidos, sendo prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro geralmente em prazo máximo de três meses ou sendo superior sem restrições nem punições à disponibilidade e cujo valor está sujeito a um risco insignificante de alterações de valor).

Do montante total correspondente a caixa e equivalentes de caixa, procedem de Associações Temporárias de Empresas por quantia de 74.240 milhares de euros (2012: 58.570 milhares de euros) e de Joint Ventures por quantia de 201.496 milhares de euros (2012: 245.742 milhares de euros).

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em moedas diferentes do euro por um total de 229.379 milhares de euros (2012: 326.889 milhares de euros).

As principais moedas que constituem a rubrica de Tesouraria são:

	31/12/2013	31/12/2012
Real Brasil	55.969	105.677
Rúpia indiana	38.107	37.765
Dólar USA	46.892	58.986
Boliviano	19.813	9.775
Sol novo peruano	4.152	629
Peso argentino	13.054	31.458
Pesos mexicanos	19.850	31.810
Outras	31.542	50.789
Total	229.379	326.889

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o saldo em tesouraria inclui o saldo na rubrica caixa e equivalentes de caixa.

No momento do fechamento do exercício de 2012, foram contabilizados em "Caixa e Bancos" 7.200 milhares de euros cuja disponibilidade encontra-se restringida em função das

condições do crédito obtido para o financiamento do projeto de Hixam II. Durante o exercício de 2013 estes montantes foram liberados.

Dentro dos saldos de bancos encontram-se saldos destinados ao hedge do serviço da dívida por um montante de 33.314 milhares de euros (2012: 3.696 milhares de euros).

Durante o exercício 2012, as principais operações que não representaram movimentos de caixa são as seguintes:

- Combinações de negócios dal Isolux Infrastructure Netherlands. (Nota 31).
- Combinações de negócios da Las Cabezadas (Nota 31).

14.2 Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

O desmembramento dos saldos dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos em instituições de crédito de curto prazo e outros	8.499	1.484
	8.499	1.484

No exercício de 2013, dentro de esta rúbrica, estão principalmente depósitos com entidades de crédito a curto prazo.

Em 2012 dentro desta rúbrica estavam principalmente ações de entidades financeiras cotizadas, consideradas de disponibilidade imediata dado que cotizam dentro de um mercado contínuo e regulado. As ações incluídas a 31 de dezembro de 2012 no saldo foram deterioradas por um montante de 1.837 milhares de euros.

15

Ativos não correntes e passivos vinculados mantidos para a venda e atividades descontinuadas

Ativos não correntes e passivos vinculados mantidos para a venda

Durante o exercício de 2013 o Grupo aprovou formalmente o início de um processo de venda de suas atividades imobiliárias e de concessões de estacionamentos localizadas na Espanha, assim como certos ativos operacionais localizados na América Latina, pelo que procedeu a classificar os ativos e

passivos relacionados a tais atividades como mantidos para a venda no Balanço de situação consolidado em 31 de dezembro de 2013. A Direção do Grupo considera que o processo de venda será finalizado durante o próximo exercício. Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo não possuía Ativos não correntes mantidos para a venda.

O desmembramento das principais rúbricas do Balanço a 31 de dezembro de 2013:

Ativo não circulante

Inmovilizado Corpóreo (Nota 6)	45.157
Ativos Intangíveis (Nota 7.2)	3
Investimentos imobiliários	14.531
Ativos concessionados e outros imobilizados afetos a projetos (Notas 8.1 e 8.2)	307.912
Investimentos por equivalência patrimonial (Nota 9)	2.384
Créditos comerciais a longo prazo	11.575
Ativos por Impostos Diferidos (Nota 21)	17.010
	398.572

Ativo circulante

Estoque	186.099
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	62.511
Caixa e equivalentes de caixa	10.310
	258.920
Total ativos	657.492

Passivo não circulante

Dívidas com entidades de crédito	53.806
Financiamento de projetos	212.295
Instrumentos financeiros derivativos	14.922
Passivos por impostos diferidos (Nota 21)	3.587
Obrigações com gastos de pessoal	
Provisões para outros passivos e gastos (Nota 22)	6.599
Otras Contas a Pagar	8.049
	299.258

Passivo circulante

Dívidas com entidades de crédito	11.680
Financiamento de projetos	30.298
Fornecedores e outras contas a pagar	19.334
	61.312
Total passivos	360.570

Para realizar o contraste de valor em livros dos ativos com seu valor razoável, o grupo estimou os valores razoáveis usando as avaliações realizadas por especialistas independentes no caso da atividade imobiliária na Espanha e em valorizações internas contrastadas com valorizações externas no caso da atividade de estacionamentos, da realização de tal contraste não surgiram deteriorações de valor.

Adicionalmente, dentro do Patrimônio Líquido do balanço de situação consolidado em 31 de dezembro de 2013 estão incluído 10,4 milhões de Euros e 6,2 milhões de Euros em Reservas de cobertura e Diferenças acumuladas de conversão, respectivamente, que estão relacionados a Ativos e passivos não correntes mantidos para a venda.

As Dívidas com entidades de crédito estão garantidas por terrenos e construções avaliadas em 17.962 milhares de Euros. O saldo da dívida garantida chega a 4.328 milhares de euros.

Dentro das existências são coletadas promoções imobiliárias por importe de 116.952 milhares de euros em garantia de financiamento recebidas em 31 de dezembro de 2013.

Atividades descontinuadas

Durante o exercício 2013, o Grupo classificou a atividade de fabricação de painéis de energia solar fotovoltaica como atividade descontinuada devido aos elementos que foram classificados como mantidos para venda (segundo referido anteriormente) e também por representarem linhas de negócio significativas e que podem considerar-se separadas do resto.

Adicionalmente, durante o exercício de 2012 o Grupo havia classificado a atividade de fabricação de painéis de energia solar fotovoltaica como atividade descontinuada, devido à decisão de abandonar essas operações, tomada nesse ano, e tendo em conta que este componente de atividade atendia os critérios da NIIF 5 para proceder a tal classificação. Estas atividades são desenvolvidas através da sociedade T-Solar Global, S.A.U. Posteriormente, no exercício de 2013 a sociedade apresentou voluntariamente o pedido de concordata, pelo que na aplicação das normas contábeis correspondentes o Grupo procedeu a desconsolidação deste investimento a partir do momento em que perde o controle sobre o mesmo.

Com o objeto de atender o estabelecido na NIIF 5, o Grupo procede para apresentar a informação destas atividades em uma linha aparte da conta de resultados, assim como seu comparativo do exercício de 2012 (o qual foi reexpressado com o objetivo de incorporar os resultados correspondentes às atividades classificadas como descontinuadas durante o exercício de 2013).

A discriminação da conta de resultados do exercício 2013, assim como as quantias do exercício 2012 anterior são as apresentadas a seguir:

	2013	2012
Lucro operacional total	24.970	39.918
Gastos operacionais totais	(27.614)	(166.578)
Depreciação, amortização e perdas por deterioração	(8.300)	(120.124)
Outras despesas operacionais	(19.314)	(46.454)
Resultado das operações	(2.644)	(126.660)
Despesas financeiras	(11.585)	(15.526)
Receitas financeiras	636	1.208
Resultado financeiro líquido	(10.949)	(14.318)
Participação no resultado das associadas (Nota 9)	(1.192)	(6.320)
Resultado antes de impostos	(14.785)	(147.298)
Impuesto sobre os benefícios (Nota 28)	6.263	18.083
Resultado do exercício	(8.522)	(129.215)
Resultado do exercício		
Atribuível a:		
Acionistas da Sociedade	(8.648)	(76.360)
Participações das não dominantes	126	(52.855)
	(8.522)	(129.215)

Dentro da linha "Amortização e encargos por perdas por deterioração de valor" em 2012 apresenta-se a deterioração da fábrica que desenvolvia esta atividade. A deterioração foi realizada com base no valor justo concedido por especialistas independentes em situação de inatividade. A estimação do deterioro foi realizada com base no valor justo avaliado por profissionais independentes em situação de não atividade.

Os fluxos de caixa gerados por esta unidade de negócio no exercício 2013 e 2012 foram os seguintes:

	2013	2012
Fluxo das Atividades Operacionais	19.023	(1.245)
Fluxo das atividades de investimento	(31.732)	(8.512)
Fluxo das Atividades de Financiamento	4.379	5.135
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa	(8.330)	(4.622)

16

Capital social, prémio de emissão e reserva legal

a) Capital suscrito

O Capital subscrito da Sociedade dominante é composto por 90.085.006 ações (2012: 90.085.006 ações) ordinárias ao portador de 0,20 euros (2012: 0,20 euros) de valor nominal cada uma, totalmente desembolsadas ascendendo a um montante de 18.017 milhares de euros (2012: 18.017 milhares de euros). Não existem restrições para a sua livre transmissibilidade.

As sociedades que participam no capital social são as seguintes:

	2013		2012	
	Nº Ações	% Participação	Nº Ações	% Participação
Construction Investment Sarl	46.864.562	52,023%	46.864.562	52,023%
Inversiones Corporativas S.A.	10.573.339	11,737%	10.573.339	11,737%
Grupo Corporativo Empresarial de la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Navarra, S.A.U.	-	-	5.334.367	5,921%
CCAN 2005 Inversiones Societarias, S.C.R.	-	-	1.535.266	1,704%
Corporación Empresarial Cajasol, S.A.U.	-	-	14.572.815	16,177%
Hiscan Patrimonio, S.A.U.	21.442.448	23,802%	-	-
Cartera Perseidas, S.L.	9.021.752	10,015%	9.021.752	10,015%
Charanne B.V.	2.182.905	2,423%	2.182.905	2,423%
Total	90.085.006	100,000%	90.085.006	100,000%

Durante o exercício de 2013 foi levado a cabo un proceso de fusão por absorção das sociedades Grupo Corporativo Empresarial de la Caja de Ahorros e Monte de Piedad de Navarra, S.A.U.; CC CCAN 2005 Inversiones Societarias, S.C.R. e Corporación Empresarial Cajasol, S.A.U. pela sociedad Hiscan Patrimonio, S.A.U.

A 27 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração do Grupo, aprovou uma ampliação de capital no valor de 554 milhares de euros através da emissão de 2.768.807 novas ações no valor nominal de 0,20 euros. Tal aumento de capital foi realizado com uma prima de emissão de ações de 57.824 milhares de euros. Este aumento de capital foi integralmente assinado e desembolsado através da contribuição em espécie de ações da sociedade Grupo T-Solar Global S.A.

b) Prémio de emissão

Esta reserva é de livre distribuição e ascende ao montante de 526.237 milhares de euros (2012: 526.237 milhares de euros).

c) Reserva legal e outras reservas indisponíveis

A Reserva legal foi registada em conformidade com o Artigo 274º da Lei das Sociedades de Capital, que estabelece que, em qualquer caso, um valor igual a 10 por 100 do lucro do exercício será destinado a ela até esta alcançar um valor mínimo equivalente a 20 por 100 do capital social. O montante desta reserva a 31 de dezembro 2013 e 2012 ascende a 3.493 milhares de euros. Dia 31 de dezembro de 2011 estava totalmente constituída, como produto da ampliação de capital do exercício a cima descrita, nos próximos exercícios uma parte do benefício deverá ser destinada à dotação desta reserva.

Não pode ser distribuída e, se for usada para compensar perdas, no caso de não existirem outras reservas disponíveis suficientes para tal fim, deve ser repostada com lucros futuros.

Além disso, inclui-se nesta reserva aquela que surge de aplicar na Sociedade dominante o estipulado no artigo 273.4 da Lei de Sociedades de Capital: "Em qualquer caso, deverá ser dotada uma reserva indisponível equivalente ao goodwill que apareça no ativo do balanço patrimonial, destinando-se

para tal efeito um volume do lucro que represente, pelo menos, um cinco por cento do montante do referido goodwill. Se não existir lucro, ou este for insuficiente, serão utilizadas reservas de livre disposição". O saldo a 31 de dezembro de 2013 desta reserva ascende a 11.787 milhares de euros (2012: 9.428 milhares de euros).

17

Diferenças de conversão acumuladas

O desmembramento por sociedades / subgrupos da rubrica “Diferenças de conversão acumuladas” é o seguinte:

Sociedade ou subgrupo	2013	2012
Isolux de México S.A. de CV	(2.097)	(457)
Grupo Isolux Corsán - Sucursales	1.719	(130)
Carreteras Centrales Argentina, S.A.	511	1.096
Constructora Autopista Perote Xalapa, S.A. de C.V.	(37)	(180)
Isolux Corsán Argelia, S.A.	(346)	(1.084)
Isolux Corsán Energías Renovables, S.A.	(5.419)	(2.298)
Isolux Proyectos e Instalaciones, Ltda.	(6.202)	(25.368)
Powertec Proyectos y Obras, Ltda.	1.176	880
Isolux Corsán do Brasil, S.A.	8.422	4.030
Isolux Corsán India	(5.389)	(1.799)
Tecna Estudios y Proyectos de Ingeniería, S.A. y Sociedades dependientes	(5.987)	(2.894)
Azul de Cortes, S.A. de C.V.	3.127	5.481
Isolux Corsán Argentina, S.A.	(2.837)	(907)
Corsán Convián Construcción, S.A. - Sucursales	(9.394)	(11.147)
Isolux Ingeniería, S.A.- Sucursales	(22.663)	(12.028)
Isolux Mozambique LDA.	1.536	1.530
Isolux Infrastructure Netherlands, B.V. y Sociedades dependientes	(134.396)	(34.699)
Outras	(940)	442
Total	(179.216)	(79.532)

18

Distribuição de resultados da sociedade dominante e participação das sociedades não dominantes

A proposta de distribuição do resultado de 2013 da Sociedade dominante a apresentar à Assembleia Geral de Acionistas, juntamente com a distribuição do resultado de 2012 aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 28 de junho de 2013, é a seguinte:

Base de distribuição	2013	2012
Resultado do exercício	(66.766)	(91.702)

Distribuição		
Reservas Voluntárias	(408)	(81.546)
Resultados negativos de exercícios prévios	(68.715)	(12.515)
Reserva Indisponível Ágio (artigo 273.4 LSC)	2.357	2.359
Dividendos	-	-
	(66.766)	(91.702)

A evolução das participações não dominantes durante o ano de 2013 foi a seguinte:

	Saldo inicial	Participação em resultados	Dividendos	Varição em participação e outros	Saldo final
Grupo Tecna	6.810	754	-	(3.563)	4.001
Grupo Isolux Corsan Concesiones, S.A.	37.000	(1.521)	-	(18.295)	17.184
Interisolux Torrejón Viv. Joven, S.L.	12	-	-	-	12
Julitex, S.L.	(294)	(112)	-	11	(395)
Interisolux Alcorcón Viv. Joven, S.L.	449	49	-	-	498
Agua Limpia Paulista, S.A.	2.617	(215)	-	(412)	1.990
Viabahía Concesionaria de Rodovías, S.A.	33.189	2.891	(552)	(8.515)	27.013
Infinita Renovables, S.A.	(19.696)	(9.172)	-	1.544	(27.324)
Grupo T-Solar Global, S.A.	56.828	7.491	(883)	10.681	74.117
Mainpuri Power Transmission PL.	5.652	318	-	(2.668)	3.302
Soma(Isolux NH One Tollway Pvt. Ltda.	29.230	(1.379)	-	(4.506)	23.345
South East U.P. Power Transmission Company Limited	7.910	(43)	-	(6.814)	1.053
Aparcamiento Gomez Ulla, S.L.	-	87	-	1.489	1.576
Aparc. Nuevo Hospital de Burgos	-	101	-	43	144
Luxeol, S.L.	-	(1)	-	4	3
Sociedad Concesionaria Auto. A4, S.A.	2.203	(8)	(468)	1.444	3.171
Total	161.910	(760)	(1.903)	(29.557)	129.690

A evolução das participações não dominantes durante o ano de 2012 foi a seguinte:

	Saldo inicial	Participação em resultados	Dividendos	Variação em participação e outros	Saldo final
Grupo Tecna	7.520	(1.545)	-	835	6.810
Grupo Isolux Corsan Concesiones	-	-	-	37.000	37.000
Interisolux Torrejón Viv. Joven, S.L.	12	-	-	-	12
Julitex, S.L.	(233)	(51)	-	(10)	(294)
Interisolux Alcorcón Viv. Joven, S.L.	427	19	-	3	449
Agua Limpia Paulista, S.A.	1.893	1.069	-	(345)	2.617
Viabahía Concessionaria de Rodovías, S.A.	21.198	4.108	(675)	8.558	33.189
Infinita Renovables	(4.837)	(12.898)	-	(1.961)	(19.696)
Grupo T-Solar Global, S.A.	233.263	(51.185)	-	(125.250)	56.828
Mainpuri Power Transmission PL.	336	(18)	-	5.334	5.652
Soma-Isolux NH One Tollway Pvt. Ltda.	35.036	(3.414)	-	(2.392)	29.230
South East U.P. Power Transmission company limited	-	(561)	-	8.471	7.910
Sociedad Concesionaria Auto. A4, S.A.	(1.297)	572	(1.043)	3.970	2.203
Total	293.318	(63.904)	(1.718)	(65.787)	161.910

A 31 de dezembro de 2013, dentro das participações não dominantes incluem-se reservas de cobertura e diferenças de conversão por um montante de (21.672) milhares de euros e (8.190) milhares de euros (2012: (15.144) e 1.139 milhares de euros respetivamente).

19

Fornecedores e outras obrigações

O desmembramento da rubrica de "Fornecedores e outras obrigações" a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Não circulante		
Impostos a pagar a longo prazo	93.158	82.610
Receitas a distribuir – Subvenções oficiais	27.396	24.779
Outras obrigações	347.266	370.736
Total	467.820	478.125
Circulante		
Fornecedores	1.184.579	1.170.364
Efeitos a pagar	331.094	443.398
Facturação a conta	95.237	116.364
Antecipos recebidos por trabalho de contratos	381.684	338.647
Segurança social e outros impostos	113.968	116.456
Outras Obrigações	308.603	143.951
Total	2.415.165	2.329.180

Os impostos a pagar a longo prazo correspondem ao diferimento de impostos sobre as receitas das concessões de linhas do Brasil.

Dentro de outras obrigações não circulantes a 31 de dezembro de 2013 estão incluídos custos a incorrer por um montante de 48.953 milhares de euros e 101.196 milhares de euros respetivamente (2012: 66.512 milhares de euros e 128.518 milhares de euros respetivamente) relativos ao ativo intangível por direitos de concessão administrativa correspondente à autoestrada na Índia (Varanasi) e Brasil (Viabahia Concessionaria de Rodovias S.A.) respetivamente. Dentro destes montantes, encontram-se a longo prazo num total de 25.651 milhares de euros.

Adicionalmente, com data de 18 de março de 2011, o Grupo assinou um acordo com a Morgan Stanley Infrastructure Partner (em adiante, a MSIP), um fundo de investimento em infraestruturas, para a sua entrada como sócio estratégico no desenvolvimento do negócio de concessões realizado pelo Grupo na Índia.

A 31 de dezembro de 2013, Morgan Stanley Infrastructure Partner (MSIP) realizou vários aportes à ICC Sandpiper, que, por sua vez, realizou aportes nas concessionárias, por um importe acumulado de 35 milhões de Euros (classificados sob Outras contas a pagar não correntes). Estes aportes, que foram classificados como passivo no balanço consolidado, outorgam à MSIP 24% dos direitos de voto da ICC Sandpiper

e aproximadamente 83% dos direitos económicos, posição que será ajustada no futuro.

Como parte da operação descrita na Nota 31, através da qual se acorda com a Public Sector Pension Investment Board (PSP) seu ingresso na sociedade Isolux Infrastructure Netherlands, B.V., esta última recebe dois empréstimos conversíveis por parte de seus acionistas.

Por um lado, a PSP põe à disposição da sociedade um empréstimo conversível de um valor de 313 milhões de dólares norte-americanos. Este importe está disposto em sua totalidade em 31 de dezembro de 2013 e seu vencimento é em 30 de junho de 2017, a não ser que se converta previamente em ações. Por outro lado, o Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L. põe à disposição da sociedade um empréstimo conversível de um valor de 63 milhões de dólares norte-americanos.

A conversão será feita conforme a fórmula estabelecida no contrato, que depende das variáveis específicas de resultados de operação e desenvolvimento de novos projetos. Os empréstimos têm uma taxa de juros de 12,5%, pagos de forma semestral. A 31 de dezembro de 2013 os empréstimos encontram-se contabilizados pelo seu custo amortizado por um montante de 205 milhões de euros (2012: 197 milhões de euros), que incluem os juros pendentes de pagamento por um montante de 12 milhões de euros (2012: 11 milhões de euros).

Em relação à posição não circulante das receitas a distribuir, correspondem principalmente a subvenções a fundo perdido recibidas para a aquisição de elementos de imobilizados assignados a projetos.

Os valores nominais consideram-se numa aproximação ao valor de mercado dos mesmos.

Informação sobre os adiamentos de pagamentos efetuados a fornecedores. Disposição adicional terceira. Dever de informação da Lei 15/2010 de 5 de julho.

De acordo com a resolução de 29 de dezembro de 2010, do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas, sobre a informação a incorporar na memória das demonstrações financeiras em relação com os adiamentos de pagamentos a fornecedores em operações comerciais, as sociedades deverão publicar de forma expressa informações sobre prazos de pagamento aos seus fornecedores na memória das suas Demonstrações Financeiras para as empresas com sede em Espanha que formulem demonstrações financeiras e consolidadas.

De acordo com o estabelecido na Lei 15/2010 de 5 de julho, o prazo médio de pagamento a fornecedores, está dentro do máximo legal aplicável às sociedades espanholas do Grupo Isolux Corsán, está fixado em 60 dias, conforme sejam

fornecedores e subcontratistas relacionados com contratos de obra ou por outras operações comerciais. Estes prazos são aplicáveis aos contratos celebrados depois do dia 7 de julho de 2010.

O dever de informação afeta exclusivamente os credores comerciais incluídos na epígrafe de “fornecedores e outras obrigações” do passivo circulante do balanço patrimonial consolidado. A norma deixa, portanto, fora do seu âmbito de aplicação os credores ou fornecedores que não cumprem essa condição, como os fornecedores de imobilizados ou os credores por locação financeira.

O Grupo utiliza geralmente como sistema de gestão de pagamentos a figura do pagamento confirmado através de entidades financeiras ao abrigo dos contratos assinados com os seus fornecedores e/ou subcontratistas. O Grupo reconhece e paga aos fornecedores a despesa financeira de demora implícita nestes acordos, assumidos pelo Grupo.

Tendo em consideração o anterior, a 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos pendentes de pagamento a fornecedores aos quais se aplica esta Lei não superam por montantes significativos o adiamento acumulado superior ao prazo legal estipulado.

Adicionalmente, durante o exercício de 2013, os pagamentos a fornecedores de sociedades com sede em Espanha que excederam os limites estabelecidos foram de, aproximadamente, 146 milhões de euros (2012: 143 milhões de euros) o que representa um 49,3% (2012: 22%) do total de pagamentos, excedendo em 40 dias (2012: 166 dias) o prazo legalmente estabelecido.

Pagamentos realizados e pendentes de pagamento na data de fechamento do balanço		
2013		
	Milhares de euros	%
Pagamentos do exercício dentro do prazo máximo legal	151.288	50,7%
Resto	146.881	49,3%
Total de pagamentos do exercício	298.169	
Saldo pendente de pagamento no fechamento que excede o prazo máximo legal	51.340	
Prazo médio ponderado excedido de pagamento (dias)	40	

A política de pagamentos a fornecedores do Grupo conforme o assinalado antes responde aos pactos obtidos de comum acordo com esses e leva em consideração as circunstâncias do mercado, tendo em conta o volume de obras e provisões derivado de contratos subscritos pelo Grupo com diferentes Administrações Públicas, assim como o período de cobrança habitual nos setores de atividade nos que o Grupo opera.

20

Empréstimos bancários

O detalhe dos empréstimos bancários a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Não circulante		
Promoções imobiliárias	-	17.841
Outros empréstimos hipotecários	-	42.096
Empréstimo sindicado	698.422	547.531
Apólices de crédito	11.018	1.852
Outros empréstimos	208.799	249.888
Passivos por Arrendamento Financeiro	239	2.969
	918.478	862.177
Circulante		
Dívidas por adiantamentos de créditos	47.238	92.148
Empréstimo sindicado	120.364	111.252
Empréstimos hipotecários	-	8.748
Apólices de créditos	147.972	225.362
Passivos por arrendamento Financeiro	107	673
Outros empréstimos	91.173	146.625
	406.854	584.808
Total empréstimos bancários	1.325.332	1.446.985

No exercício de 2012, as dívidas que correspondem às contas Promoções Imobiliárias e passivos por arrendamento financeiro estão garantidas pelo valor dos respectivos ativos que estão sendo financiados. Os Outros empréstimos hipotecários estão garantidos pelos ativos imobilizados mencionado nas Nota 6 e 15. Em 2013, estas dívidas e os ativos que servem de garantia estão classificados como mantidos para venda (ver Nota 15).

Quase todos os empréstimos estão referenciados à Euribor, sendo contratualmente verificados em períodos geralmente não superiores a 6 meses. É por este motivo que os valores justos dos empréstimos bancários, tanto circulantes como não circulantes, aproximam-se aos seus valores contábeis.

A Sociedade tem contratadas várias apólices de crédito, as quais se encontram geralmente classificadas a curto prazo dado que o respetivo vencimento normal é anual, se bem que estas apólices estabelecem cláusulas de renovação. Estas apólices estão referenciadas a Euribor, com diferenciais entre os 2% e os 6%.

A abertura por ano de vencimento dos empréstimos bancários não circulantes a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Conceito	2013			2012		
	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Promoções imobiliárias	-	-	-	905	16.936	17.841
Outros empréstimos hipotecários	160.450	48.349	208.799	199.436	50.452	249.888
Empréstimos sindicados	698.422	-	698.422	547.531	-	547.531
Apólices de crédito	11.018	-	11.018	1.810	42	1.852
Outros empréstimos	-	-	-	22.351	19.745	42.096
Passivos por arrendamento Financeiro	206	33	239	1.041	1.928	2.969
Total	870.096	48.382	918.478	773.074	89.103	862.177

Os montantes correspondentes a Passivos por arrendamento financeiro encontram-se descontados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros futuros por arrendamento financeiro ascendem a 347 milhares de euros (2012: 482 milhares de euros).

20.1) Empréstimos sindicados

Com data de 29 de junho de 2010, o Grupo celebrou um novo acordo de crédito sindicado a longo prazo com a modalidade "Forward Start Facility" (disponível a 14 de fevereiro de 2011) que cancela os 2 acordos citados anteriormente, assim como outras linhas de crédito e empréstimos por 72.000 milhares de euros, e pelo qual é outorgado um montante inicial máximo de 532.000 milhares de euros (ampliável até 700.000 milhares de euros mediante a adesão de outras entidades financeiras que mantêm financiamento outorgado ao Grupo), estruturado num Tramo A por um montante de 345.800 milhares de euros e num Tramo B de crédito "revolving" por um montante de 186.200 milhares de euros (este último também com a finalidade de financiar as necessidades gerais de tesouraria do Grupo). A 31 de dezembro de 2010 o referido crédito sindicado foi ampliado até 552.000 milhares de euros (352.300 milhares de euros do Tramo A e 189.700 milhares de euros do Tramo B), sendo o saldo contábil dos créditos refundidos neste acordo a 31 de dezembro de 2012 de 533.851 milhares de euros. Os saldos disponibilizados deste crédito geram um juro de Euribor mais um diferencial variável de entre 2,25% e 3%, em função do valor de determinados râtios.

Em conexão com este empréstimo consorcial, no mês de julho de 2013 o Grupo obteve um acordo com alguns dos bancos que compõem o consórcio (aproximadamente 66% do total da dívida), para a rubrica de um novo "Forward Start Facility" que substitui o anterior. Os principais termos acordados neste novo empréstimo incluem cláusulas de repagamento e juros com base no Euribor mais diferenciais entre 3,25% e 4,25%, dependendo dos valores de certos índices. Com relação aos bancos que não aderiram a este novo financiamento seguem vigentes os termos do financiamento anterior. Posteriormente a este acordo obteve-se um acordo com outros devedores (ICO e outros bancos com dívidas por apólices de créditos) para aderir a este "Forward Start Facility". Isso aumenta o nominal do empréstimo até 574 milhões de Euros.

Por outro lado, foi estabelecida a sujeição do empréstimo ao cumprimento de râtios, conforme é habitual para este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2013, a Direção entende que não se incumpriu nenhum rácio relativo a este contrato.

Os vencimentos nominais por ano deste crédito são os seguintes:

Data de vencimento	Antigo FSF	FSF 2013
Junho 2014	22.192	-
Dezembro 2014	33.303	40.719
Junho 2015	92.504	40.719
Dezembro 2015	-	40.719
Junho 2016	-	62.611
Dezembro 2016	-	62.611
Junho 2017	-	62.611
Dezembro 2017	-	264.055
Total	147.999	574.045

Com data 17 de junho de 2010, o Grupo celebrou um acordo para a concessão de crédito por um valor nominal de 85.000 milhares de euros com Natixis, o ICO e KBC (estruturado num Tramo A por 70.000 milhares de euros destinados ao financiamento de projetos de concessões de infraestruturas na Índia que o Grupo está a desenvolver, e num Tramo B por 15.000 milhares de euros destinados ao financiamento de outros projetos do Grupo). À data de fechamento apresenta um saldo pendente de pagamento de 85.000 milhares de euros. O referido empréstimo paga juros anuais à taxa da Euribor mais 3% e o cancelamento é através de um único pagamento no dia 29 de junho de 2015 (com possibilidade de amortização antecipada, por acordo expresso entre as entidades financeiras e o Grupo, nos dias 29 de junho de 2013 e 17 de junho de 2015). Por outro lado, estabelece-se a sujeição do empréstimo ao cumprimento de râtios, conforme é habitual para este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2013, a Direção entende que não se incumpriu nenhum rácio relativo a este contrato.

Com data de 28 de junho de 2011, o Grupo celebrou um acordo para a concessão de crédito por um valor nominal de 59.500 milhares de euros com EBN Banco Banco de Negocios, S.A., Caja de España de Inversiones Salamanca y Soria, CAMP, Montes de Piedad y Caja de Ahorros de Ronda, Cádiz, Almería Málaga, Antequera y Jaén.(Unicaja), Banque Marocaine du Commerce Extérieur International, S.A.U., Banco do Brasil, Suc. España, Bankia, S.A.U., Caja de Ahorros y Monte Piedad de Navarra, Commerzbank Aktiengesellschaft, Suc. España., Caja General de Ahorros de Granada, Banco de la Nación Argentina, Suc. España y Caixa D'Estalvis del Penedes destinado ao financiamento de projetos do Grupo. À data de fechamento apresenta um saldo pendente de pagamento de 29.750 milhares de euros. O referido empréstimo paga juros anuais de Euribor mais 3,5%.

Os vencimentos nominais por ano deste crédito são os seguintes:

Data de vencimento	Montante (milhares de euros)
28/06/2014	29.750
Total	29.750

Por outro lado, estabelece-se a sujeição do empréstimo ao cumprimento de rácios, conforme é habitual para este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2013, a Direção entende que não se incumpriu nenhum rácio relativo a este contrato. No dia 11 de fevereiro de 2014 foi feita a renovação do último vencimento do prazo, distribuindo-se por vários exercícios até junho de 2017.

20.2) Outros Empréstimos

Dentro deste parágrafo estão incluídas principalmente as seguintes dívidas:

Com data de 2 de junho de 2008, o Grupo celebrou um acordo para a concessão de uma linha de crédito por um valor de 100.000 milhares de euros com o Instituto de Crédito Oficial (ICO), cujo destino principal é o financiamento das atividades de concessões de infraestruturas no México que o Grupo desenvolve. A 31 de dezembro de 2012 apresenta um saldo pendente de pagamento de 100.000 milhares de euros. Em julho de 2013 o devedor juntou-se ao novo "Forward Start Facility", segundo explicado anteriormente no ponto 20.1.

Com data de 5 de maio de 2011, o Grupo celebrou um novo acordo com o Banco of America, National Association, com sucursal em Espanha para o otorgamento de um crédito por um valor nominal de 45.000 milhares de euros e cujo principal destino é a financiamento das atividades do Grupo, e que à data de fim de exercício apresentam um saldo pendente de pagamento de 40.000 milhares de euros (2012: 45.000 milhares de euros). Dito empréstimo paga juros à taxa Euribor mais uma margem de 4% anual, em períodos de 1, 3 ou 6 meses. Este empréstimo está sujeito ao cumprimento de rácios normais a este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2013, a Direção entende que não se incumpriam nenhum dos rácios em relação a este contrato. O vencimento do empréstimo é a 31 de julho de 2014, com renovações anuais unilaterais por parte do branco até um máximo de 4 anos.

Com data de 15 de fevereiro de 2012, o Grupo celebrou um novo acordo com a Corporación Andina de Fomento, para o otorgamento de um crédito por um montante de 50.000 milhares de dólares. (36.370 milhares de euros a câmbio de

fechamento de exercício) cujo principal destino é a financiamento das atividades do Grupo, e que à fecha de fecho apresenta um saldo pendente de pagamento de 36.370 milhares de euros. Dito empréstimo paga juros Libor semestrais mais uma margem de 5,5% anuais, em períodos de 6 meses. Este empréstimo está sujeito ao cumprimento de certos rácios normais a este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2013, a Direção entende que não se incumpriam nenhum dos rácios em relação a este contrato. O vencimento do empréstimo é a 13 de fevereiro de 2022 com pagamentos semestrais a partir de 13 de fevereiro de 2014.

Com data de 14 de março de 2013, o Grupo celebrou um novo acordo com a Inter-American Development Bank, para o otorgamento de um crédito por um montante de 100.000 milhares de dólares (72.470 milhares de euros a câmbio de fechamento de exercício) cujo principal destino é a financiamento das atividades do Grupo, e que a fecha de fecho apresenta um saldo pendente de pagamento de 72.470 milhares de euros. Dito empréstimo paga juros Libor semestrais mais uma margem de 4,38% anuais, em períodos de 6 meses. Este empréstimo está sujeito ao cumprimento de certos rácios normais a este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2013, a Direção entende que não se incumpriam nenhum dos rácios em relação a este contrato. O vencimento do empréstimo é a 15 de fevereiro de 2020, com pagamentos semestrais a partir de 15 de fevereiro de 2015.

Com data de 25 de abril de 2013, o Grupo celebrou um novo acordo com a Corporación Andina de Fomento, para o otorgamento de um crédito por um montante de 50.000 milhares de dólares (36.370 milhares de euros, a câmbio de fechamento de exercício) cujo principal destino é a financiamento das atividades do Grupo, e que a fecha de fecho apresenta um saldo pendente de pagamento de 36.370 milhares de euros. Dito empréstimo paga juros Libor semestrais mais uma margem de 5,5% anuais, em períodos de 6 meses. Este empréstimo está sujeito ao cumprimento de certos rácios normais a este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2013, a Direção entende que não se incumpriam nenhum dos rácios em relação a este contrato. O vencimento do empréstimo é a 25 de abril de 2023, com pagamentos semestrais a partir de 25 de abril de 2015.

20.3) Políticas de Crédito

A Sociedade possui múltiplas apólices de crédito contraídas que se encontram geralmente classificadas a curto prazo devido aos seus vencimentos normalmente serem anuais, se bem que estas apólices contam com cláusulas de prorrogação tácita. Caso o vencimento seja maior num ano, estas são classificadas como não correntes. Estas apólices encontram-se

na sua maioria referenciadas à Euribor, com diferenciais entre os 2% e os 6%.

20.4) Outra informação

O montante em livros dos empréstimos bancários do grupo é expresso nas seguintes moedas:

	2013	2012
Não circulante		
Euro	765.356	798.991
Outras moedas	153.122	63.186
	918.478	862.177
Circulante		
Euro	318.604	503.672
Outras moedas	88.249	81.136
	406.854	584.808
Total empréstimos bancários	1.325.332	1.446.985

A 31 de dezembro de 2013 o Grupo tem capacidade disponível, através de apólices de crédito, acordos de factoring e outros instrumentos de financiamento, em diversas linhas de curto prazo com entidades financeiras no valor de 115.374 milhares de euros (2012: 149.615 milhares de euros)

Os valores nominais consideram-se por aproximação ao valor de mercado dos mesmos.

21

Impostos diferidos

O movimento bruto na conta de impostos diferidos foi o seguinte:

	Impostos diferidos Ativo		Impostos diferidos Passivo	
	2013	2012	2013	2012
1 de janeiro	355.782	232.618	199.035	142.879
Encargo na demonstração de resultados (Nota 28)	26.496	143.261	(18.177)	67.037
Imposto imputado ao património líquido	(23.507)	3.666	10	8.217
Transferências mantido a venda (Nota 15)	(17.010)	-	(3.587)	-
Outros	(547)	-	(2)	(9.102)
Combinações de negócios (Nota 31)	-	(23.763)	-	(9.996)
31 de dezembro	341.214	355.782	177.279	199.035

A composição dos impostos diferidos ativos em cada fechamento de exercício é a seguinte:

	2013	2012
Bases tributáveis negativas	120.981	99.457
Créditos fiscais pendentes	18.581	36.152
Diferenças temporárias	201.652	220.173
	341.214	355.782

Os movimentos produzidos durante os exercícios 2013 e 2012 nos impostos diferidos ativos e passivos foram os seguintes:

Impostos Diferidos Passivo	Reversões	Dotações	Outros movimentos	Total
1 de janeiro de 2012				142.879
Encargo na demonstração de resultados	(54.909)	125.088	(3.143)	67.037
Encargo sobre o património líquido	8.217	-	-	8.217
Combinações de negócios e outras operações	-	-	(19.098)	(19.098)
31 de dezembro de 2012				199.035
Encargo na demonstração de resultados	(37.608)	19.432	-	(18.177)
Encargo sobre o património líquido	(21)	31	-	10
Transferência ao detidos para venda (Nota 15)	-	-	(3.587)	(3.587)
Outros	-	-	(2)	(2)
31 de dezembro de 2013				177.279

Impostos Diferidos Ativo	Reversões	Dotações	Outros movimentos	Total
1 de janeiro de 2012				232.618
Encargo na demonstração de resultados	(28.790)	177.120	(5.069)	143.261
Encargo sobre o património líquido	-	3.666	-	3.666
Combinações de negócios e outras operações (Nota 31)	-	-	(23.763)	(23.763)
31 de dezembro de 2012				355.782
Encargo na demonstração de resultados	(59.262)	85.758	-	26.496
Encargo sobre o património líquido	(24.412)	904	1	(23.507)
Transferência ao detidos para venda (Nota 15)	-	-	(17.010)	(17.010)
Combinações de negócios e outras operações (Nota 31)	-	-	(547)	(547)
31 de dezembro de 2013				341.214

Os ativos / (passivos) por impostos diferidos atribuídos ao património líquido durante o exercício foram os seguintes:

	2013	2012
Reservas para o valor de mercado do património líquido:		
Reserva para operações de cobertura	(23.517)	(4.551)
	(23.517)	(4.551)

A composição de impostos diferidos ativos e passivos originados em diferenças temporárias gera-se pelos seguintes conceitos:

	2013	2012
Impostos diferidos ativos		
Originados em provisões	25.175	21.561
Originados em ativos não circulantes	44.266	67.497
Originados em valoração de derivativos financeiros	40.715	68.699
Originados em dedutibilidade de gastos financeiros (Real Decreto de Lei 12/2012)	61.160	32.577
Outras Origens	30.336	29.839
Total	201.652	220.173
Impostos diferidos passivos		
Originados em valoração de estoques	-	(4.490)
Originados em valoração de derivativos financeiros	(742)	(733)
Originados em ativos não circulantes	(170.455)	(181.304)
Originados em contas a receber de clientes e demais contas a receber	(6.082)	(6.817)
Outras origens	-	(5.691)
Total	(177.279)	(199.035)

O Grupo tem créditos fiscais no fechamento do exercício 2013 ativados e pendentes de aplicação por bases tributáveis negativas de algumas sociedades de Grupo pelos seguintes montantes:

Ano de geração	País				Total
	Espanha	Argentina	México	Outros países	
2009	3.083	-	6.536	-	9.619
2010	17.475	1.184	5.944	-	24.603
2011	15.727	4.536	3.699	320	24.282
2012	55.230	3.504	2.062	-	60.796
2013	1.118	-	-	563	1.681
	92.633	9.224	18.241	883	120.981

Adicionalmente há créditos fiscais no montante de 10.399 milhares de euros, que estão ativados, mas foram reclassificados a ativos não circulantes mantidos para venda.

O prazo de aplicação dos créditos fiscais ativados gerados por bases tributáveis negativas em Espanha, Argentina e México é de 18 anos, 5 anos e 10 anos, respetivamente, desde a data de geração.

Os ativos por impostos diferidos de créditos fiscais pendentes de aplicar e bases imponíveis negativas reconhecem-se na medida em que é provável a realização do benefício fiscal correspondente através de benefícios fiscais futuros. Neste sentido, as sociedades do Grupo contam com bases imponíveis negativas por um montante aproximado de 114 milhões de euros (em base) (2012: 90 milhões de euros) que não foram ativadas.

22

Provisões para outras obrigações e encargos

22.1. Provisões para outras obrigações e encargos – Não circulantes

	Provisões para conclusão de obras e garantias	Provisões para litígios e outros	Provisões para grandes reparações	Provisão para desmontagem	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2012	10.362	27.028	4.139	5.531	47.060
Combinações de negócios (Nota 31)	17.700	3.469	6.192	-	27.361
Dotações	-	-	-	-	-
Reversões	(2.998)	(20.939)	-	-	(23.937)
Aplicações	(2.854)	(499)	(646)	(711)	(4.710)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	22.210	9.059	9.685	4.820	45.774
Reversões	-	-	-	-	-
Dotações	7.635	3.333	7.001	458	18.427
Transferência ao detidos para venda (Nota 15)	(232)	(4.833)	(1.534)	-	(6.599)
Partidas no perímetro de consolidação	-	20.424	(2.418)	-	18.006
Aplicações	(15.866)	(2.277)	-	-	(18.143)
Saldo a 31 de dezembro de 2013	13.747	25.706	12.734	5.278	57.465

Provisões para conclusão de obras

O saldo desta conta, relacionada com os projetos que estejam concluídos ou substancialmente concluídos, corresponde à estimativa realizada pelo Grupo dos custos prováveis a incorrer antes da aceitação final por parte do cliente. Por outra parte, em certos casos poderiam surgir reclamações adicionais por parte dos clientes, que não são suscetíveis de quantificação objetiva à data de formulação das presentes demonstrações financeiras consolidadas, embora na opinião dos administradores não se espera que o resultado desta situação suponha perdas significativas superiores aos montantes provisionados.

Provisões para litígios e outros

Corresponde a provisões constituídas para cobrir outros riscos e despesas, relacionados ou não com litígios, nomeadamente as contingências de carácter fiscal ou de outro tipo para as quais o Grupo considerou necessária a constituição da correspondente provisão. Na opinião dos administradores, depois da respetiva assessoria legal, não se espera que o resultado destes litígios implique perdas significativas superiores aos valores provisionados.

Provisão para desmontagem

O Grupo, com base em estudos técnicos realizados, calculou o custo atual de desmantelamento das instalações técnicas das centrais solares e dos centros de produção de biodiesel

que tem nos ativos atribuídos a projetos, reconhecendo a referida estimativa como o maior valor dos ativos e amortizando-o na vida útil das instalações, que resulta na maioria dos casos muito é semelhante à duração dos contratos de arrendamento dos terrenos onde se instalaram as centrais solares e os centros de produção de biodiesel.

Provisões para grandes reparações

Correspondem às atuações de reposição e grande reparação que se estima serem realizadas sobre certas infraestruturas concessionadas durante o período de vida da concessão. O Grupo calcula as dotações a realizar considerando os calendários dos investimentos previstos nos seus Planos Económicos e Financeiros, que correspondem às suas melhores estimativas.

22.2. Provisões para outras obrigações e encargos – Circulante

Os saldos compreendidos nesta rubrica, calculados pelo montante de 57.552 milhares de euros (2012: 156.107 milhares de euros) correspondem aos setores de Construção e Engenharia, estando referidos na conta Provisões de despesas para conclusão de obras e outros conceitos. A linha "Variações de provisões de operações comerciais" da demonstração do resultado corresponde às dotações líquidas efetuadas para as provisões para outras obrigações e encargos.

23

Receita / Vendas de materiais consumidos e outros custos externos

A informação relativa ao Volume de negócios por atividade e mercado é incluída na Nota 5.

A conta "Materiais consumidos e outros custos externos" durante os exercícios de 2013 e 2012 está composta da seguinte forma:

	2013	2012
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	799.480	1.122.277
Varição de estoques não imobiliários	9.097	11.863
Outros custos externos	990.261	895.821
Total	1.798.838	2.029.961

24

Outras receitas e despesas

“Outras receitas e despesas operacionais” está distribuída da seguinte forma:

	2013	2012
Outras receitas operacionais		
Subvenções para a exploração	2.026	2.381
Outros lucros operacionais	28.874	396.955
Total	30.900	399.336
Outras despesas operacionais		
Arrendamentos para fins comerciais	126.487	116.687
Outros serviços exteriores	233.600	132.466
Deterioração líquida de contas a receber	(13.438)	61.997
Tributos	105.905	121.707
Total	452.554	432.857

Em outras receitas de exploração são apresentados, tanto no exercício 2013 como no 2012, o efeito das revalorizações de ativos concessionais que surgem das combinações de negócios pelas alterações de controle descritos na nota 31.

Dentro dos deterioros de contas a cobrar líquidas, estão incluídos 4.679 milhares de euros por dotação do deterioro do valor das contas a cobrar comerciais (2012: 49.044 milhares de euros), além de outros montantes (ver Nota 12).

25

Despesas com pessoal

	2013	2012
Salários	292.782	324.233
Segurança Social e outras despesas sociais	90.002	92.143
	382.784	416.376

Dentro da rubrica de "Salários" estão incluídas indemnizações por despedimento num total de 16.948 milhares de euros (2012: 7.592 milhares de euros).

A composição do quadro médio empregado no Grupo foi o seguinte:

	2013	2012
Categoria		
Formados	2.109	2.633
Administrativos	760	993
Operários	3.372	5.476
	6.241	9.102

Adicionalmente, o número médio de pessoas empregadas, no curso do exercício, pelas sociedades incluídas na consolidação pelo método proporcional foi de 2.846 (2012: 3.265).

Por outro lado, a Distribuição por sexos no fim do exercício, isto é, no dia 31 de dezembro de 2013, do pessoal da Sociedade é a que se apresenta a seguir:

	Homens	Mulheres	Total
Categoria			
Conselheiros	14	-	14
Altos Diretores	4	-	4
Diretivos	344	25	369
Formados	1.500	435	1.935
Administrativos	370	274	644
Operários	3.228	166	3.394
	5.460	900	6.360

Por outro lado, a distribuição por sexos no fim do exercício anterior, isto é, no dia 31 de dezembro de 2012, do pessoal da Sociedade é a que se apresenta a seguir:

	Homens	Mulheres	Total
Categoria			
Conselheiros	14	-	14
Altos Diretores	10	1	11
Diretivos	308	14	322
Formados	1.564	432	1.996
Administrativos	385	311	696
Operários	2.561	219	2.780
	4.842	977	5.819

Adicionalmente, o número de pessoas empregadas ao fechamento do exercício pelas sociedades incluídas na consolidação pelo método proporcional foi de 2.745 pessoas (2012: 5.326 pessoas).

O número médio de pessoas empregadas durante os exercícios de 2013 e 2012 pelas sociedades incluídas na consolidação, com incapacidade maior ou igual a 33%, por categoria é a seguinte:

	2013	2012
Categoria		
Formados, técnicos e administrativos	22	33
Operários	18	13
	40	46

26

Arrendamento operacionais

Os pagamentos mínimos futuros a pagar pelos arrendamentos operacionais não canceláveis são os seguintes:

	2013	2012
Menos de 1 ano	14.970	18.570
Entre 1 e 5 anos	26.878	27.957
Mais de 5 anos	29.446	29.322
Total	71.294	75.849

A despesa reconhecida na demonstração de resultados durante o exercício correspondente a arrendamentos operacionais ascende aos 126.487 milhares de euros (2012: 116.687 milhares de euros).

O Grupo arrenda a um terceiro o prédio onde se encontra a sua sede central. O acordo de arrendamento tem um período de 12 anos a partir da data da sua celebração (15 de março de 2007), embora exista a possibilidade do Grupo exercer uma opção de compra a partir do quinto ano, para o qual as partes devem chegar previamente a um acordo sobre as condições da operação. Na data de início do arrendamento, assim como na data de formulação das presentes demonstrações financeiras consolidadas, é pouco provável que seja exercida a opção de compra, dado que o contrato foi classificado como arrendamento operacional e no quadro anterior foram incluídos todos os pagamentos comprometidos até ao cumprimento dos 12 anos inicialmente previstos.

27

Receitas e gastos financeiros

O detalhe do resultado financeiro líquido a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	2013	2012
Despesa de juros	(385.049)	(336.101)
Despesa financeira	(385.049)	(336.101)
Receita de juros e outras receitas financeiras	15.906	42.430
Lucros / (perdas) líquidos por transações em moeda estrangeira	1.184	11.072
Lucros / (perdas) líquidos em valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(36)	101
Receita financeira	17.054	53.603
Resultado financeiro líquido – Despesa	(367.995)	(282.498)

28

Imposto sobre os lucros

Grupo Isolux Corsán, S.A. é a sociedade dominante do Grupo Fiscal 102/01, o que a autoriza a apresentar declaração consolidada em Espanha para todas as sociedades incluídas dentro do Grupo Fiscal:

A despesa pelo imposto de renda está composta por:

	2013	2012
Imposto corrente	69.023	78.209
Imposto diferido (Nota 21)	(44.673)	(76.224)
Total Despesa de imposto de renda	24.350	1.985

O imposto sobre o lucro do Grupo antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido através da taxa de imposto aplicável aos benefícios das sociedades consolidadas como segue:

Atividades Continuadas:

	2013	2012
Lucro antes de impostos	45.015	46.985
Imposto calculado com base na taxa de importe aplicável aos benefícios da Sociedade dominante	13.504	14.095
Efeito em cota de despesas não deduzíveis a efeitos fiscais	18.629	10.645
Efeito gerado por diferença em taxas noutros países e outras diferenças em sociedades do exterior	179	(1.762)
Outros	(1.699)	(2.910)
Despesa por imposto	30.613	20.068

Atividades Descontinuadas:

	2013	2012
Lucro antes do imposto	(14.785)	(147.298)
Imposto calculado à taxa aplicável aos lucros da controladora	(4.436)	(44.189)
Efeito sobre parte das despesas não dedutíveis para efeitos fiscais	771	26.040
Outros	(2.598)	66
Imposto sobre renda	(6.263)	(18.083)

O tipo impositivo efetivo tendo em conta as atividades continuadas e descontinuadas foi 80,55% (2012: (1,98) %), o que difere do tipo impositivo aplicável à Sociedade dominante (30% para os anos 2013 e 2012) devido principalmente ao efeito líquido gerado pela existência de gastos não dedutíveis que aumentam o tipo impositivo efetivo, e às diferenças de tipos impositivos de sociedades e sucursais situadas no exterior que pode ser superiores ou inferiores ao tipo impositivo vigente na Espanha, e que pelo tanto aumentariam ou diminuiriam o tipo impositivo efetivo.

Com data 1 de julho de 2010 comunicou-se à sociedade Grupo Isolux Corsán, S.A. como sociedade dominante do grupo fiscal o início de atuações inspetoras para o Imposto da Renda exercícios 2005-2008. Além disto, várias sociedades do Grupo Isolux Corsán estão a ser objeto de inspeção com caráter geral pelo Imposto sobre o Valor Acrescentado (2006-2008) e o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (2006-2008), declaração anual de operações (2005-2008) e declaração recapitulativa de entrega e aquisições intracomunitárias de bens (2005-2008).

Como consequência das atuações de inspeção citadas este ano de 2012 foram levantadas atas pelo Imposto sobre a renda de Sociedades para os períodos inspecionados. Parte de tais atas foram assinadas em desconformidade pelo Grupo Isolux Corsán, principalmente pelos conceitos de deduções a exportação, operações no exterior, gastos não dedutíveis e outras deduções aplicadas sobre revalorizações de imóveis numa quantia aproximada de 33,7 milhões de euros, correspondendo na sua totalidade a sociedades dependentes do Grupo Fiscal.

A 31 de agosto de 2012 foi interposta uma reclamação económico-administrativa diante do Tribunal Económico-Administrativo Central contra as atas mencionadas.

Na opinião da Direção da Sociedade dominante e de seus assessores fiscais, a Sociedade tem sólidos argumentos para sustentar a posição do Grupo, por isto é estimado que destas atuações não surjam efeitos que pudessem ter um impacto significativo sobre a situação patrimonial do Grupo.

O Grupo constituiu hipotecas em certos imóveis como garantia de recursos às atas em desconformidade mencionadas, assim como em relação a outras reclamações de autoridade fiscal. O valor líquido contável dos imóveis afetados pela hipoteca ascende a 59 milhões de euros e o valor dos imóveis pendentes de constituir hipoteca a 6,9 milhões de euros.

Adicionalmente nos exercícios mencionados anteriormente, permanecem abertos à inspeção os impostos para os exercícios mencionados das principais Sociedades do Grupo a seguir:

Imposto	Exercícios
Imposto de Renda	2009 a 2012
Imposto sobre o Valor Agregado	2009 a 2013
Imposto sobre a Renda da Pessoa Física	2009 a 2013
Outros impostos	Últimos 4 exercícios

Como consequência, entre outras, das diferentes interpretações possíveis da legislação fiscal em vigor, podem surgir passivos adicionais em resultado de uma inspeção. De qualquer forma, os administradores da Sociedade dominante consideram que os respetivos passivos, nesse caso, não afetariam significativamente as demonstrações financeiras consolidadas.

29

Lucro por ação

No exercício de 2012 não foram distribuídos dividendos. Em 2013, também não foi proposta uma distribuição de dividendos.

30

Compromissos, Contingências e Garantias outorgadas

30.a) Compromissos

Compromissos de compra de ativos fixos

Não há investimentos significativos comprometidos na compra de ativos à data do balanço, distintas daquelas requeridas no curso ordinário dos negócios.

Compromissos de arrendamento operacional

O Grupo arrenda vários locais, escritórios e outros elementos de imobilizado corpóreo sob contratos não canceláveis de arrendamento operacional. Estes arrendamentos têm termos variáveis, cláusulas por tramos e direitos de renovação.

As despesas por arrendamento inseridas na demonstração de resultados durante o exercício, assim como a informação relacionada com os pagamentos mínimos futuros, foram incluídas na Nota 26.

30.b) Contingências e Garantias outorgadas

O Grupo tem passivos contingentes por avais bancários e outras garantias relacionadas com o curso normal do negócio já que, de acordo com as condições gerais de contratação, o Grupo está obrigado a prestar avais técnicos em relação à execução das obras, que possam ser constituídos em dinheiro ou por avais bancários e devem ser mantidos durante um determinado período.

No curso normal das atividades, e como é habitual entre as empresas dedicadas a atividades de engenharia e construção, o Grupo prestou avais a terceiros no valor de 1.680 milhões de euros (2012: 1.656 milhões de euros) como garantia do adequado cumprimento dos contratos. No que se refere à atividade de concessões o Grupo tem prestados avais que garantem o cumprimento dos contratos de concessão assim como a correta execução dos projetos por um montante de 121 milhões de euros (2012: 142 milhões de euros).

Destas garantias não se prevê o surgimento de nenhum passivo significativo adicional a aqueles casos pelos quais foram dotadas provisões, de acordo com o mencionado na Nota 22.

Como parte dos acordos alcançados com a PSP na combinação de negócios descrita na nota 31, o Grupo tem certos compromissos ligados ao cumprimento dos orçamentos de construção de projetos de concessões, entre outros. Com base nos desvios significativos que possam ser produzidos sobre tais compromissos, podem surgir no futuro passivos adicionais no Grupo para fazer frente às mesmas.

31

Combinações de negócios

Durante o exercício de 2013 não se produziram combinações de negócios significativas (Nota 1). As principais combinações de negócio em vigor foram produzidas durante o exercício de 2012, e foram:

a) Isolux Infrastructure y Sociedades dependientes

Durante o mês de junho de 2012 o Grupo procedeu com a assinatura de um acordo com o fundo de investimento Infra-PSP Canada Inc. pelo qual estes últimos entram, depois do cumprimento de uma série de condições prévias que foram cumpridas durante o ano de 2012, na massa dos acionistas da sociedade participada Isolux Infrastructure Netherlands, B.V. y Sociedades Dependientes, subgrupo dedicado à atividade de exploração de sociedades concessionárias de autoestradas e linhas de transmissão elétrica, e de sociedades geradoras de energia elétrica através de parques solares fotovoltaicos.

Mediante este acordo a PSP comprometeu-se em oferecer a Isolux Infrastructure Netherlands, B.V. 627 milhões de dólares, dos quais 50% se oferece através de um empréstimo conversível e os outros 50% através de uma contribuição de capital (aquisição de ações emitidas pela Isolux Infrastructure Netherlands, B.V.).

Como parte do acordo, fica estipulado o compromisso do Grupo para aportar a Isolux Infrastructure Netherlands, B.V. 125 milhões de dólares (50% através de dívida conversível e 50% através de patrimônio). Além disso, o Grupo aportou os negócios de concessões de autoestradas e linhas de transmissão elétrica e o negócio de geração de energia fotovoltaica a tal Sociedade.

Os acordos feitos entre os acionistas implicam que as decisões chave do negócio tenham que ser tomadas conjuntamente por ambas as partes, o que fez com que a participação nesta sociedade (e o seu grupo de sociedades) tenha passado de ser uma sociedade dependente a ser considerado como um negócio conjunto, tendo procedido a registrar esta operação como uma “troca de controle”, sendo aplicadas assim as políticas contábeis descritas na Nota 2.2. A revalorização que surge como consequência desta operação foi aplicada totalmente em ativos identificáveis, sendo a contrapartida registrada em “Outros ingressos de exploração” (ver Nota 24). Para a designação do custo de aquisição foi considerado o valor razoável estimado dos ativos concessionais e dos parques solares, calculados com base no método de desconto de fluxos de caixa futuros, e tendo em conta as diferentes cláusulas do acordo mencionado no parágrafo anterior.

O quadro seguinte resume as contraprestações e valores razoáveis provisionais dos ativos adquiridos e os passivos assumidos na data de aquisição:

Contraprestação	Milhares de euros
Valor razoável dos ativos e passivos	1.038.000
Gastos da operação e outros conceitos	(18.189)
Total Contraprestação	1.019.811
Quantias reconhecidas de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa	235.038
Ativos intangíveis destinados a projetos	1.901.093
Outro ativo imóvel destinado a projetos	2.535.169
Outros ativos não correntes	97.695
Outros ativos correntes	290.560
Dívidas com entidades de crédito não correntes	(2.345.919)
Outros passivos não correntes	(576.138)
Outros passivos correntes	(854.895)
Saldos credores com o Estado	(10.062)
Total de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	1.272.541
Participações não dominantes	(252.730)
Total	1.019.811

O efeito que produziu esta operação de combinação de negócios na conta de resultados do exercício de 2012 por parte do ano em que não se teve o controle do Subgrupo de Sociedades resulta num reconhecimento menor da cifra de negócios e de resultado negativo de 32.978 milhares de euros e (4.570) milhares de euros, respetivamente.

b) Las Cabezas de Aranjuez, S.L.

A 22 de outubro de 2012 o Grupo adquiriu o controle da sociedade “Las Cabezas de Aranjuez, S.L.”, sociedade dedicada à gestão Imobiliária de terrenos e direitos futuros de promoção em Aranjuez, e que anteriormente estava classificada como um negócio conjunto. A tomada de controle foi realizada através da compra das participações correspondentes em 60% do capital social da Sociedade através da tomada a cargo por parte do Grupo de garantias financeiras avaliadas em 12 milhões de euros. Da realização desta operação não surgiu nenhum efeito nos resultados do exercício, já que os ativos líquidos já estavam registrados pelo seu valor justo.

Para a designação do custo de aquisição foi considerado o valor justo do projeto no qual participa a sociedade através do estudo realizado por um especialista independente, e calculado com base no método de desconto de fluxos de caixa futuros.

32

Transações com partes vinculadas

As operações com partes vinculadas durante os exercícios de 2013 e 2012 são próprias do negócio corrente do Grupo. As referidas operações com partes vinculadas são as seguintes:

a) Operações realizadas com os acionistas principais da Sociedade

a.1) Operações realizadas com CAIXABANK

Durante o exercício 2012 a Caixabank absorveu o Grupo Banca Cívica, ao que pertenciam, entre outros, a Corporación Empresarial Cajasol, S.A.U. e o Grupo Corporación Caja Navarra. Desta forma, em 2012 a Caixabank passou a ser um acionista de referência de forma indireta no Grupo.

O Grupo realiza operações com a Caixabank unicamente relacionadas com a sua atividade bancária. No dia 31 de dezembro de 2013 e 2012 as operações contratadas eram da natureza e nas quantias que são descritas a seguir:

	2013		2012	
	Concedido	Disposto	Concedido	Disposto
Apólices de crédito	-	-	28.000	26.736
Créditos a Longo Prazo - Sindicado	102.059	102.059	75.459	75.459
Financiamento de Projetos	65.103	65.103	66.082	66.082
Empréstimos Hipotecários	566	566	841	841
Avales outorgados	89.311	89.311	92.398	79.189
Outros Empréstimos	5.400	5.400	7.200	7.200

O Grupo tem ainda numerosas contas correntes abertas, necessárias para a realização das suas operações correntes e administra uma parte da sua tesouraria através da contratação de ativos financeiros mediante a Caixabank.

Na demonstração de resultados do estão incluídas as despesas e as receitas relacionadas com as operações atrás referidas, que resultam de condições de mercado.

Por outro lado, o Grupo tem assinado com a Caixabank derivados financeiros de permuta de tipo de juros para se cobrir da evolução futura do Euribor num valor nominal de 81.185 milhares de euros (121.181 milhares de euros em 2012) em relação ao empréstimo sindicado e ao financiamento específico de certos projetos.

a.2) Operações realizadas com outros acionistas

O Grupo realizou as seguintes operações com o acionista Charanne B.V. durante os anos 2013 e 2012:

- Com data de 7 de fevereiro de 2008, o Grupo concedeu

um empréstimo à Sociedade Vista B.V. por um montante total de 4.700 milhares de euros, com vencimento a 1 ano, à taxa de juros Euribor mais um diferencial de 1%. Durante o exercício 2009 foi transferido à Sociedade Charanne B.V.

- Em julho de 2013, a sociedade Charanne B.V. tomou a posição de que tinham como devedores do Grupo certos membros do Conselho de Administração, por um valor de 5.400 milhares de Euros (ver Nota 32 b.3), e, simultaneamente, realizou o cancelamento total de tal dívida e da dívida descrita no parágrafo anterior, através da entrega de ações da sociedade dependente Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.A.

Anteriormente, em dezembro de 2012, certos acionistas do Grupo Isolux Corsán: Grupo Corporación Caja Navarra, Corporación Empresarial Cajasol, S.A.U e Cartera Perseidas haviam realizado uma ampliação de capital no Grupo Isolux Corsán, mediante o aporte sem injeção de dinheiro de ações no GTS Global, S.A. correspondentes a 18,02% de participação acionária de dito Grupo. Por outro lado, na mesma data

Charanne B.V. e Construction Investment, Sarl ampliam o capital no Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.A. mediante a entrega de ações da GTS Global, S.A. correspondentes a 7,7% e 1,17% de participação na Sociedade, respectivamente.

As operações relacionadas foram realizadas em condições de mercado.

b) Operações realizadas com os Conselheiros e Diretores da Sociedade

b.1) Informação requerida pelos arts. 229 a 231 da Lei de Sociedades de Capital

Os administradores da Sociedade não têm assunto nenhum sobre o qual informar no que se refere ao previsto nos artigos 229 a 231 da Lei de Sociedades de Capital, aprovada mediante Real Decreto Legislativo 1/2010 de 2 de julho, exceto no que se refere às situações indicadas relativas a alguns dos conselheiros, que incluem aquelas posições, funções desempenhadas e participações ostentadas dentro das entidades correspondentes do Grupo Isolux Corsán, a 31 de dezembro de 2013:

- (I) D. Luis Delso Heras, quem, na data de referência, é membro do Conselho de Administração de GHESA, Ingeniería y Tecnología, S.A.; de Cable Submarino de Canarias, S.A.; de Corsán-Corviam Construcción, S.A. (Presidente); de Isolux Ingeniería, S.A. (Presidente); de Isolux Wat Ingeniería, S.L.U. (Presidente); de Isolux Corsán Concesiones, S.A.U. (Presidente); de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. (Presidente); de Infinita Renovables, S.A.; de T-Solar Global, S.A.U. (Presidente); de Grupo T-Solar Global, S.A. (Presidente); de Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.A. (Presidente); de Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L.U. (Presidente); e de Isolux Infrastructure Netherlands, B.V.
- (II) D. José Gomis Cañete, quem, na data de referência, é membro do Conselho de Administração de Corsán-Corviam Construcción, S.A. (Vice-presidente); de Isolux Ingeniería, S.A. (Vice-presidente); de Isolux Wat Ingeniería, S.L.U. (en su condición de representante persona física de Construction Investments, S.a.r.l. - Vicepresidente); de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. (Vice-presidente); de Isolux Corsán Concesiones, S.A.U. (Vice-presidente); de Infinita Renovables, S.A. (Presidente); de T-Solar Global, S.A.U.; de Grupo T-Solar Global, S.A. (Vice-presidente); de Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.A. (Vice-presidente); de Isolux Corsán Concesiones de

Infraestructuras, S.L.U. (Vice-presidente); e de Isolux Infrastructure Netherlands, B.V.

- (iii) D. Antonio Portela Alvarez, quem, na data de referência, é membro do Conselho de Administração de Desarrollo de Concesiones y Servicios, Sercón, S.A. (Presidente); de Isolux Corsán Aparcamientos, S.L. (Presidente); de Infinita Renovables, S.A.; de Grupo T-Solar Global, S.A.; de T-Solar Global, S.A.U.; de Corsán-Corviam Construcción, S.A. (Conselheiro Delegado); de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. (Conselheiro Delegado); de Isolux Corsán Concesiones, S.A.U. (Consejero Delegado); de Isolux Ingeniería, S.A. (Conselheiro Delegado); de Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.A. (Conselheiro Delegado); de Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L.U. (Conselheiro Delegado); e de Isolux Infrastructure Netherlands, B.V.

Além disso, D. Antonio Portela Alvarez tem participação no capital social de Infinita Renovables, S.A. (participação indireta, através de outras sociedades, inferior a 10%).

- (IV) D. Francisco José García Martín, quem até à data 7 de maio foi conselheiro do grupo, durante o exercício de 2013 foi membro do Conselho de Administração de Corsán-Corviam Construcción, S.A. (Presidente); de Isolux Ingeniería, S.A.; e de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.
- (V) D. Serafín González Morcillo é membro do Conselho de Administração de Isolux Wat Ingeniería, S.L.U.
- (VI) D. Francisco Moure Bourio, é membro do Conselho de Administração e sócio de PGP de Energía, S.A.; e de Isolux Wat Ingeniería, S.L.U.
- (VII) Inversiones Corporativas, S.A. é membro do Conselho de Administração de El Reino de Don Quijote de la Mancha, S.A.; de Casa 2030, S.A. (Administrador Conjugado); de Urbanizadora Montearagón, S.L., (Administrador Conjugado); de CCM Iniciativas Industriales, S.L. (Administrador Conjugado); de Industrializaciones Estratégicas, S.A.; de Comtal Estruc S.L.; de Cartera Nueva Santa Teresa, S.L. (Liquidatário judicial); de Global Uninca, S.A. (Liquidatário judicial); Las Cabezas Aranjuez, S.L. (Presidente); de Obenque, S.A.; de Grupo Naturener, S.A.; de Biocombustibles de Cuenca, S.A.; de Promogedesa, S.A.; e de Promogedesa Villaviciosa, S.A.

Além disso, tem participação no capital social das seguintes sociedades: CCM Iniciativas Industriales, S.L. e filiais (99,99%); CCM Inmobiliaria Centrum 2004, S.L. e filiais (99,99%); CCM Inmobiliaria del Sur 2004, S.L. e filiais (99,97%); Comtal Estruc, S.L.

(31,51%); Construcciones Sarrión, S.L. (5,00%); Gestiones Hervemu, S.L. (50%); Kipoa de Inversiones, S.L. (30%); Villa Romana Golf, S.L. (25,68%); Biocombustibles de Cuenca, S.A. (20%); Desarrollos Urbanísticos Veneciola, S.A. (20%); Grupo Naturener, S.A. (20%); Jardines de la Rivera del Tajo, S.L. (10%); Toletum Visigodo (13,54%); DHO Grupo Constructor Corporativo, S.L. (16,01%); El Reino de Don Quijote de la Mancha, S.A. (12,80%); Las Cabezas de Aranjuez, S.L. (60%); Promociones Miral-Sur, S.L. (99,99%); Planes e Inversiones CLM, S.A. e filiais (99,99%); Bami Newco, S.A. (5,39%); Midamarta, S.L. (99,99%); Divergea Construcciones, S.L. (4,95%); Obenque, S.A. (14,33%); Explotaciones Forestales y Cinegéticas Alta-Baja (99,85%); Hormigones y Aridos Aricam, S.L. (25%); e Desarrollo Industrial Aricam, S.L. (4,74%);

D. Lorenzo Martínez Márquez, como representante físico de Inversiones Corporativas, S.A., é membro do Conselho de Administração de Madrid Sur CESA, S.A. (na sua condição de representante físico do Instituto de Economía y Empresa, S.L.); e de Inversora de Autopistas del Sur, S.L. (na sua condição de representante físico do Instituto de Economía y Empresa, S.L.).

(MII) D. Angel Serrano Martínez-Estélez é membro do Conselho de Administração de Corsán-Corviam Construcción, S.A.; de Isolux Wat Ingeniería, S.L.U.; de Grupo T-Solar Global, S.A.; de Alten Energías Renovables, S.L. (Vice-presidente); e de Alten 2010 Energías Renovables, S.A. (Vice-presidente).

(ix) D. Javier Gómez-Navarro Navarrete é membro do Conselho de Administração de Técnicas Reunidas, S.A.

(X) D. José María de Torres Zabala, como representante físico de CARTERA PERSEIDAS, S.L. é membro, a título individual do Conselho de Administração de Autovía de los Pinares, S.A.

(XI) HISCAN PATRIMONIO, S.A.U., é membro do Conselho de Administração de Autovía del Camino, S.A.; de Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.L.; de Metropolitano Tenerife, S.A.; e de Nuevo Hospital de Burgos, S.A.

Além disso, tem participação no capital social de Autovía del Camino, S.A. (10,91%);

As sociedades que formam parte do grupo de HISCAN PATRIMONIO, S.A.U., de acordo com o artigo 42 do Código de Comércio que ostentam participação nas sociedades com o mesmo, análogo ou complementar género de atividade ao constituírem objeto social da Sociedade são:

- Abertis Infraestructuras, S.A. (15,34%), através de Critería CaixaHolding, S.A.U.;
- Abertis Infraestructuras, S.L. (3,88%), através de Inversiones Autopistas, S.L.;
- ALA Ingeniería y Obras, S.A. (5,01%), através de Madrigal Participaciones, S.A. (Sociedade Multigrupo)
- Cable Submarino de Canarias, S.A. (3,37%), através de CaixaBank, S.A.;
- Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. (12,74%), através de CaixaBank, S.A.;
- Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. (2,00%) através de Compañía Andaluza de Rentas e Inversiones, S.A.;
- Metropolitano Tenerife, S.A.U. (6%), através de CaixaBank, S.A.;
- Terminal Polivalente Portuaria de Sagunto, S.A. (25%), através de Inversiones Valencia Capital, S.A.

Que as sociedades que formam parte do grupo de HISCAN PATRIMONIO, S.A.U., de acordo com o artigo 42 do Código de Comércio que ostentam participação em sociedades com o mesmo, gênero de atividade análogo ou complementar ao que constitui o objeto social da Sociedade são:

- Abertis Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de Pablis 21, S.L.;
- Abertis Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de G3T, S.L.;
- ALA Ingeniería y Obras, S.A. (Conselheiro), através de Madrigal Participaciones, S.A. (Sociedade Multigrupo);
- Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de Inversiones Corporativas Digitales, S.L.;
- Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A. (Conselheiro), através de Investigaciones 2001 CorpCan, S.L.;
- Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A. (Conselheiro), através de CCAN 2005 Inversiones Societarias, S.A.;
- Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A. (Conselheiro), através de Eurecan Alto Rendimiento, S.L.;
- Terminal Polivalente Portuaria de Sagunto, S.A. (Conselheiro), através de Inversiones Valencia Capital, S.A.

(XII) As sociedades que formam parte do grupo de SERCAPGU, S.L., de acordo com o artigo 42 do Código de Comércio que ostentam participação em sociedades com o mesmo, análogo ou complementar género de atividade às que constituem objeto social da Sociedade são:

- Abertis Infraestructuras, S.A. (15,34%), através de Criteria Caixa-Holding, S.A.U.;
- Abertis Infraestructuras, S.A. (3,88%), através de Inversiones Autopistas, S.L.;
- ALA Ingeniería y Obras, S.L. (5,01%), através de Madrigal Participaciones, S.A. (Sociedad Multigrupo)
- Autovía del Camino, S.A. (10,91%), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Cable Submarino de Canarias, S.A. (3,37%), através de CaixaBank, S.A.;
- Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. (12,74%), através de CaixaBank, S.A.;
- Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. (2,00%) através de Compañía Andaluza de Rentas e Inversiones, S.A.;
- Metropolitano de Tenerife, S.A.U. (6%), através de CaixaBank, S.A.;
- Terminal Polivalente Portuaria de Sagunto, S.A. (25%), através de Inversiones Valencia Capital, S.A.

Que as sociedades que formam parte do grupo de SERCAPGU, S.L., de acordo com o artigo 42 do Código de Comércio que exercem cargos ou funções em sociedades com o mesmo, análogo ou complementar género de atividade ao que constituem objeto social da Sociedade são:

- Abertis Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de Pablis 21, S.L.;
- Abertis Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de G3T, S.L.;
- ALA Ingeniería y Obras, S.L. (Conselheiro), através de Madrigal Participaciones, S.A. (Sociedad Multigrupo);
- Autovía del Camino, S.A. (Conselheiro), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de Inversiones Corporativas Digitales, S.L.;
- Metropolitano de Tenerife, S.A.U. (Conselheiro), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Nuevo Hospital de Burgos, S.A. (Conselheiro), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A. (Conselheiro), através de Investigaciones 2001CorpCan, S.L.;
- Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A. (Presidente), através de CCAN 2005 Inversiones Societarias, S.A.;
- Sociedad Concesionaria de la Zona Regable

del Canal de Navarra, S.A. (Conselheiro), através de Eurecan Alto Rendimiento, S.L.; y

- Terminal Polivalente Portuaria de Sagunto, S.A. (Conselheiro), através de Inversiones Valencia Capital, S.A.

D. Salvador Alemany Mas (na sua condição de representante físico de SERCAPGU, S.L. à data de referencia, mesmo que à data de emissão deste informe já o tenha deixado de ser), é membro do Conselho de Administração de:

- Abertis Infraestructuras, S.A. (Presidente), tendo ainda uma participação na sociedade de 0,0506%; e de
- Saba Infraestructuras, S.A. (Presidente), tendo ainda uma participação na sociedade de 0,0344%.

(XIII) INVERSIONES CORPORATIVAS DIGITALES, S.L.U., é membro do Conselho de Administração de Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. Que as sociedades que formam parte do grupo de INVERSIONES CORPORATIVAS DIGITALES, S.L.U., de acordo com o artigo 42 do Código de Comércio que têm participação em sociedades com o mesmo, análogo ou complementar género de atividade ao constituírem objeto social da Sociedade são:

- Abertis Infraestructuras, S.A. (15,34%), através de Criteria Caixa-Holding, S.A.U.;
- Abertis Infraestructuras, S.A. (3,88%), através de Inversiones Autopistas, S.L.;
- ALA Ingeniería y Obras, S.L. (5,01%), através de Madrigal Participaciones, S.A. (Sociedad Multigrupo);
- Autovía del Camino, S.A. (10,91%), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Cable Submarino de Canarias, S.A. (3,37%), através de CaixaBank, S.A.;
- Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. (12,74%), através de CaixaBank, S.A.;
- Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. (2,00%) através de Compañía Andaluza de Rentas e Inversiones, S.A.;
- Metropolitano de Tenerife, S.A.U. (6%), através de CaixaBank, S.A.;
- Terminal Polivalente Portuaria de Sagunto, S.A. (25%), através de Inversiones Valencia Capital, S.A.

Que as sociedades que formam parte do grupo de INVERSIONES DIGITALES, S.L.U., de acordo com o artigo 42 do Código de Comércio que têm participação em sociedades com o mesmo, análogo ou complementar género de atividade ao constituírem objeto social da Sociedade são:

- Abertis Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de Pablis 21, S.L.;
- Abertis Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de G3T, S.L.;
- ALA Ingeniería y Obras, S.L. (Conselheiro), através de Madrigal Participaciones, S.A. (Sociedad Multi-grupo);
- Autovía del Camino, S.A. (Conselheiro), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. (Conselheiro), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Metropolitano de Tenerife, S.A.U. (Conselheiro), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Nuevo Hospital de Burgos, S.A. (Conselheiro), através de Hiscan Patrimonio, S.A.U.;
- Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A. (Conselheiro), através de Investigaciones 2001CorpCan, S.L.;
- Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A. (Presidente), a través de CCAN 2005 Inversiones Societarias, S.A.;
- Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A. (Conselheiro), através de Eurecan Alto Rendimiento, S.L.; y
- Terminal Polivalente Portuaria de Sagunto, S.A. (Conselheiro), através de Inversions Valencia Capital, S.A.

Adicionalmente, os administradores da Sociedade não estão afetados por qualquer situação de conflito sobre a qual devam informar em cumprimento do estabelecido no artigo 229 a 231 da Lei de Sociedades de Capital.

A inclusão da informação anteriormente referida na memória das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Isolux Corsán, S.A. corresponde à análise detalhada das comunicações recebidas de todos os membros do Conselho de Administração do Grupo Isolux Corsán, S.A., indo ao encontro da interpretação teleológica dos Artigos 229 a 231 da Lei de Sociedades de Capital.

b.2) Remuneração paga aos Conselheiros e Diretores do Grupo Isolux Corsán, S.A

	2013	2012
Ordenados e salários (incluindo subsídios)	5.223	6.148
As taxas para participar de reuniões do Conselho de Administração	504	552
	5.727	6.700

b.3) Créditos concedidos a membros do Conselho de Administração

A 31 de dezembro de 2012 existiam créditos dados a membros do Conselho de Administração pelo Grupo no valor de 5.400 milhares de euros. Os créditos provêm dos anos 2000 e 2002 e não tinham data de vencimento estabelecida.

Estes créditos, durante 2013, foram transpassados à sociedade Charanne V.B. (ver Nota 32 a.2).

c) Operações realizadas com Sociedades integradas por equivalência patrimonial

As operações e os saldos com Sociedades Coligadas, à data de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são os seguintes:

2013	Saldos devedores	Saldos credores	Gastos / Compras	Receitas/ Vendas
Autopista Madrid-Toledo Concesionaria, S.A. *	8.724	-	-	-
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.**	1.315	-	-	-
Alqlunia5, S.A.**	395	-	-	-
Pinares del Sur, S.L.**	9.583	-	-	293

* O saldo com a Autopista Madrid - Concessionária de Toledo, SA está prevista no total.

** Sociedades passadas a Ativos não circulantes mantidos para venda.

2012	Saldos devedores	Saldos credores	Gastos / Compras	Receitas/ Vendas
Autopista Madrid-Toledo Concesionaria, S.A. *	8.724	-	-	-
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.	1.315	-	-	-
Alqlunia5, S.A.	395	-	-	-
Pinares del Sur, S.L.	9.207	-	-	3.456

Todas as operações descritas no presente apartado foram realizadas em condições de mercado.

33

Joint Ventures

O Grupo tem participações nos Joint Ventures mencionados no Anexo III. Os montantes a seguir indicados representavam a participação do Grupo, segundo as percentagens que lhe correspondem, nos ativos e nos passivos, bem como as receitas e resultados dos Joint Ventures consolidados pelo método de integração proporcional (Veja nota 2.2). Estes montantes foram incluídos no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada:

	2013	2012
Ativos:		
Ativos não circulantes	3.788.536	4.086.654
Ativos circulantes	573.986	434.113
	4.362.523	4.520.767
Passivos:		
Passivos não circulantes	2.961.265	2.841.022
Passivos circulantes	721.408	835.743
	3.682.673	3.676.765
Ativos líquidos	679.850	844.002
Receitas	854.353	866.761
Despesas	(878.777)	(888.562)
Lucros após impostos	(24.424)	(21.801)

Não existem passivos contingentes correspondentes à participação do Grupo nos Joint Ventures, nem passivos contingentes dos próprios joint ventures.

34

Unões Temporais de Empresas (UTEs) e Consórcios

O Grupo tem participações nas UTE's mencionadas no Anexo IV. Os montantes a seguir indicados representavam a participação do Grupo, segundo as percentagens que lhe corresponde, nos ativos e nos passivos, bem como os receitas e resultados das UTE's. Estes montantes foram incluídos no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada:

	2013	2012
Ativos:		
Ativos não circulantes	3.834	1.546
Ativos circulantes	740.559	403.012
	744.393	404.558
Passivos:		
Passivos não circulantes	66	229
Passivos circulantes	651.250	385.724
	651.316	385.953
Ativos líquidos	93.077	18.605
Receitas	843.693	455.998
Despesas	(750.616)	(437.393)
Lucros após impostos	93.077	18.605

Não existem passivos contingentes correspondentes à participação do Grupo nas UTEs e Consórcios, nem passivos contingentes das próprias UTEs e Consórcios.

Adicionalmente a 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Grupo participa em certos consórcios. Foram incluídos os seguintes montantes no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada:

	2013	2012
Ativos:		
Ativos não circulantes	5.046	2.536
Ativos circulantes	138.727	134.216
	143.773	136.752
Passivos:		
Passivos não circulantes	306	25
Passivos circulantes	136.760	129.616
	137.066	129.641
Ativos líquidos	6.707	7.111
Receitas	159.322	81.797
Despesas	(152.615)	(74.686)
Lucros após impostos	6.707	7.111

35

Meio ambiente

O Grupo adotou as medidas oportunas referentes à proteção e melhoria do meio ambiente e à redução, se for o caso, do impacto ambiental, cumprindo a normativa em vigor. Por conseguinte, não se considerou necessário registar provisão alguma para riscos e despesas de caráter ambiental, nem existem contingências relacionadas com a proteção e a melhoria do meio-ambiente.

36

Eventos Subsequentes à data do balanço

Não foram encontrados eventos subsequentes que afetem os presentes demonstrações financeiras consolidadas.

37

Honorários dos auditores de contas

O montante referente aos honorários da Pricewaterhouse Coopers Auditores, S.L. pelos serviços de auditoria durante o exercício de 2013 ascende a 1.679 milhares de euros (2012: 1.486 milhares de euros).

O montante referente aos honorários da Pricewaterhouse Coopers Auditores, S.L. pelos outros serviços prestados durante o exercício de 2013 ascende a 618 milhares de euros (2012: 636 milhares de euros).

O montante dos honorários de outras sociedades que utilizam a marca de Pricewaterhouse Coopers por outros serviços prestados no estrangeiro durante o exercício de 2013 ascende a 2.470 milhares de euros (2012: 1.991 milhares de euros).

O montante referente aos honorários da outros auditores pelos serviços de auditoria durante o exercício de 2013 ascende a 412 milhares de euros (2012: 253 milhares de euros).

Anexo I

Sociedades Controladas incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Sociedade Titular da Participação	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Isolux Ingeniería, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Watsegur, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Elaborados Metálicos Emesa S.L.	A Coruña	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
GIC Fábricas, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Eólica Isolcor, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Luxeol S.L.	Madrid	70,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Sociedad Concesionaria Zona 8-A, S.A.	Zaragoza	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Concessões	PwC
Desarrollos de Ingeniería Iguarán S.A.	Avilés	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Eólica, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Corsán, LLC (1)	Houston	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Isolux Corsan Construction, ULC (*)	Canadá	100,00%	Isolux Corsán, LLC	IG	Construção	Não auditada
Isowat Mozambique, Lda.	Maputo	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Maroc, S.A.	Casablanca	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Agua Limpa Paulista, S.A.	Sao Paulo	40,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Isolux Corsán Polonia Sp Zoo	Varsovia	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Corsan Puerto Rico, LLC (*)	Puerto Rico	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Siascan (PTY) LTD (*)	Sudáfrica	50,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Energia Huasteca, SA DE CV	México DF	98,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux de México, S.A de C.V	México DF	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Construção	PwC
Isolmex, SA de CV (*)	México DF	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Tecna Estudios y Proyectos de Ingeniería, S.A.	Buenos Aires	75,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Tecna Proyectos y Operaciones, S.A.	Madrid	75,00%	Tecna Estudios y Proyectos S.A.	IG	Engenharia	PwC
Latintecna, S.A.	Lima	74,97%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Otros
Tecna Bolivia, S.A.	StaCruz de la Sierra	67,50%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Tecninct Proyectos e Ingeniería S.A. de C.V.	México DF	75,00%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Tecna Brasil Ltda.	Rio de Janeiro	71,25%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	E&Y
Medianito del Ecuador, S.A.	Quito	74,99%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Otros
Ven Tecna, S.A.	Caracas	74,25%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Tecna del Ecuador, S.A.	Quito	74,99%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Otros
Tecna Arabia (*)	Al Khobar	75,00%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Otros
TPYC Angola, S.A. (*)	Luanda	75,00%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Deloitte
Tecna Ingeniería y Construcciones, S.A.S.	Bogotá	75,00%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Wat Ingeniería, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Powertec Española, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Wat Ingeniería, S.L.	IG	Engenharia	Não auditada
Powertec Proyectos e Obras Ltda.	Rio de Janeiro	100,00%	Powertec Española, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Corsán Servicios S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Wat Ingeniería, S.L.	IG	Servicios	PwC
Ambulux, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Servicios, S.A.	IG	Servicios	Não auditada
Global Vambru, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Servicios S.A.	IG	Servicios	PwC
Agua de Gata, S.L.	Madrid	100,00%	Global Vambru, S.L.U.	IG	Concessões	Otros
Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	Madrid	97,76%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Concessões	PwC
Desarrollo de Concesiones y Servicios Sercon, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Servicios	Não auditada

Anexo I • Sociedades Controladas incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Sociedade Titular da Participação	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Intal. y Montajes La Greña, S.A.	A Coruña	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Corsán Aparcamientos, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	IG	Concessões	PwC
Aparcamientos IC Talavera II, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Segovia II, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Ruiz de Alda S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	PwC
Explotaciones Las Madrugueras, S.L.	Tenerife	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Zaragoza Torrero, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Aparcamientos Madrid, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	Não auditada
I.C. Plaza de Benalmádena Canarias	Las Palmas	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamiento Nuevo Hospital de Burgos, S.L.	Madrid	70,00%	Isolux Corsán Aparcamientos, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.U.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	PwC
Aparcamientos IC Gomez Ulla, S.L. (*)	Madrid	50,00%	Isolux Corsán Aparcamientos, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Ceuti de Aparcamientos y Serv., S.A.	Ceuta	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Zaragoza, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Talavera, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos Islas Canarias, S.L.	Las Palmas	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Gestión de Concesiones, S.A.	La Línea	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Toledanos, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos Segovia, S.L.	Segovia	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	PwC
Aparcamientos IC Toledanos II, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Ponzano, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Hospital de Murcia, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Chiclana, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Córdoba, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.U.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Valladolid, S.L. (3)	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Corsan-Conviám Construcción, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Construção	PwC
Construções Pina do Vale, S.A.	Lisboa	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	Otros
Extremefía de Infraestructura, S.A.	Madrid	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Inversiones Blumen, S.L.U.	Madrid	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Tenedora de Acciones de Generadora Electrica Molloco, SAC(*)	Perú	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Generadora Electrica Molloco, SAC (*)	Perú	75,00%	Inversiones Blumen, S.L.U.	IG	Construção	Não auditada
Corsanmex, S.A. de C.V. (2)	México DF	100,00%	Corsán-Conviám Construcción, S.A.	IG	Construção	Não auditada
Isolux Corsán Cyprus Limited	Nicosia	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Isolux Corsán Panamá, S.A.	Ciudad de Panamá	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Isolux de México, S.A. de C.V.	México DF	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	PwC
Isolbaja, S.A. de C.V. (*)	México DF	100,00%	Isolux de México, S.A. de C.V.	IG	Construção	Não auditada
Constructora Presa El Purgatorio SPU, S.A. de C.V. (*)	México DF	98,00%	Isolux de México, S.A. de C.V.	IG	Construção	Não auditada
Isolux Corsán Argentina S.A.	Buenos Aires	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	PwC
Isolux Corsán Argelie EURL	Argel	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	PwC
Isolux Corsán do Brasil S.A.	Rio de Janeiro	100,00%	Corsán Conviám Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada

Anexo I • Sociedades Controladas incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Sociedade Titular da Participação	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Isolux Proyectos, Invetimentos e Participações LTDA	Sao Paulo	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Isolux Proyectos e Instalaciones LTDA.	Rio de Janeiro	100,00%	Isolux Proj., Invest. e Participações LTDA	IG	Construção	Não auditada
Isolux Corsán India Engineering & Constuction Private LTD.	Haryana	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	PwC
Corsan Corviam Asia Projects (*)	Uzbekistán	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Infrainter Infraestructuras Internacionales, SA (*)	Ecuador	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Inmobiliária	PwC
Valdelirio, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Electrónica Control de Motores, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Julitex, S.L.	Las Palmas	80,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
El Sitio de la Herrería, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Interisolux Torrejón Vivienda Joven, S.L.	Madrid	90,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Interisolux Alcorcón Vivienda Joven, S.L.	Madrid	80,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Olmosa, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Cost Wright, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Las Cabezas de Aranjuez, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Unidad Mater. Avanz. Ibérica, S.A.	Orense	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Infinita Renovables, S.A.	Vigo	80,70%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Energias Renováveis	PwC
Azul de Cortes BV	Amsterdam	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Azul de Cortes, S. de R.L. de C.V.	México DF	100,00%	Azul de Cortes BV	IG	Inmobiliária	PwC
Bendia, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
EDIFISA, S.A.	Madrid	96,04%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Inmobiliária	Não auditada
Convisa, productos asfálticos y aplicaciones, S.L.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Construção	PwC
Powertec Catalunya, S.A.U.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Powertec Sistemas Energéticos, S.A.U.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Acta - Actividades Eléctricas Asociadas, S.A.	Lisboa	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Otros
Isolux Corsan Gulf LLC	Oman	70,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Corsán Energías Renovables, S.A.	Buenos Aires	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Concessões	PwC
Isolux Corsán Arabia Saudi, LLC	Riyadh	50,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Construção	Não auditada
Parque Eólico Loma Blanca II, S.A.	Buenos Aires	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Parque Eólico Loma Blanca I, S.A. (*)	Argentina	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Parque Eólico Loma Blanca III, S.A. (*)	Argentina	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Grupo Isolux Corsan Finance, B.V. (*)	Amsterdam	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Outros	PwC

(*) Sociedades adquiridas ou criadas durante o exercício e/ou tomada de participação adicional em sociedades já incluídas no perímetro de consolidação do ano anterior.

A incorporação destas sociedades no perímetro não gerou vendas adicionais neste ano.

(1) Modificação de denominação social no exercício (antes Isolux Ingenieria USA, LLC)

(2) Modificação de denominação social no exercício (antes Constructora Autopista Monterrey Saitillo, S.A de C.V.)

(3) Modificação de denominação social no exercício (antes Hixam Gestión de Aparcamientos III, S.L.)

IG: Integração Global.

Anexo II

Sociedades Coligadas incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Sociedade Titular da Participação	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Gestión de Participes de Bioreciclaje, S.L.	Cádiz	33,33%	Global Vambru, S.L	MP	Concessões	Outros
Autopista Madrid Toledo Concesionaria, S.A.	Madrid	25,50%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	MP	Concessões	Outros
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.	Madrid	25,60%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	MP	Inmobiliária	Não auditada
Albali Señalización, S.A.	Madrid	7,50%	Isolux Ingeniería, S.A.	MP	Engenharia	Outros

MP: Método de participação.

Anexo III

Joint ventures incluídos no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Entidade sócio no negócio conjunto	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Lineas de Comahue Cuyo, S.A.	Buenos Aires	33,34%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Engenharia	PwC
Indra Isolux de México S.A de C.V.	México DF	50,00%	Isolux de México, S.A. de C.V.	IP	Construção	Não auditada
Constructora Autopista Perote Xalapa S.A. de C.V.	México DF	50,00%	Isolux de México, S.A. de C.V.	IP	Construção	PwC
Participes de Biorreciclaje, S.L.	Madrid	33,33%	Global Vambro, S.L	IP	Concessões	Outros
Bioreciclajes de Cádiz S.A.	Cádiz	32,66%	Participes de Biorreciclaje, S.L.	IP	Concessões	Outros
Isonor Transmission S.A.C.	Lima	50,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Caravelli Cotaruse Transmisora de Energía S.A.C.	Lima	25,00%	Isonor Transmisión S.A.C.	IP	Concessões	Não auditada
Parking Pio XII, S.L.	Palencia	50,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Sarrión	Madrid	51,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IP	Concessões	Outros
Emiso Cádiz S.A.	Cádiz	50,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Aparcamientos Los Bandos Salamanca, S.L	Madrid	70,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Concesionaria Autopista Perote Xalapa S.A. de C.V.	México DF	40,39%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.U.	IP	Concessões	PwC
Iccenlux Corp.	Delaware	80,77%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.U.	IP	Concessões	E&Y
Wett Holdings LLC	Delaware	40,39%	Iccenlux Corp.	IP	Concessões	E&Y
Wett - Wind Energy Transmission Texas, LLC.	Austin	40,39%	Wett Holdings	IP	Concessões	E&Y
ICC Sandpiper, B.V.	Amsterdam	61,79%	Isolux Corsan Concessions Infrastructures Holland BV	IP	Concessões	Não auditada
Isolux Corsan Concessions Cyprus Limited	Nicosia	61,79%	ICC Sanpiper BV	IP	Concessões	Não auditada
Indus Concessions India Private Limited	Haryana	61,79%	Isolux Corsán Concessions Cyprus Limited	IP	Concessões	Não auditada
Soma Isolux Surat Hazira Tollway Private Limited	Haryana	30,89%	Indus Concessions India Private Limited	IP	Concessões	Outros
Soma Isolux Varanasi Aurangabad Tollway Private Limited	Haryana	30,89%	Indus Concessions India Private Limited	IP	Concessões	Não auditada
Soma Isolux Kishangarh-Beawar Tollway Private Limited	Haryana	30,89%	Indus Concessions India Private Limited	IP	Concessões	Outros
ICCON Transmission Inc.	Vancouver	80,77%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.U.	IP	Concessões	Não auditada
Interligação Eletrica Norte e Nordeste, S.A.	Sao Paulo	40,39%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IP	Concessões	E&Y
Jauru Transmisora de Energía, S.A.	Rio Janeiro	26,92%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IP	Concessões	Deloitte
Plena Operação e Manutenção de Transmissora de Energía Ltda	Rio Janeiro	80,77%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IP	Concessões	Não auditada
Carreteras Centrales de Argentina, S.A.	Buenos Aires	33,33%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IP	Construção	Não auditada
Societat Superficialia Preventius Zona Franca S.A.	Barcelona	50,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IP	Construção	Não auditada
Isolux Energy Investments, SLUV (*)	Espanha	80,77%	Isolux Corsan Concesiones, SA	IP	Concessões	Não auditada
Eclesur, S.A.	Buenos Aires	50,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Líneas Mesopotámicas S.A.	Buenos Aires	33,33%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Engenharia	PwC
Líneas del Norte S.A.	Buenos Aires	33,33%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Engenharia	PwC
Ciudad de la Justicia de Córdoba S.A.	Sevilla	50,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IP	Construção	Não auditada
Empresa Concesionaria Líneas Eléctricas del Sur, S.A.	Buenos Aires	50,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Engenharia	Não auditada
Isolux Infrastructure Netherlands, B.V.	Amsterdam	80,77%	Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	IP	Concessões	PwC
Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L.U.	Madrid	80,77%	Isolux Infrastructure Netherlands, B.V.	IP	Concessões	PwC
Sociedad Concesionaria Autovía A-4 Madrid S.A.	Madrid	41,39%	Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Isolux Corsán Brasileña de Infraestructuras, S.L.U.	Madrid	80,77%	Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L.U.	IP	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Participações de Infraestrutura Ltda	Sao Paulo	80,77%	Isolux Corsán Brasileña de Infraestructuras, S.L.	IP	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Participações na Viabahía Ltda	Sao Paulo	80,77%	Isolux Corsán Participações de Infraestrutura Ltda	IP	Concessões	Não auditada
Viabahia Concesionaria de Rodovias, S.A. (*)	Sao Paulo	61,73%	Isolux Corsán Participações na Viabahía Ltda	IP	Concesiones	PwC
Isolux Corsán Mexicana de Infraestructuras, S.L.U.	Madrid	80,77%	Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L.U.	IP	Concessões	Não auditada

Anexo III • Joint ventures incluídos no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Entidade sócio no negócio conjunto	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Vias Administración y Logística, S.A. de C.V.	México DF	80,77%	Isolux Corsán Mexicana de Infraestructuras, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Conc. Aut. Monterrey-Saltillo, S.A. de C.V.	México DF	80,77%	Isolux Corsán Mexicana de Infraestructuras, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Isolux Corsan NH1 Cyprus Limited	Nicosia	80,77%	Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L.U.	IP	Concessões	Outros
Soma-Isolux NH One Tollway Private Limited	Haryana	51,19%	Isolux Corsan NH1 Cyprus Limited	IP	Concessões	Outros
Isolux Corsán Concesiones, S.A.U.	Madrid	80,77%	Isolux Infrastructure Netherlands; B.V.	IP	Concessões	PwC
Isolux Energia e Participações S.A.	Rio de Janeiro	80,77%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.U.	IP	Concessões	Deloitte
Cachoeira Paulista T. Energia S.A.	Rio de Janeiro	80,77%	Isolux Energia e Participações S.A.	IP	Concessões	Deloitte
Linhas de Xingu Transmissora de Energia Ltda.	Rio de Janeiro	80,77%	Isolux Energia e Participações S.A.	IP	Concessões	PwC
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia Ltda.	Rio de Janeiro	80,77%	Isolux Energia e Participações S.A.	IP	Concessões	PwC
Linhas de Macapa Transmissora de Energia Ltda.	Rio de Janeiro	80,77%	Isolux Energia e Participações S.A.	IP	Concessões	PwC
Linhas de Itacaiunas Transmissora de Energia LTDA (*)	Brasil	80,77%	Isolux Energia e Participações S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Operadora Autopista Perote-Xalapa, S.A. de C.V. (*)	México DF	40,39%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.U.	IP	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Concesiones de México, S.A. de C.V.	México DF	80,77%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.U.	IP	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Energy Cyprus Limited	Nicosia	80,77%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.U.	IP	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Power Concessions India Private Limited	Haryana	80,77%	Isolux Corsan Energy Cyprus Limited	IP	Concessões	Não auditada
Mainpuri Power Transmission Private Limited (*)	Haryana	77,10%	Isolux Corsan Power Concessions India Private Limited	IP	Concessões	Não auditada
South East U.P. Power Transmission Company Limited (*)	Uttar Pradesh	77,10%	Mainpuri Power Transmission Private Limited	IP	Concessões	Não auditada
Isolux Corsan Concessions Infraestructures Holland BV	La Haya	80,77%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.U.	IP	Concessões	Não auditada
Grupo T-Solar Global, S.A.	Madrid	69,76%	Isolux Infrastructure Netherlands, B.V.	IP	Concessões	PwC
T-Solar Global Operating Assets, S.L.	Madrid	38,17%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Origen, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Global Surya, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
TZ Almodóvar del Río, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Ortosolar Promotor de Energías Renovables, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Global Elefantina, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Tuin Zonne Solar, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
T-Solar Autónoma S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
TZ Morón Uno, S.L.U. (*)	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
TZ Morón 2, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Tuin Zonne Ronda 1, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
TZ Ronda 2, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
TZ Santafe 1, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
TZ Santafe 2, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Tuin Zonne Viana, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Ortosol Energía 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Ortosol Energía 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Ortosol Energía 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Ortosol Energía 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Ortosol Energía 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Ortosol Energía 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Pentasolar, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC

Anexo III • Joint ventures incluídos no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Entidade sócio no negócio conjunto	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Pentasolar Talayuela 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pentasolar, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pentasolar Talayuela 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pentasolar, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pentasolar Madrigal 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pentasolar, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pentasolar Madrigal 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pentasolar, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Morita, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Morita 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Morita, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Morita 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Morita, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Morita 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Morita, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Morita 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Morita, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Morita 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Morita, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Morita 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Morita, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Morita 7, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Morita, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Castillo de Alcolea, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Castillo de Alcolea 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Castillo de Alcolea, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Castillo de Alcolea 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Castillo de Alcolea, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Castillo de Alcolea 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Castillo de Alcolea, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Castillo de Alcolea 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Castillo de Alcolea, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Castillo de Alcolea 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Castillo de Alcolea, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Castillo de Alcolea 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Castillo de Alcolea, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Castillo de Alcolea 7, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Castillo de Alcolea, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Archidona I, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Archidona 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Archidona I, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Archidona 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Archidona I, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Archidona 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Archidona I, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Archidona 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Archidona I, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Archidona 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Archidona I, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Archidona 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Archidona I, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Poza, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Poza 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ La Poza, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Poza 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ La Poza, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Poza 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ La Poza, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Poza 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ La Poza, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Poza 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ La Poza, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Poza 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ La Poza, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Poza 7, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ La Poza, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Buenavista, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Buenavista 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Buenavista, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Buenavista 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Buenavista, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Buenavista 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Buenavista, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Buenavista 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Buenavista, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Buenavista 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Buenavista, S.L.U.	IP	Concessões	PwC

Anexo III • Joint ventures incluídos no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Entidade sócio no negócio conjunto	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
TZ Buenavista 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Buenavista, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Buenavista 7, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
TZ Alcolea Lancha, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Alcolea Lancha 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Alcolea Lancha, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Alcolea Lancha 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Alcolea Lancha, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Alcolea Lancha 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Alcolea Lancha, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Alcolea Lancha 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Alcolea Lancha, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Alcolea Lancha 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Alcolea Lancha, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Alcolea Lancha 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Alcolea Lancha, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Alcolea Lancha 7, S.L.U.	Madrid	38,17%	TZ Alcolea Lancha, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Veguilla, S.L.	Madrid	28,07%	Tuin Zonne Origen, S.L.U. y Mihuersol Jerez, S.L.	IP	Concessões	PwC
TZ Veguilla 1, S.L.U.	Madrid	28,07%	Tuin Zonne Veguilla, S.L.	IP	Concessões	PwC
TZ Veguilla 2, S.L.U.	Madrid	28,07%	Tuin Zonne Veguilla, S.L.	IP	Concessões	PwC
TZ Veguilla 3, S.L.U.	Madrid	28,07%	Tuin Zonne Veguilla, S.L.	IP	Concessões	PwC
TZ Veguilla 4, S.L.U.	Madrid	28,07%	Tuin Zonne Veguilla, S.L.	IP	Concessões	PwC
TZ Veguilla 5, S.L.U.	Madrid	28,07%	Tuin Zonne Veguilla, S.L.	IP	Concessões	PwC
TZ Veguilla 6, S.L.U.	Madrid	28,07%	Tuin Zonne Veguilla, S.L.	IP	Concessões	PwC
TZ Veguilla 7, S.L.U.	Madrid	28,07%	Tuin Zonne Veguilla, S.L.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Los Mochuelos, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Los Mochuelos 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Los Mochuelos, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Los Mochuelos 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Los Mochuelos, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Los Mochuelos 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Los Mochuelos, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Los Mochuelos 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Los Mochuelos, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Los Mochuelos 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Los Mochuelos, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ Los Mochuelos 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Los Mochuelos, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozohondo, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozohondo 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozohondo, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozohondo 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozohondo, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozohondo 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozohondo, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozohondo 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozohondo, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozohondo 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozohondo, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozohondo 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozohondo, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozocañada, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozocañada 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozocañada, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozocañada 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozocañada, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozocañada 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozocañada, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozocañada 4, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozocañada, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozocañada 5, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozocañada, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Pensolar Pozocañada 6, S.L.U.	Madrid	38,17%	Pensolar Pozocañada, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Granadasolar E. Renovables, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Granadasolar Sigüenza 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	Granadasolar E. Renovables, S.L.U.	IP	Concessões	PwC

Anexo III • Joint ventures incluídos no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Entidade sócio no negócio conjunto	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Granadasolar Sigüenza 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	Granadasolar E. Renovables, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Aspa Energías Renovables, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Seca 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	Aspa Energías Renovables, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ La Seca 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	Aspa Energías Renovables, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Medina, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Medina 1, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Medina, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Medina 2, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Medina, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Tuin Zonne Medina 3, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Medina, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
TZ El Carpio, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Elduayen Fotovoltaica, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
P.S. Huerto Son Falconer, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Borealis Solar, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
European Sun Park Arnedo, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Windmill Fotovoltaica, S.L.U.	Madrid	38,17%	Tuin Zonne Origen, S.L.U.	IP	Concessões	PwC
Windmill Energie Alicante 1.2, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Windmill Energie Alicante 1.3, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Windmill Energie Alicante 1.4, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Windmill Energie Alicante 1.5, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 1.6, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 1.8, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 1.9, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 1.10, S.L.U.	Madrid	74,86%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 1.11, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 2.1, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 2.2, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 2.3, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 2.4, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Alicante 2.7, S.L.U.	Madrid	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Yeguas Altas, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Huerto Albercones, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Huerto Las Pesetas, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Huerto Cortillas, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Huerto Paniza, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Huerto Montera, S.L.U.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Parque Solar Saelices, S.L.	Madrid	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
Gts Repartición, S.A.C	Lima	74,84%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	PwC
Gts Majes, S.A.C.	Lima	74,84%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	PwC
Raggio di Puglia 2 S.R.L.	Roma	38,17%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IP	Concessões	PwC
ARRL (Mauritius) Limited	Bombay	37,43%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Mazars
Astonfield Solar Rajasthan (Private) Limited	Bombay	37,43%	ARRL (Mauritius) Limited	IP	Concessões	Outros
Astonfield Solar Gujarat (Private) Limited	Bombay	37,43%	ARRL (Mauritius) Limited	IP	Concessões	Outros

Anexo III • Joint ventures incluídos no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Entidade sócio no negócio conjunto	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
T Solar Cyprus Limited	Madrid	74,85%	Global Elefantina S.L.U.	IP	Concessões	Não auditada
Grupo T-Solar Global USA, INC (*)	Delaware	74,85%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Grupo T-Solar Global USA, LLC (*)	Delaware	74,85%	Grupo T-Solar Global USA, INC	IP	Concessões	Não auditada
Solar Power Ventures, LLC (USA) (*)	Delaware	44,91%	Grupo T-Solar Global USA, LLC	IP	Concessões	Não auditada
Sol Orchard Imperial 1, LLC (*)	Dover	74,85%	Grupo T-Solar Global USA, INC	IP	Concessões	Não auditada
GTS Puerto Rico LLC (*)	Delaware	74,85%	Grupo T-Solar Global USA, INC	IP	Concessões	Não auditada
Solaner Puerto Rico One, LLC (*)	Hato Rey	37,43%	GTS Puerto Rico LLC	IP	Concessões	Não auditada
GTS Puerto Rico Two LLC (USA) (*)	Hato Rey	74,85%	Grupo T-Solar Global USA, INC	IP	Concessões	Não auditada
Solaner Puerto Rico Two LLC (Puerto Rico) (*)	Hato Rey	37,43%	GTS Puerto Rico Two LLC (USA)	IP	Concessões	Não auditada
ILANGA LOMCEBO ENERGY (RF) PROPRIETARY LIMITED (*)	Sudáfrica	38,17%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IP	Concessões	Não auditada
Pinares del Sur, S.L.	Cádiz	50,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	MP	Inmobiliária	PwC
Alqunia 5, S.A.	Toledo	50,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	MP	Inmobiliária	Outros
Landscape Corsán, S.L.	Madrid	50,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	MP	Inmobiliária	Não auditada

(*) Sociedades adquiridas ou criadas durante o exercício e/o tomada de participação adicional em sociedades já incluídas no perímetro de consolidação do ano anterior. A incorporação destas sociedades no perímetro não gerou vendas adicionais este ano.

IP: Integração proporcional.

MP: Método de participação

Anexo IV

UTES em que participam Sociedades incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação da entidade	Percentagem de participação	Denominação da entidade	Percentagem de participação
ABASTECIMIENTO MELILLA	50,00%	ACCESOS SOTO RIBERA	60,00%
DEPURADORA AYNA	100,00%	UTE CAJA DUERO	100,00%
PLANTA DE MIRAMUNDO	33,34%	REHABILITACIÓN CUARTEL TENIENTE RUIZ	42,50%
EDAR VILLAHERMOSA	70,00%	3M APARCAMIENTOS CEUTA	42,50%
UTE JUCAR VINALOPO	33,33%	UTE SANTA ANA	70,00%
RESIDENCIA TABARA	50,00%	LT 220 KV LUCALA-UIGE	33,33%
CORREDOR DEL MORRAZO	50,00%	MANTENIMIENTO ALCALA - MECO	100,00%
RONDA LOS OMEYAS UTE	33,34%	UTE VALENCIA IV	50,00%
FFCC EL PORTAL UTE	70,00%	UTE VALENCIA II	50,00%
CONVENTO SAN FRANCISCO	50,00%	UTE DCS LOMA LA LATA	50,00%
ACÚSTICA AEROPORTUARIA	50,00%	UTE ELECTRIFICACIÓN PARAPLEJICOS .	100,00%
UTE ZAMORA VERDE	33,00%	SISTEMAS A4T1	50,00%
UTE EDAR LA LINEA	50,00%	UTE LEVATEL	50,00%
UTE DESDOBLAMIENTO CARTAMA	60,00%	MUSEO DE AMERICA	100,00%
UTE VARIANTE LINARES	50,00%	UTE ENARSA OFF	50,00%
UTE MADRID TOLEDO	36,00%	UTE EDAR LA CHINA	50,00%
UTE ENVOLVENTE CRUZ ROJA	60,00%	CSIC EN LA CARTUJA	100,00%
UTE DESDOBLAMIENTO MARTOS	50,00%	UTE ARQUITECTURA L-5	43,50%
FFCC OSUNA AGUADULCE	50,00%	AMPLIACIÓN HOSPITAL GUADALAJARA	50,00%
UTE SANT V ICENÇS DELS HORTS SANTS	33,34%	HOSPITALIZACION	100,00%
UTE LAXE	100,00%	MADRES MADRID WATSEGUR	100,00%
UTE EMERG. QUIEBRAJANO	50,00%	PUENTE PISUERGA UTE	50,00%
UTE ALMAGRO	100,00%	EUBA-IURRETA UTE	50,00%
ABASTECIMIENTO OVIEDO	100,00%	RONDA POCOMACO-CORUÑA	80,00%
UTE ACCESO CORUÑA	50,00%	UTE LOECHES	50,00%
M-501 PANTANOS	50,00%	CENTRO PENITENCIARIO CEUTA	100,00%
UTE COIN CASAPALMA	50,00%	AZUCARERA PRAVIA UTE	60,00%
UTE REFORMA HOSP. VIRGEN	50,00%	TUNEL STA. Mª CABEZA	51,00%
HOSPITAL DE BURGOS	10,00%	UTE AVE PINAR II	64,29%
UTE ABASTECIMIENTO LERIDA	70,00%	BEATRIZ DE BOBADILLA	100,00%
UTE ENARSA ON	50,00%	FACULTAD MEDICINA CTCS	50,00%
UTE AITREN.SUPLIDOS	20,00%	UTE L5 HORTA	40,00%
UTE HOSPITAL MILITAR	100,00%	AUTOVIA CONCENTAINA	50,00%
UTE MUNICIPO CORDOBA	50,00%	INTERC.ARCO TRIUNFO	100,00%
LINEA AVE CAMPOMANES	50,00%	UTE CLIMATIZACIÓN ALCAZAR	40,00%
UTE CATENARIA MALAGA	50,00%	UTE GUINOLUX	50,00%
UTE INECAT	39,25%	SANEAMIENTO Y ABASTECIMIENTO CHICLANA	50,00%
UTE VIA SAGRERA	50,00%	UTE ACCESOS CIUDAD REAL	70,00%
SEDE ADMINISTRATIVA HOSPITAL	100,00%	UTE U 11 SAN LAZARO	70,00%
UTE ENLACE MEIRAS	50,00%	HOSPITAL PARAPLEJICOS TOLEDO	80,00%
UTE DG POLICIA	100,00%	MTTO.EDIF.ADM.XUNTA	70,00%

Anexo IV • UTEs em que participam Sociedades incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação da entidade	Percentagem de participação	Denominação da entidade	Percentagem de participação
PCI L2 METRO BCN	50,00%	C.HIDROGENO PUERTOLLANO	100,00%
UTE PRESA SANTOLEA	50,00%	UTE AVICO	33,34%
HOSP.GR.DE LAFERRERE	40,00%	BALSA DE VICARIO	70,00%
UTE DEPURADORA FERNÁN NUÑEZ	100,00%	UTE ZONA VERDE	60,00%
UTE AVE TRINIDAD	33,34%	UTE MONUMENTO HISTORICO	60,00%
UTE PLAZA SUR DELICIAS	50,00%	UTE ALICANTE I	40,00%
UTE MACEIRAS REDONDELA	50,00%	UTE RIO TURBIO C&S	50,00%
UTE EDIFICIO MEDICINA	50,00%	UTE AVE PORTO-MIAMAN	75,00%
SANEAMIENTO PUERTO DEL CARMEN	70,00%	UTE AYUNTAMIENTO MORALEJA	60,00%
TRAVESIA MARTOS II	50,00%	UTE HOSPITAL ZUMARRAGA	80,00%
UTE MARBELLA	100,00%	UTE TORIO-BERNESGA	50,00%
ABASTECIMIENTO OROPESA	100,00%	TOLOSA-HERNIALDE UTE	90,00%
CARRETERA VALLEHERMOSO-ARURE	70,00%	RMS AEROPUERTO SANTIAGO	50,00%
AUTOVIA IV CENTENARIO	70,00%	UTE CEUTA APARCAMIENTO	50,00%
VIA PRAT LLOBREGAT	25,00%	UTE CHUAC	50,00%
CARCEL DE MENDOZA	50,00%	MITTO. VIA ADIF 2011	50,00%
ACOND.A-495 UTE	60,00%	CONSERVACIÓN CIUDAD REAL	50,00%
REDES BCN UTE	50,00%	ACONDICIONAMIENTO LOS RODEOS	70,00%
UTE PRESA HORNACHUELOS	50,00%	COMISARIA TARRAGONA	90,00%
UTE CABREIROS	70,00%	MERCADO DE TARRAGONA	99,90%
LOMA LA LATA - OFF	75,00%	UTE PALENCIA	50,00%
REGADIO DURATON UTE	100,00%	MEJORAS TENERIFE SUR	100,00%
UTE 3 EDAR SESEÑA	99,00%	UTE HOSPITAL DEL SUR	40,00%
ACOMETIDAS ATEWICC-4	33,33%	PSFV EN INGLATERRA.	100,00%
CARRETERA LEÓN CEMBRANOS	65,00%	TELECONTROL EDARES	60,00%
DRATYP IX UTE	50,00%	UTE COMPOST.ARAZURI	50,00%
T.RENFE 07-CENTRO UTE	50,00%	UTE VICOTEL	50,00%
T.RENFE 07-NORTE UTE	50,00%	UTE L3 ROQUETES	100,00%
UTE PTO.RICO-MOGAN	30,00%	NUEVO APOYO TERMINAL BARCELONA UTE	100,00%
UTE CORONA F.ABAJON	50,00%	UTE VERDUGA	100,00%
UTE PLTA.COMPRESORA	50,00%	CIS TENERIFE UTE	100,00%
RAMBLA ALBOX	70,00%	EDIF.MUTUA MADRILEÑA	100,00%
MANTENIMIENTO COMUNICACION.L9	20,00%	RIO TURBIO	91,00%
METRO-R.METTAS/VAPES	50,00%	UTE EDAR TOMELLOSO	90,00%
UTE TUNEL BIELSA	50,00%	UTE MURO	60,00%
PRESA GUADALMELLATO	60,00%	LOMA LATA ON	75,00%
UTE GERONA I	50,00%	UTE RIO TURBIO OFF	91,00%
LAV PINOS PUENTE	80,00%	CERCANIAS PINTO UTE	40,00%
PLANTA TRATAMIENTO RSU	30,00%	UTE VALENCIA 1	50,00%
ZAMORA LIMPIA	30,00%	UTE IDAM MONCOFA	45,00%
VARIANTE DE LUCENA	80,00%	UTE PLISAN	50,00%

Anexo IV • UTEs em que participam Sociedades incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação da entidade	Percentagem de participação	Denominação da entidade	Percentagem de participação
UTE LAVACOLLA	55,00%	UTE CORNO VIA DERECHA	70,00%
QATAR	100,00%	UTE NEA SUR	50,00%
UTE PLANTA ALGAR	99,00%	RESIDUOS SAN ROQUE	100,00%
UTE HOSPITAL PARANA	50,00%	CONSERV. CTRAS. ZONA OESTE MALABA	70,00%
UTE REMODELACIÓN L3 TMB	40,00%	ABAST.OCCID.ASTURIAS	100,00%
UTE CHOELE CHOEL	50,00%	BALAZOTE UTE	100,00%
GASODUCTO HOSP. MATERNO	50,00%	AVE PINAR ANTEQ.UTE	45,00%
AUTOVIA A4 TRAMO MADRID R4	50,00%	OAMI ALICANTE	33,33%
AUTOVÍA ARANDA	70,00%	OBRAS EDAR NERJA,UTE-CONSTRUC.	100,00%
UTE CONTROL MOGAL	33,33%	UTE SALAVE	25,00%
UTE URZAIZ-SOUTOMAIOR	50,00%	CATENARIA DURANGO	50,00%
UTE GARABOLOS	80,00%	JARDINES DE GERENA S	50,00%
UTE AP7 MAÇANET	55,00%	UTE SAVE SUPLIDOS LI	27,78%
UTE AVELE	28,00%	UTE AGUAS DE LA VERA	100,00%
UTE AVELE 2	28,00%	UTE ARRIBES ABADENGO	50,00%
UTE OLMEDO ZAMORA	40,00%	PUERTA DE ATOCHA CER	50,00%
SALAVE UTE MANTENEDORA	25,00%	UTE APARCAMIENTO LOS BANDOS	99,39%
UTE VEGA DEL REY	100,00%	UTE SANEAMIENTO CASTRILLON	55,00%
UTE ARITZETA	50,00%	UTE IC ARGENTINA-ACERTIS SA	66,70%
UTE EDAR SALAMANCA	65,00%	ZIZURKIL-ANDOAIN UTE	18,50%
UTE EDAR LA MINA	55,00%	VERTEDERO SEGOVIA	50,00%
UTE ISOCAS	50,00%	UTE RED ACCESO RURAL EN CATALUÑA	50,00%
AMPLIAC. Y MODERNIZ. EDAR DE LAGARES VIGO	50,00%	VODAFONE CDC ALCOBENDAS	50,00%
UTE EDAR MALPARTIDA	99,99%	CIE.CICLO ENARSA OFF	50,00%
UTE INSTALACIONES ELECTRICAS MOGAN	50,00%	UTE RODOVIA BR-381/MG	40,00%
UTE TENIENTE RUIZ	50,00%	UTE AMPLIACIÓN EDAR LEON	75,00%
UTE VARIANTE ALMANSA	50,00%	RESIDUOS BARBATE	100,00%
CONSTRUCCIÓN SUBESTACIONES LINEAS	50,00%	SUPLIDOS UTE HOSPITA	40,00%
UTE BENIDORM	49,00%	UTE BALIZAMIENTO 15L	33,33%
ELORRIO – ATXONDO	65,00%	SSEE. LINEA 1 SUPLID	50,00%
UTE GIRONA	33,00%	UTE FLUMEN	50,00%
UTE MIERA	50,00%	UTE EL MANCHON	50,00%
UTE GUADALOPE	50,00%	UTE CORNO IZQUIERDA MADRID	70,00%
UTE EMPALME MANACOR	30,00%	CONSERVA. CTRAS. EXTREMADURA	50,00%
LINEA 9 METRO BARCELONA	20,00%	UTE MESAVE	40,00%
INTERCAMBIADOR SAGRERA	25,00%	UTE INSTALACIONES L5 METRO BCN	40,00%
AEROPUERTO CIUDAD REAL UTE	65,00%	UTE ISOLUX ARIAS	60,00%
UTE COMAVE	28,33%	UTE PUERTO MIÑO	85,00%
SAVE 3	26,20%	UTE RED ENTRE RIOS	40,00%
UTE PARAMO BAJO	55,00%	UTE VODAFONE LEGANES	50,00%
UTE ATEWICC 3	33,34%	SS/EE LINEA 3 METRO	50,00%

Anexo IV • UTEs em que participam Sociedades incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação da entidade	Percentagem de participação
Isolux Corsán India Engineering&Construction Private Lid.and Soma Enterprise Ltd.	50,00%
Isolux Soma and Unitech JV	49,50%
ICI –Soma Maharashtra CJV	50,00%
C&C ICI Mep Services J.V.	50,00%
Isolux - Man J.V. Uttar Pradesh	99,99%
I.C.I. - C&C J.V. Uttar Pradesh	60,00%
I.C.I. - C&C J.V. Varanasi	60,00%
I.C.I. – C&C J.V. Mainpuri	74,00%
I.C.I. C&C Transmission JV	60,00%
I.C.I. C&C Execution JV	60,00%
Constructor Minuano	50,00%
Consortio Constructor Viabahia	70,00%
Consortio Puente Biobio	50,00%
ConsortioPuente Maule	50,00%
Consortio Constructor Puente Chilina	30,00%
Consortio Isolux-Tradeco-Tampa Tank	50,00%
I.Ingenieria Sterlin & Wilson Consortium (*)	70,00%
Consortio de los Cuatro Rios Cuenca (*)	57,50%
CCC Proj&sadbhav Rngin.Jv (*)	60,00%
Consortio Medes-Isolux (*)	50,00%
Consortio Paranaiba (*)	50,00%

(*) Entidades adquiridas ou criadas durante o exercício e/ou toma de participação adicional em sociedades já incluídas no perímetro de consolidação do ano anterior. A incorporação destas sociedades ao perímetro não gerou vendas adicionais neste ano.

A large, white, sans-serif capital letter 'C' is centered within a solid gray rectangular background.

Relatório

de Gestão
2013

01

Enquadramento Económico

O produto interno bruto (PIB) da economia espanhola sofreu uma queda durante 2013 de -1,2% enquanto em 2012 observou uma queda de -1,6%. No que se refere aos países da nossa região, ressaltamos que o PIB da zona euro durante 2013 teve uma queda de -0,4%, enquanto em 2012 teve uma queda de -0,6%. Estas cifras indicam claramente que o exercício 2013 foi negativo para a zona euro e especialmente negativo para a economia espanhola. Ainda sendo estes indicadores ruins, os dados econômicos mais recentes permitem encarar o exercício de 2014 com renovado otimismo, tendo com exemplo o crescimento do PIB de 0,3% de trimestre a trimestre, em comparação com o quarto trimestre de 2013 na Espanha. Este crescimento se baseia em uma recuperação da demanda interna e uma maior competitividade de nosso setor externo.

Este mau comportamento da economia espanhola durante 2013 é causado por uma queda da procura interna de (-2,8%), originada por sua vez por uma forte queda da formação bruta de capital fixo (-5,9%), um estancamento do consumo doméstico (-2,5%) e uma queda do consumo da Administração Pública (1,1%). O aumento de 5,4% na exportação de bens e serviços foi o fator que foi parcialmente suavizado a queda do produto interno bruto.

O emprego diminuiu 3,3% em relação ao ano anterior, o que causou um forte aumento da taxa de desemprego, passando dos 25% em 2012 ao 26,4% em 2013. O índice de preços no consumidor fechou o ano de 2013 em 1,4%, um valor menor aos 2,4% com que fechou o ano de 2012.

Em relação ao investimento, a formação bruta do capital fixo caiu 5,9% em 2013, com um aumento de 0,7% em in-

vestimento em maquinaria e bens de equipamento e um forte retrocesso da construção, de 10,2%.

No que se refere as previsões para o exercício 2014 da economia espanhola, tanto as previsões do Banco da Espanha, como do FMI coincidem em prever um cenário de recessão durante 2014.

As últimas previsões publicadas apresentam um aumento do PIB durante 2014 de entre 0,2% e 0,8%, com um aumento estimado sensível na exportação de bens e serviços e uma ligeira recuperação do consumo das famílias. No que se refere à previsão para o investimento em construção, continua sendo de queda, mas menos acentuada que em exercícios anteriores.

As condições econômico-financeiras para 2014 do coletivo de países emergentes onde o Grupo Isolux Corsán concentra boa parte de seus investimentos e projetos, se apresentam favoráveis

Uma vez confirmado, será prolongada a pauta que já leva mais de uma década vigente nestes países: crescimento econômico rápido, condições financeiras estáveis e fortes investimentos em infraestruturas. Logicamente, a heterogeneidade dentro do grupo é notável e não faltam casos problemáticos, mas em conjunto com o prognóstico é positivo.

Neste contexto, o conjunto de emergentes poderia facilmente alcançar um crescimento do PIB ao redor de 5%. Em concreto, os dados de crescimento estimados dos países e zonas econômicas onde o Grupo concentra sua atividade para 2014 são os seguintes: Brasil 2,3%, Índia 5,4%, México 3,0%, Oriente Médio e Norte da África 3,3% e África Subsariana 6,1%.

02

Desenvolvimento e evolução do Grupo durante o exercício de 2013

No que diz respeito a área de concessões, esta área tem visto um aumento do investimento em diferentes setores em que atua. Os fatos mencionáveis são os seguintes:

- Estacionamentos: Sempre no território nacional; acontecimentos relevantes são a entrada em exploração de novas concessões de estacionamentos e a realização de investimentos em novas concessões a começar em exercícios posteriores.
- Infraestruturas de energia: Significativos investimentos em concessões em desenvolvimento no Brasil, Índia y USA.
- Autopistas: significativos investimentos em concessões na Índia e no Brasil.
- Energia Solar Fotovoltaica: Investimentos em parques solares fotovoltaicos durante 2013 no Peru e nos USA.

No Departamento de Infra-estrutura e atividades industriais temos continuado com a nossa presença nacional em setores tradicionais como os de infraestruturas terrestres (ferrovias

e autopistas), dando um forte impulso à nossa presença no mercado externo onde se estão desenvolvendo grandes projetos de infraestruturas em países com Argélia, Índia e Brasil. Na atualidade, o 69% da carteira de projetos do grupo neste setor é internacional.

Na área de Energia, o exercício caracterizou-se por um total presença internacional centrada em grandes projetos internacionais no Setor Geração de Energia em países como Argentina, Bangladesh, Colombia e Mexico. Como dado relevante, indicar que quase todas da carteira de projetos desta área corresponde a projetos situados fora de Espanha.

No geral, é de destacar a cada vez mais forte e importante presença do Grupo no exterior, chegando em 2013 a representar o 77% da atividade do Grupo.

Evolução dos negócios durante 2013

2.1. Principais Magnitudes

A evolução das principais magnitudes do Grupo durante os exercícios 2013 e 2012 são as seguintes:

Principais Magnitudes Dados em milhares de euros	2013	2012	Variación
Total de Receitas Operacionais	3.202.840	3.401.990	(5,85%)
Resultado Consolidado (Antes de Participações não dominantes)	14.402	26.917	(46,49%)
Resultado Operacional	413.010	329.483	25,35%
Resultado Bruto Operacional- EBITDA (1)	568.664	522.796	8,77%
Resultado Financeiro Líquido	(367.995)	(282.498)	30,26%
Dívida afeta a Projetos (2)	2.830.480	2.905.049	(2,57%)
Dívida Líquida com Entidades de Crédito (3)	896.181	883.654	1,42%
Carteira total (Milhões de Euros)	49.108	46.481	5,65%

(1) Resultado operacional sem considerar amortizações, encargos por perda por imparidade e variação de provisões de tráfico.

(2) Inclui Financiamento de Projetos de Curto e Longo Prazo.

(3) Inclui as dívidas líquidas com entidades de crédito de caixa, equivalente de caixa e depósitos em entidades de crédito a curto prazo.

Observa-se um aumento das receitas operacionais e do EBITDA. Destaca o aumento da Carteira em 5,65%.

2.2. Resultados do Grupo

2.2.1 Evolução da Demonstração de resultados

A evolução da Demonstração do resultado dos exercícios de 2013 e 2012, bem como a variação das magnitudes mais significativas é a seguinte:

Dados em milhares de euros	2013	2012	% 2012-2013
Total das Receitas operacionais	3.202.840	3.401.990	(5,85%)
Receitas / Vendas	3.025.131	2.877.437	
Outras Receitas operacionais (1)	179.310	543.851	
Variação de Estoques	(1.601)	(19.298)	
Despesas Externas e operacionais	(2.251.392)	(2.462.818)	
Despesas de Pessoal	(382.784)	(416.376)	
Resultado Bruto operacional (EBITDA)	568.664	522.796	8,77%
% Sobre Receitas / Vendas	18,80%	18,17%	
Amortizações e cargos por perdas por deterioração	(120.652)	(211.988)	
Variação Provisões Tráfico	(35.002)	18.675	
Resultado operacional	413.010	329.483	25,35%
% Sobre Receitas / Vendas	13,65%	11,45%	
Resultado Financeiro Líquido	(367.995)	(282.498)	30,26%
Participação no resultado de sociedades de equivalência patrimonial	-	-	
Resultado Antes de Impostos	45.015	46.985	(4,19%)
Imposto sobre os lucros	(30.613)	(20.068)	
Lucro líquido das operações Continuadas	14.402	26.917	(46,50%)
Lucro líquido das operações Descontinuadas (2)	(8.522)	(129.215)	
Resultado do Exercício	5.880	(102.298)	
Resultado Atribuído a Sócios Externos	(760)	(63.904)	
Resultado Atribuído aos Acionistas da Sociedade	6.640	(38.394)	

(1) Inclui os trabalhos realizados por o Grupo para o imobilizado.

(2) Líquido do imposto

2.2.2. Evolução e Composição da Receita

A evolução e a composição durante os exercícios de 2013 e 2012 da Receita é a seguinte:

Dados em milhares de euros	2013	% Sobre Total	2012	% Sobre Total	% 2012-2013
Infraestrutura e Atividades Industriais	1.663.465	52,13%	2.125.261	66,79%	(21,73%)
Energia	910.220	28,53%	660.018	20,74%	37,91%
Concessões	617.141	19,34%	396.874	12,47%	55,50%
Outros (1)	(165.695)	-	(304.716)	-	-
Total	3.025.131		2.877.437		5,13%

(1) Inclui outros negócios e ajustes de consolidação

Quanto à composição por mercados nacionais e internacionais, a receita do Grupo mostrou a seguinte evolução.

Dados em milhares de euros	2013	% Sobre Total	2012	% Sobre Total	% 2012-2013
Mercado Nacional	692.195	22,88%	904.167	31,42%	(23,44%)
Mercado Internacional	2.332.936	77,12%	1.973.270	68,58%	18,23%
América	1.667.241	71,47%	1.469.513	74,47%	13,46%
Resto Mundo	665.694	28,53%	503.757	25,53%	32,15%
Total	3.025.131		2.877.437		5,13%

2.2.3. Evolução e Composição da Margem Bruta Operacional (EBITDA)

A evolução e composição da Margem Bruta Operacional durante os exercícios de 2013 e 2012 foi a seguinte:

Dados em milhares de euros	2013	% Sobre Total	2012	% Sobre Total	% 2012-2013
Infraestrutura e Atividades Industriais	199.633	35,11%	183.745	35,15%	8,65%
Energia	105.019	18,47%	41.507	7,94%	153,02%
Concessões	332.429	58,46%	288.441	55,17%	15,25%
Outros (1)	(68.417)	(12,03%)	9.103	1,74%	(851,59%)
Total	568.664		522.796		8,77%

(1) Inclui outros negócios e ajustes de consolidação.

03 Previsões para o Exercício 2014

A contratação do Grupo Isolux Corsán durante o exercício de 2013 superou os 4.419 millones de euros, milhões de euros, dos quais 5% correspondem ao mercado nacional e 95% ao mercado internacional.

De seguida o detalhe da composição da contratação de 2013, por área de negócios.

Dados em milhares de euros	2013	% Sobre Total
Infraestrutura e Atividades Industriais	2.166.150	49,02%
Energia	1.010.265	22,86%
Concessões	1.241.993	28,11%
Outros Setores	435	0,01%
Total	4.418.843	

A carteira total do Grupo a 31 de dezembro de 2013 está situada em 49.107,8 milhões de euros, dos quais 14% correspondem ao mercado nacional e 86% ao internacional.

Em seguida, o detalhe da carteira por Área de Negócios e a sua evolução em relação a 2012.

Dados em milhares de euros	2013	% Sobre Total	2012	% Sobre Total	% 2012-2013
Infraestrutura e Atividades Industriais	5.140.594	10,47%	4.931.606	10,60%	4,24%
Energia	1.485.838	3,03%	1.441.015	3,10%	3,11%
Concessões	42.198.668	85,93%	39.827.691	85,70%	5,95%
Outros Setores	282.663	0,58%	281.083	0,60%	0,56%
Total	49.107.763		46.481.395		5,65%

Tendo em conta o atual enquadramento macroeconómico em Espanha a nível mundial, os valores da carteira do Grupo, antecipam um razoável e moderado otimismo sobre o exercício de 2014. O Grupo Isolux Corsán prevê aumentar a receita mantendo os seus rácios de rentabilidade e geração de caixa durante o exercício de 2014.

Entre as adjudicações do Grupo dos primeiros meses de 2014, destacam-se pela sua importância as seguintes:

- Duplicação da Rodovia Bidbid – Sul Seção 2 – Ramo 2 no Omã
- Lote 1 de Subestações de 220KV do Sistema de Transmissão de Kibule –Gisenyi-Goma.Kigali em Ruanda e a República do Congo
- Construção do Sistema de Transmissão do Projeto Hidroelétrico Alto Maipo no Chile
- Obras de reabilitação no antigo edifício da fábrica de tabaco de La Coruña – Espanha
- Subestação de Buenavista del Cobre de 230 KV no México

04 Ações Próprias

Não foi registrado movimento nenhum de ações próprias durante o exercício.

05 Atividades de pesquisa e desenvolvimento

As atividades de concepção, desenho inicial, provas, etc., dos seus novos produtos e serviços, assim como as iniciativas específicas de inovação nos mesmos, independentemente do seu registo e imputação a projetos, são desenvolvidas geralmente pelo pessoal ligado aos diversos departamentos do Grupo e estão enquadradas nos diversos programas de ajudas governamentais, tanto a nível nacional como autonómico.

06 Recursos Humanos

O quadro médio do Grupo no exercício de 2013 situou-se em 7.407 pessoas, frente a 9.102 pessoas de quadro médio agregado no exercício 2012. A composição do quadro médio de empregados por categoria profissional é a seguinte:

Categoría	2013	2012
Formados	2.028	2.633
Administrativos	760	993
Operários	4.619	5.476
	7.407	9.102

07

Uso de Instrumentos Financeiros

As atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo estão expostas a diferentes riscos financeiros. As políticas desenvolvidas pelo Grupo Isolux Corsán em relação a estes riscos são baseadas no estabelecimento de derivativos financeiros de hedge de taxas cambiais e taxas de juros.

As operações com derivativos financeiros a 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

a) Operações de hedge de taxas cambiais

Com objeto de cubrir o risco cambial, o Grupo tem contratadas operações de hedge através das quais garante:

1. Vender e comprar a prazo dólares dos Estados Unidos (USD) com diferentes datas e por diferentes taxas cambiais por um montante total de 183.648 milhares de USD e 308.203 milhares de USD respetivamente.
2. Vender a prazo pesos mexicanos contra euros com diferentes datas e por diferentes taxas cambiais por um montante total de 9.837 milhares de pesos mexicanos.
3. Vender a prazo reais catarenenses contra euros com diferentes datas e por diferentes taxas cambiais por um montante total de 74.083 milhares de reais catarenenses.

O efeito de estas operações foi valorado no fechamento do exercício.

b) Operações de hedge de taxa de juros

O Grupo contratou um "cross currency swap" relacionado a um empréstimo de R\$ 20.000 para converter juros fixos em juros variáveis baseados no DI e para fixar o tipo de câmbio entre o real brasileiro e o dólar americano, com um vencimento do empréstimo em junho de 2014. O valor de Mercado do derivado em Dezembro de 2013 é de R\$1.172.

Além disso, no ano de 2013 estão vigentes as seguintes operações de hedge de taxas de juros:

INFRASTRUCTURE NETHERLANDS

Empréstimo Grupo T-Solar:

Data de contrato: 22 de dezembro de 2008
Montante nominal: 31.512 milhares de euros
Taxa de juros: 3,96%
Vencimento 31 de dezembro de 2026

Data de contrato: 15 de julho de 2008
Montante nominal: 83.182 milhares de euros
Taxa de juros: 5,09%
Vencimento 31 de dezembro de 2027

Data de contrato: 18 de junho de 2009
Montante nominal: 8.666 milhares de euros
Taxa de juros: 4,09%
Vencimento 18 de junho de 2021

Data de contrato: 4 de janeiro de 2009
Montante nominal: 5.111 milhares de euros
Taxa de juros: 4%
Vencimento 4 de dezembro de 2023

Data de contrato: 11 de janeiro de 2011
Montante nominal: 6.581 milhares de euros
Taxa de juros: 3,45%
Vencimento 20 de dezembro de 2023

Data de contrato: 18 de março de 2010
Montante nominal: 1.629 milhares de euros
Taxa de juros: 3,65%
Vencimento 23 de abril de 2026

Data de contrato: 22 de dezembro de 2010
Montante nominal: 17.068 milhares de euros
Taxa de juros: 3,54%
Vencimento 20 de dezembro de 2023

Data de contrato: 11 de janeiro de 2011
Montante nominal: 1.565 milhares de euros
Taxa de juros: 3,69%
Vencimento 20 de dezembro de 2023

Data de contrato: 25 de janeiro de 2012
Montante nominal: 11.935 milhares de euros
Taxa de juros: 2,73%
Vencimento 29 de junho de 2029

Data de contrato: 15 de setembro de 2008
 Montante nominal: 24.126 milhares de euros
 Taxa de juros: 4,75%
 Vencimento: 31 de dezembro de 2027

Data de contrato: 15 de setembro de 2008
 Montante nominal: 86.748 milhares de euros
 Taxa de juros: 4,78%
 Vencimento: 31 de dezembro de 2027

Data de contrato: 28 de novembro de 2008
 Montante nominal: 5.181 milhares de euros
 Taxa de juros: 4,33%
 Vencimento: 31 de dezembro de 2027

Data de contrato: 28 de novembro de 2008
 Montante nominal: 50.212 milhares de euros
 Taxa de juros: 4,11%
 Vencimento: 31 de dezembro de 2027

Data de contrato: 28 de novembro de 2008
 Montante nominal: 105.814 milhares de euros
 Taxa de juros: 4,42%
 Vencimento: 31 de dezembro de 2027

Data de contrato: 28 de novembro de 2008
 Montante nominal: 7.022 milhares de euros
 Taxa de juros: 4,29%
 Vencimento: 31 de dezembro de 2027

Empréstimo Concesionaria Perote-Xalapa S.A de C.V.:

Data de contrato: 13 de fevereiro de 2008
 Montante nominal: 1.512.706 milhares de pesos mexicanos
 Taxa de juros: 8,20%
 Vencimento: 14 de janeiro de 2022

Empréstimo Sociedad Concesionaria Autovía A4 Madrid S.A.:

Data de contrato: 01 de agosto de 2008
 Montante nominal: 23.146 milhares de euros
 Taxa de juros: 5,05%
 Vencimento: 16 de junho de 2025

Empréstimo Sociedad Concesionaria Autovía A4 Madrid S.A.:

Data de contrato: 01 de agosto de 2008
 Montante nominal: 23.146 milhares de euros
 Taxa de juros: 5,05%
 Vencimento: 16 de junho de 2025

Empréstimo Wind Energy Texas:

Data de contrato: 02 de agosto de 2011
 Montante nominal: 92.961 milhares de dólares
 Taxa de juros: 1,91%
 Vencimento: 31 de março de 2016

Empréstimo WETT HOLDINGS

Data de contrato: 31 de agosto de 2011
 Montante nominal: 15.493 milhares de dólares
 Taxa de juros: 1,96%
 Vencimento: 31 de março de 2016

Outros empréstimos/Créditos do Grupo:

Data de contrato: 10 de setembro de 2010
 Montante nominal: 136.698 milhares de euros
 Taxa de juros: 2,025%
 Vencimento: 29 de junho de 2015

Data de contrato: 05 de julho de 2013
 Montante nominal: 343.777 milhares de euros
 Taxa de juros: 1,72%
 Vencimento: 29 de dezembro de 2017

Data de contrato: 16 de maio de 2011
 Montante nominal: 45.000 milhares de euros
 Taxa de juros: 3,05%
 Vencimento: 16 de maio de 2015

Data de contrato: 28 de junho de 2011
 Montante nominal: 35.700 milhares de euros
 Taxa de juros: 2,20%
 Vencimento: 28 de junho de 2014

Empréstimo HIXAM:

Data contrato: 7 de fevereiro de 2007
 Montante nominal: 58.311 milhares de euros
 Taxa de juros: 4,36%
 Vencimento: 29 de dezembro de 2022

Empréstimo HIXAM II:

Data de contrato: 13 de janeiro de 2010
Montante nominal: 27.558 milhares de euros
Taxa de juros: 3,6%
Vencimento 23 de dezembro de 2025

Empréstimo Sociedad Concesionaria Zona 8A:

Data de contrato: 25 de fevereiro de 2008
Montante nominal: 6.185 milhares de euros
Taxa de juros: 4,82%
Vencimento 25 de fevereiro de 2024

Empréstimo Infinita Renovables:

Data de contrato: 5 de Janeiro de 2010
Montante nominal: 106.134 milhares de euros
Taxa de juros: 3,79%
Vencimento 30 de dezembro de 2016



Publicado por: **Grupo Isolux Corsán S.A.**
Dirección General de Medios
Departamento Comunicación
C/ Caballero Andante, 8
28021 Madrid

www.isoluxcorsan.com

Creación y diseño: Torres y Carrera